

Bruno B.A.Dallari

CONVENCIONALIDADE:
UMA HIPÓTESE PARA A MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Tese submetida à banca examinadora no Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof.Dr.Edson Françaço

Área de Concentração: Psicolingüística

Campinas, 2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

D161c

Dallari, Bruno Bohomoletz de Abreu.

Convencionalidade : uma hipótese para a mudança lingüística /
Bruno Bohomoletz de Abreu Dallari. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Edson Françaço.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Saussure, Ferdinand de, 1857-1913. 2. Língua. 3.
Convenção (Filosofia). 4. Mudança lingüística. 5. Semântica.
I. Françaço, Edson. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Conventuality: an hypothesis for linguistic change.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Saussure, Ferdinand de, 1857-1913; Language;
Convention (Philosophy); Linguistic change; Semantics.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

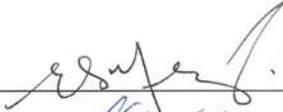
Banca examinadora: Prof. Dr. Edson Françaço (orientador), Prof. Dra. Elisabeth Brait,
Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana, Profa. Dra. Anna Christina Bentes, Profa.
Dra. Roberta Pires de Oliveira.

Data da defesa: 28/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Doutorado em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Edson Françaço



Mónica Graciela Zoppi-Fontana




Anna Christina Bentes da Silva



Elisabeth Brait



Roberta Pires de Oliveira



Edwiges Maria Morato

Sandra Madureira Fontes

Ana Lúcia de Paula Muller

Agradecimentos

A Edson Françaço, orientador e companheiro de jornadas.

A Eleonora Albano, pelo apoio e confiança, no início desta empreitada.

A realização desta tese contou com o apoio institucional da PUC-SP, na forma de uma bolsa na modalidade capacitação docente.

A Ana Luíza, minha filha, com amor e esperança

A meus alunos, fonte permanente de estímulo, inspiração e alegria

A Michel Lahud e Carlos Franchi, interlocutores ausentes

Mudando, repousa

Heráclito
(fragmento 84a)

Resumo

Convencionalidade - uma hipótese para a mudança lingüística

No artigo *La forme et le sens dans le langage*, publicado em 1966, Benveniste coloca a necessidade de cindir a Lingüística em duas: uma incumbida das formas da linguagem, que corresponderia à lingüística da língua, já existente; outra, incumbida do sentido da linguagem, ainda por ser constituída. Benveniste considera a lingüística saussureana, tal como é apresentada no *Curso de Lingüística Geral*, insuficiente para cobrir os fenômenos de sentido da linguagem. Em sua revisão do pensamento saussureano, feita a partir do exame dos escritos originais de Ferdinand de Saussure, Simon Bouquet coloca que, ao contrário, as formulações saussureanas vocacionam a sua lingüística à investigação desses fenômenos a partir do estabelecimento de uma “gramática do sentido”, em continuidade ontológica e epistemológica com a lingüística da língua.

A abordagem proposta por Bouquet abre caminho para uma reformulação do conceito de língua, de modo que ela deixe de ser caracterizada como uma entidade estática e passe a incorporar a mudança como parte de sua condição permanente. Nesta hipótese, a mudança lingüística passa a ser abordada como um evento motivado por uma propriedade da própria língua e não como um evento externo que perturbaria sua estabilidade fundamental. Essa propriedade é a convencionalidade, proposta a partir da noção saussureana da língua como convenção e que se manifesta numa atitude tácita das comunidades de falantes, que atribuem sentidos aos termos e zelam coletivamente pela manutenção da integridade da língua como instância partilhada.

Abstract

Conventionality - an hypothesis for linguistic change

In the article *La forme et le sens dans le langage*, published in 1966, Benveniste states the need to separate Linguistics in two parts: one dealing with language forms, corresponding to the already existent linguistics of the *langue*; the other dealing with language meaning, still to be developed. Benveniste consider Saussurean linguistics, as it is exposed along the *Cours de Linguistique Générale*, as being limited in order to cover language meaning phenomena. In a revision of Saussurean thought, done over the examination of Saussure's original writings, Simon Bouquet states that, on the contrary, Saussurean formulations dispose his linguistics to investigate these phenomena from the establishment of a "meaning grammar", in ontological and epistemological continuity with the linguistics of the *langue*.

The approach proposed by Bouquet opens the way to a reformulation of the concept of *langue*, in a way it may not anymore be understood as an static entity, but as one which embodies change as a feature of its permanent condition. In this hypothesis, linguistic change is understood as an event motivated by a language inherent property and not as an external event which troubles its stability. This property is called conventionality, proposed from the Saussurean notion of *langue* as a convention, and manifests itself in a tacit attitude of the speakers communities, who attribute meanings to terms and care collectively for the maintenance of language integrity as a shared domain.

Sumário

1. Cisão e continuidade do objeto da Lingüística	1
1.1 A forma e o sentido na linguagem	1
1.2 Crítica	6
1.3 Uma questão epistemológica	20
1.4 Cisão e continuidade através da Lingüística	25
1.5 Formulando uma hipótese para o movimento da língua	36
2. A língua, em Saussure e além	42
2.1 Formulações saussureanas	44
2.2 A revisão por Simon Bouquet	53
2.3 A perspectiva desta tese	63
2.4 A língua como objeto	72
2.5 A língua como sistema	89
3 Língua e fala	101
3.1 O que é fala?	101
3.2 O desenvolvimento de uma lingüística da fala	109
3.3 Crítica a Labov	125
4. Semântica saussureana	138
4.1 O sentido na linguagem	138
4.2 Significação, designação, apontamento, atribuição	147
4.3 Valores em movimento	161
4.4 Um dispositivo para as alterações lingüísticas	165

5. Estado e mudança lingüística	173
5.1 Sistema e mudança	173
5.2 O estado de língua	177
5.3 Um estado móvel	181
6. Convencionalidade	187
6.1 A linguagem como jogo	187
6.2 Convenção e contrato	189
Bibliografia	195

1. Cisão e continuidade do objeto da Lingüística

1.1 A forma e o sentido na linguagem

No artigo *La forme et le sens dans le langage*, uma comunicação dirigida a uma audiência de filósofos, Émile Benveniste (1974) procurou oferecer uma resposta à questão: do ponto de vista da Lingüística, como se relacionam a forma e o sentido na linguagem? Trata-se, reconhecivelmente, de uma antiga questão filosófica, discutida expressamente pelo menos desde o *Crátilo* de Platão, mas que aparece ao longo de muitos outros textos e discussões. Seria de se esperar que a Lingüística tivesse algo a dizer a respeito. Em 1966, ano do congresso de Filosofia no qual foi feita a locução, a Lingüística estava no auge de seu apogeu estruturalista, gerando grandes expectativas quanto ao seu alcance explicativo, que se estenderia para muito além do próprio objeto. A Lingüística estrutural poderia explicar não só o funcionamento da língua, mas projetar essa explicação para todos os aspectos humanos que envolvessem a dimensão simbólica, que, por sua vez, nessa perspectiva, compreendia tudo o que era relevante da condição humana. Assim foi que fenômenos sociais e psicológicos foram generalizadamente subsumidos à explicação lingüística, conforme relata Dosse (1991), nos dois volumes da sua *Histoire du Structuralisme*. Era justificada a expectativa dos filósofos que convidaram Benveniste para fazer a alocação em seu congresso de que ele poderia, em nome da nova perspectiva, prover uma resposta inovadora e consistente à antiga questão.

São as razões pelas quais a resposta de Benveniste surpreende. Na contracorrente do pensamento estruturalista, então vigente e hegemônico, não só na Lingüística, mas nas ciências humanas e sociais, Benveniste aponta as limitações da perspectiva estrutural para responder à questão e coloca que a sua superação demanda uma formulação nova e totalmente original da própria disciplina, para dar conta da resposta e dos objetos nela implicados. Ao invés de oferecer uma resposta nos termos esperados pelos filósofos, Benveniste diz que esses termos são inadequados ou insuficientes e precisam ser modificados. Benveniste não só não trouxe a solução, mas trouxe um outro problema. Podemos até considerar que, com isso, ele avançou na produção da resposta. Mas a citação

do fragmento 93 de Heráclito (*Oute légei, oute krýptei, alla semáinei*, “Il ne dit, ni ne cache, il signifie”), no final do artigo, não deixa dúvida de que ele tinha consciência do enorme espaço de desconhecimento que estava abrindo.

Benveniste começa lembrando que não só não havia *uma* posição dos lingüistas sobre o assunto, mas que muitos deles rejeitariam a própria incorporação dos fenômenos de sentido ao repertório temático da disciplina. Seria, por exemplo, o caso de Bloomfield, para quem o próprio termo *meaning* teria necessariamente uma acepção mentalista e subjetivista, que escaparia à competência do lingüista e seria mais vocacionada a uma investigação psicológica. Para Bloomfield, bem como para muitos outros lingüistas, haveria uma incompatibilidade inerente entre os dois objetos colocados na discussão proposta por Benveniste:

“De fait, les manifestations du *sens* semblent aussi libres, fuyantes, imprévisibles, que sont concrets, définis, descriptibles, les aspects de la *forme*. Des deux termes du problème dont nous nous occupons ici, on ne s’étonnera pas qu’en général le second seul paraisse relever de la linguistique.” (pg.216)

É preciso, portanto, começar justificando a própria pertinência de se postular a inclusão na Lingüística da investigação dos fenômenos de sentido. Para Benveniste, isso não é uma dificuldade. Ao contrário de Bloomfield, ele considera quase como auto-evidente o vínculo, ou mesmo a comunhão de fenômenos, entre a linguagem e a significação. Para ele, o sentido é uma noção implicada no mais elementar, no mais fundamental, entendimento sobre a linguagem:

“Avant tout chose, le langage signifie, tel est son caractère primordial, sa vocation originelle, qui transcende et explique toutes les fonctions qu’il assure dans le milieu humain.” (pg.217)

Todavia, da centralidade da significação como atributo da linguagem não decorre que ela seja um fenômeno exclusiva ou inerentemente lingüístico e que não possa ser abordada por outras disciplinas, como efetivamente o é. Daí Benveniste observar que “la signification (...) c’est là un de ces problèmes immenses qui pour concerner trop de sciences, ne sont retenus en propre par aucune” (pg.217). O que torna legítimo que outras disciplinas reivindicuem a significação como seu objeto ou como parte dele, ou que assumam que têm

algo a dizer sobre ela. No entanto, há uma especificidade que vocaciona a significação a ser assumida como objeto pela Lingüística mais do que por qualquer outra disciplina. Ela é, para Benveniste, a propriedade definidora da língua, como não o é de nenhum outro fenômeno:

“Que la langue signifie, cela veut dire que la signification n’est pas quelque chose qui lui est donné par surcroît, ou dans une mesure plus large qu’à une autre activité; c’est son être même; si elle n’était pas cela, elle ne serait rien.”
(pg.219)

A língua está ontologicamente ancorada na significação. Se a significação é um objeto possível para outras disciplinas, para a Lingüística é um objeto obrigatório, sem cuja explicação, a própria explicação da língua não estará completa.

É interessante notar que, nesse texto, Benveniste usa indistintamente os termos *langue* e *langage*, como se fossem sinônimos e intercambiáveis. Mais adiante, voltaremos a esse ponto.

Estabelecida a pertinência da inclusão da investigação dos fenômenos de sentido como parte dos fenômenos lingüísticos, Benveniste passa a argumentar que eles são de ordem completamente distinta daqueles relativos à *forma* da língua, desfazendo, desde logo, a expectativa de que essa investigação poderia ser uma extensão daquela já praticada sobre as formas lingüísticas. É no que reside o inesperado e a singularidade de sua análise e da proposta que decorre dela.

Benveniste fundamenta a sua distinção em observações empíricas. Por exemplo, sobre a ocorrência da partícula *in-* em termos como *invisible* e *inédit*, sobre vogais e consoantes admissíveis no final de formas verbais e nominais em latim (pg.221) e sobre fenômenos como flexão e derivação (pg.223). Esse fenômenos são caracteristicamente formais, concernentes ao arranjo entre as formas das línguas, passíveis, como lembra Benveniste, de receber um tratamento lógico ou matemático. A esse plano da realidade da linguagem, Benveniste chama *semiótico*. Ele compreende os signos e as relações entre eles, no interior do sistema da língua.

Para Benveniste, no plano semiológico, o que o signo significa não tem que ser definido. Para que um signo exista, é necessário e suficiente que ele se relacione de alguma maneira com os outros signos do mesmo sistema (pg.222). A significação não é condição de existência e de reconhecimento do signo, no plano semiótico. Essa condição se resume ao seu pertencimento ao sistema da língua. Benveniste conclui dizendo: “Qui dit ‘sémiotique’, dit ‘intralinguistique’. (...) Être distinctif, être significatif, c’est la même chose.” (pg.223).

Uma “conséquence de principe” dessa formulação é que, “à aucun moment, en sémiotique, on ne s’occupe de la relation du signe avec les choses dénotées, ni des rapports entre la langue et le monde” (pg.223). Do que decorre que o signo não pode responder pela função comunicativa da linguagem, já que a noção de referência não está implicada nele. É preciso observar a linguagem a partir de um outro plano de eventos para aceder ao fenômeno da significação.

“Il nous semble qu’on doit tracer à travers la langue entière une ligne qui départage deux espèces et deux domaines du sens et de la forme, bien que, voilà encore un des paradoxes du langage, ce soient les mêmes éléments qu’on trouve de part et d’autre, dotés cependant d’un statut différent. Il y a pour la langue deux manières d’être langue dans le sens et dans la forme. Nous venons d’en définir une; la langue comme *sémiotique*; il faut justifier la seconde, que nous appelons la langue comme *sémantique*.” (pg.224)

São estes os fundamentos da cisão, postulada por Benveniste, como projeto de divisão epistemológica da Lingüística a partir da dualidade ontológica de seu objeto. O semiótico, reconhecemos desde logo, corresponde àquilo que era entendido e abordado como *língua*, pela lingüística estrutural. É o semântico o componente novo de sua formulação, respondendo por uma gama de fenômenos que não recebiam, até então, tratamento investigativo regular por parte da Lingüística:

“La notion de *sémantique* nous introduit au domaine de la langue em emploi et en action; (...) organisant toute la vie des hommes. (...) Seul le fonctionnement *sémantique* de la langue permet l’intégration de la société et l’adéquation au monde, par conséquent la régulation de la pensée et le développement de la conscience.” (pg.224)

Empiricamente, os mesmos elementos que, segundo Benveniste, se encontram nos dois domínios, mas são dotados de um estatuto diferente em cada um, são o **signo**, como unidade semiótica, e a **palavra**, como unidade semântica. Enquanto o signo é a unidade da língua tomada como sistema, a palavra é identificada como “*unité minimale du message et unité nécessaire du codage de la pensée*” (pg.225).

Do ponto de vista da significação, Benveniste contrasta a invariância do signo, que teria “*toujours et seulement [un] valeur générique et conceptuelle*”, com a contextualidade da palavra, que admite sentidos particulares e ocasionais. Indo além, para ele, a verdadeira unidade semântica da “língua em ação” é a frase, que, ao agenciar palavras em um sintagma, exprime a idéia (“*l’idée*”, italicizado pelo autor) que corresponde ao seu sentido (pg.225). Na verdade, é a própria precedência da frase, com suas infinitas possibilidades de alocação sintagmática das palavras, que estabelece, por extensão, seus infinitos sentidos possíveis:

“*La phrase est donc chaque fois un événement différent; elle n’existe que dans l’instant où elle est proférée et s’efface aussitôt. (...) Le sens d’un mot consistera dans sa capacité d’être l’intégrant d’un syntagme particulier et de remplir une fonction propositionnelle. (...) la polysémie n’est que la somme (...) de ces valeurs contextuelles, toujours instantanées, aptes continuellement à s’enrichir, à disparaître, bref, sans permanence, sans valeur constante.*” (pg.227)

Pode-se recorrer a uma grande variedade de expressões para enunciar a mesma idéia (“*la même idée*”, pg.227), observa Benveniste. O fato de que a forma não acarreta sentidos obrigatórios e de que os sentidos podem ser expressos por diversas formas é o dado fundamental da disjunção que ele aponta. É do campo da tradução que vem a evidência empírica mais flagrante da pertinência da proposição:

“*On peut transposer le sémantisme d’une langue dans celui d’une autre, (...); c’est la possibilité de la traduction; mais on ne peut pas transposer le sémiotisme d’une langue dans celui d’une autre, c’est l’impossibilité de la traduction. On touche ici la différence du sémiotique et du sémantique.*” (pg.228)

Identificada a distinção fundamental entre os domínios semiótico e semântico e indicada sua referência empírica, impõe-se a necessidade de estabelecer, para cada um deles, linhas

de investigação, também elas inteiramente distintas. É o corolário de sua exposição e a conclusão do artigo:

“Ce deux systèmes se superposent ainsi dans la langue telle que nous l'utilisons. (...) Une description distincte est donc nécessaire pour chaque élément selon le domaine dans lequel il est engagé (...) Tel est le double système constamment à l'oeuvre dans la langue et qui fonctionne si vite, et d'un jeu si subtil, qu'il demande un long effort d'analyse et un long effort pour s'en détacher si l'on veut dissocier ce qui relève de l'un et de l'autre.” (pg.229)

A implicação clara e imediata é que, como o arcabouço da lingüística estrutural não pode compreender essa duplicidade, é preciso desenvolver um novo dispositivo teórico e metodológico para tratar do objeto que agora se apresenta à exploração. Mas Benveniste conclui sua comunicação sem entrar nos caminhos possíveis desse desenvolvimento ou sequer enunciar sua necessidade, limitando-se a identificar os fatos que o fundamentam.

O fragmento de Heráclito que fecha o artigo não é só uma deferência para com a sua audiência de filósofos, mas uma indicação de que seria preciso voltar aos fundamentos do conhecimento e da reflexão sobre a linguagem.¹

1.2 Crítica

Se assumido plenamente, o reconhecimento da distinção semiótico/semântico tem grandes conseqüências. Benveniste aponta uma insuficiência fundamental da Lingüística: ela tem efetivamente dois objetos, mas assume apenas um. O outro está inteiramente descoberto, ontológica e epistemologicamente. A Lingüística não pode dar conta da linguagem, a não ser que reveja seus fundamentos, seu projeto, sua própria concepção e delimitação enquanto disciplina. Para superar essa anomalia é preciso que se reconheça a duplicidade ontológica ou a cisão do objeto, da qual deve decorrer a cisão epistemológica da disciplina.

¹ O fragmento 93 de Heráclito, *Oute légei, oute krýptei, alla semaínei*, aparece traduzido no artigo como “Il ne dit, ni ne cache, il signifie”. No entanto, *semaínei* deve ser traduzido mais literalmente como *sinaliza, indica* ou *aponta*, o que parece mais trivial, mas caracteriza com mais força e mais clareza um entendimento sobre a natureza da linguagem, expresso agora pelo aforismo: “A linguagem não revela, nem esconde, ela indica”.

Tais são as implicações da proposição de Benveniste, concisa na formulação, mas abrangente na incidência, sobre aspectos teóricos, empíricos e metodológicos da disciplina. Tão grandes, que, antes de se adotar a perspectiva que ela supõe, é o caso de proceder a uma crítica: É necessária a cisão? Não é possível, ou mesmo necessário, ao invés, presumir a continuidade da linguagem, para efeito da investigação dos fenômenos de sentido e outros aspectos relacionados? É consistente a sustentação empírica que ele provê? Não terá Benveniste se precipitado ou mesmo se equivocado no seu diagnóstico e no encaminhamento que se segue a ele?

Malgrado a densidade e a elegância do texto, a forma abrupta e categórica com que Benveniste conclui pela cisão exige, antes que a aceitemos, um exame minucioso do argumento. Não é uma tarefa fácil ou trivial. Como aponta Culioli (1999), “les textes de Benveniste se prètent mal, malgré les apparences, à une lecture critique. On le sait, chaque article est comme une oeuvre d’art, régie par sa propre nécessité, lisse et enclose sur elle-même” (pg.116). De fato, o texto benvenistiano é caracteristicamente aquilo que os ingleses chamam de *self-contained* - auto-suficiente, contido em si próprio. Embora, invariavelmente, seus artigos contenham a corroboração empírica indispensável à argumentação científica, sua escritura se aproxima mais dos textos de cunho filosófico, conferindo maior centralidade à lógica interna entre os termos colocados do que à remissão a um objeto externo.

De qualquer modo, não se trata de uma proposta inconseqüente ou irresponsável, mas de uma concepção maduramente formulada. Ela é resultado da elaboração de um dilema conceitual persistente, que aparece em muitos dos artigos reunidos nos dois volumes *Problemas de Lingüística Geral*, ao longo dos quais sua gestação pode ser reconhecida e observada, embora em irrupções esporádicas e localizadas, nunca como tema central, o que só vai acontecer em *La forme et le sens dans le langage*. Para chegar à formulação que propõe, foi preciso um “long effort”, ao qual ele alude na conclusão do artigo (pg.229). *La forme et le sens dans le langage* é o texto de uma comunicação proferida em 1966. Mas o tema que o motiva aparece em vários textos anteriores.

A questão aparece claramente, por exemplo, em *La Nature des Pronoms*, publicado originalmente em 1956, dez anos antes. Nesse texto, Benveniste coloca que entre o pronome *eu* e um substantivo referente a uma noção lexical há não apenas diferenças formais, mas outras, que concernem “au processus même de l’énonciation linguistique et qui sont d’une nature plus générale et plus profonde. L’énoncé contenant *je* appartient à ce niveau ou type de langage que Charles Morris appelle pragmatique, qui inclut, avec les signes, ceux qui en font usage” (pg.252). Na bem conhecida análise, Benveniste aponta a singularidade referencial dos pronomes pessoais, cuja propriedade fundamental seria a remissão ao contexto da enunciação, indicando seus partícipes, locutor e interlocutor. Benveniste conclui o artigo dizendo que ela leva a “distinguer entre la langue comme répertoire des signes et système de leurs combinaisons, d’une part, et, de l’autre, la langue comme activité manifestée dans des instances de discours qui sont caractérisées comme telles par des indices propres”(pg.257). Já aqui aparece a distinção entre a língua concebida como sistema e a língua concebida como atividade. De fato, nesse texto a cisão já está colocada e configurada, embora ela ainda apareça como um fenômeno específico, que incide apenas sobre alguns termos ou tipos de enunciado. Em *La forme et le sens*, ela será generalizada para toda a língua. Pode-se reconhecer, em *La forme et le sens*, uma formulação madura da concepção que aparece embrionariamente em *La nature de pronomes*.

Porém, este movimento de formulação está longe de poder ser caracterizado como um percurso linear rumo à cisão. Ao contrário, em muitos artigos, Benveniste vai apontar a imbricação entre os elementos que ele separa categoricamente em *La forme et le sens*, às vezes de forma contraditória e paradoxal.

A esse respeito, o caso mais interessante é o do artigo *Niveaux d’analyse linguistique*. Proferido num congresso realizado em 1962, nos Estados Unidos, o artigo tematiza a passagem entre os níveis de análise lingüística e a lógica de seus percursos - operações ascendentes e descendentes (da unidade mínima para a maior ou vice-versa), como Benveniste as caracteriza - e da relação entre os elementos nelas envolvidos.

Benveniste aponta a onipresença do sentido permeando os fenômenos lingüísticos a cada um dos níveis de análise, desde o fonema. E adverte contra aqueles que querem expurgar o sentido de modo a viabilizar suas análises:

“Le *sens* est en effet la condition fondamentale que doit remplir toute unité de tout niveau pour obtenir statut linguistique. (...) Plutôt que de biaiser avec le “sens” et d’imaginer des procédés compliqués - et inopérants - pour les laisser hors de jeu en retenant seulement les traits formels, mieux vaut reconnaître franchement qu’il est condition indispensable de l’analyse linguistique.” (pg.122, itálico no original)

O sentido é um fato incontornável da língua, em todos os níveis, e não é possível fazer “lingüística formal” pretendendo não levá-lo em conta. Como postular a cisão, depois de uma afirmação tão categórica da continuidade como fenômeno generalizado? Note que aqui ele não vai na direção de postular um domínio semântico à parte, mas, ao contrário, de caracterizar o aspecto semântico como pervasivo, inerente a todos os aspectos da linguagem, como quer que se a segmente.

Com efeito, é o que ele vai dizer em seguida. Tendo distinguido e identificado relações constitutivas e integrativas entre unidades lingüísticas - fonema, morfema, palavra, frase - e tendo caracterizado de maneira muito precisa, lógica e empiricamente, como se dá a passagem entre os níveis de análise lingüística, Benveniste diz o seguinte:

“Forme et sens appairaissent ainsi comme des propriétés conjointes, donnés necessairement et simultanément, inséparables dans le fonctionnement de la langue. Leurs rapports mutuels se dévoilent dans la structure des niveaux linguistiques parcourus par les opérations descendantes et ascendantes de l’analyse, et grâce à la nature articulée du langage.” (pg.127)

É quase impossível imaginar maior postulação da imbricação entre forma e sentido na linguagem. Logo em seguida, no entanto, Benveniste anuncia a incursão num sub-tópico específico: “Mais la notion de sens a encore un autre aspect. (...) le problème du sens a pris une opacité (...) épaisse” (pg.127). Aqui, há uma estranha descontinuidade. O artigo muda de tom e de ritmo, quase como se fosse um outro texto, suspendendo a discussão anterior e entrando em outro tema. Benveniste se engaja na discussão de certos aspectos peculiares da

“notion de sens”. Apontando distinções entre sentido e referência, proposição e designação, que não vem ao caso recuperar aqui, Benveniste sintetiza dizendo:

“avec la phrase on quitte le domaine de la langue comme système de signes, et l’on entre dans un autre univers, celui de la langue comme instrument de communication, dont l’expression est le discours.

Ce sont là vraiment deux univers différents, bien qu’ils embrassent la même réalité, et ils donnent lieu à deux linguistiques différentes, bien que leurs chemins se croisent à tout moment. Il y a d’un côté la langue, ensemble de signes formels, dégagés par des procédures rigoureuses, étagés en classes, combinés en structures et en systèmes, de l’autre, la manifestation de la langue dans la communication vivante.” (pg.130)

Podemos reconhecer aqui os termos fundamentais do argumento de *La forme et le sens*. A distinção fundamental está colocada. Falta apenas que ela seja caracterizada como uma separação completa entre domínios identificados como semiótico e semântico.

No entanto, na conclusão do artigo, Benveniste muda de curso mais uma vez e recupera o mote da imbricação. Ele comenta que o lingüista, quando tenta reconhecer os níveis de análise, tende a partir das unidades elementares, indo das menores às maiores, quando deveria fazer a “*démarche inverse*”:

“C’est dans le discours, actualisé en phrases, que la langue se forme et se configure. Là commence le langage.” (pg.131)

Essa observação orienta a reformulação da Lingüística na direção de “discurso constituindo a língua”. O que é coerente com o mote de toda a primeira parte do artigo que aponta que o sentido permeia a tudo, que está efetivamente presente em todos os níveis, o que supõe uma lingüística integrada, na qual o sentido seja trazido para dentro do arcabouço atual. Mas discrepa da segunda parte, que postula já a cisão, quase nos termos que serão empregados em *La forme et le sens*.

Em *Niveaux d’analyse linguistique*, temos um flagrante das direções contrárias possíveis da evolução da reflexão de Benveniste e testemunhamos, através dessas contradições, a dificuldade em dar um encaminhamento categórico ao assunto. Temos a evidência, ao mesmo tempo, de um pensamento em elaboração, da reflexão em curso, mas também da

incerteza quanto ao rumo a ser tomado, separação ou imbricação de fenômenos, cisão ou continuidade do objeto.

Essas contradições e as bruscas mudanças na direção da argumentação nos dão também o ensejo de observar que os mesmos dados que apontam a imbricação, podem ser usados para sustentar a separação entre forma e sentido na linguagem. De fato, se examinarmos a empiria trabalhada por Benveniste ao longo de seus artigos, inclusive no próprio *La forme et le sens*, achamos razões para duvidar da pertinência e do interesse em dar o passo que ele propõe. Em alguma medida, a proposta parece contraditória com dados que ele mesmo explora, ao longo de seus textos e tornam frágil a sustentação empírica da proposta.

Empiricamente, o cerne da distinção entre os domínios semiótico e semântico é sua projeção sobre as unidades que os constituem, respectivamente, o signo e a palavra. Já quando estabelece a distinção entre semiótico e semântico, Benveniste previne sobre “un des paradoxes du langage, ce soient les mêmes éléments qu’on trouve de part et d’autre, dotés, cependant d’un statut différent” (pg.224). É sobretudo a essas unidades que Benveniste se refere. Essa diferença de estatuto vai ser caracterizada mais adiante:

“les mots, instruments de l’expression sémantique, sont, matériellement, les “signes” du répertoire sémiotique. Mais, ces “signes”, en eux mêmes conceptuels, génériques, non circonstanciels, doivent être utilisés comme “mots” pour des notions toujours particularisées, spécifiques, circonstanciels, dans les acceptions contingentes du discours.” (pg.228)

A incidência mais flagrante dessa distinção, na qual Benveniste pretende que sua pertinência fique mais evidente, é sobre a tradução, enquanto fenômeno empírico. Conforme citamos mais acima (pg.4), para Benveniste, a tradução é uma possibilidade semântica, mas uma impossibilidade semiótica. Assim, por exemplo, o signo *saudade* não seria traduzível, mas a palavra *saudade* sim. Sendo o significado definido negativamente no interior do sistema, tudo o que se pode dizer a seu respeito, nesse âmbito, é que ele é distinto de tudo o que não seja o significado de *saudade*. Já o sentido da palavra *saudade* pode ser expresso de muitas formas, através das línguas do mundo, e mesmo em português. A explicação de Benveniste para essa possibilidade é o fato de que “on peut transposer le sémantisme d’une langue dans celui d’une autre”.

Sem dúvida, há alguma pertinência nessa observação. A dificuldade de se traduzir certos termos ou expressões, freqüentemente sentida como impossibilidade, faz parte da rotina de qualquer tradutor e mesmo do leigo engajado numa tarefa de tradução. Daí a opção de manter certos termos na língua original, o que é um reconhecimento da singularidade irreduzível dos sentidos que eles expressam. Porém, parece muito forte assumir que há o indizível em certas línguas, como no aforismo heideggeriano de que “Só é possível filosofar em alemão”. Para aqueles que têm uma experiência cotidiana de lidar com várias línguas, não há barreiras absolutamente intransponíveis de transposição de sentidos. Daí a plausibilidade de se postular que sempre há um caminho possível pelo qual se pode resgatar um sentido da língua-fonte, por mais exótico que seja, para a língua-alvo da tradução.

O problema dessa formulação é que ela separa em dois níveis estanques o fenômeno da significação. Do que resulta um estatuto incerto para a língua. Ou bem ela é parte necessária do processo e as propriedades semióticas são reconhecidas intuitivamente pelos falantes, que têm que lidar com elas (como parte do processo de elaboração dos sentidos); ou bem ela não o é e, nesse caso, temos uma teoria da representação na qual o vínculo entre a idéia e o fato se dá diretamente, sem a mediação da língua, na qual ela é totalmente dispensável, a não ser como instância de passagem, de veiculação, mas não de elaboração de sentidos. No primeiro caso, a caracterização que emerge é do tipo do “objetivismo abstrato”, atribuído a Saussure e fustigado por Voloshinov - uma descrição eventualmente adequada em si mesma, mas inócua para caracterizar os fenômenos efetivamente relevantes da linguagem, na medida em que não incide sobre os aspectos concretos da língua como vivência. No segundo caso, uma teoria lógico-denotacional da representação, de tipo anglo-saxônico, na qual a linguagem é apenas um episódio, entre muitos outros, a complicar o caminho que liga a apreensão da realidade (pelo sujeito) e a elaboração de conceitos sobre ela.

Podemos afirmar com segurança que não são estas as concepções de Benveniste, como atesta essa passagem, logo em seguida à exposição sobre a distinção signo/palavra:

“la conversion de la pensée en discours est assujettie à la structure formelle de l’idiome considéré, c’est-à-dire à une organisation typologique qui, selon la langue, fait tantôt prédominer le grammatical et tantôt le lexical.” (pg.228)

Se a estrutura da língua “assujeita” a conversão do pensamento em discurso, fica excluída uma relação instrumental, de veiculação de idéias, e também a noção de que a língua, como objeto abstrato, pairaria acima dessas ocorrências terrestres. Ela participa, enquanto estrutura, da formulação do discurso, o que tipifica uma forte imbricação. O quadro que emerge dessa caracterização não é o da cisão. Ele é sintetizado, no mesmo parágrafo, um pouco mais adiante, quando Benveniste coloca que a possibilidade de dizer a mesma coisa em vários idiomas:

“est la preuve, à la fois, de l’indépendance relative de la pensée et en même temps de son modelage étroit dans la structure linguistique.” (pg.228)

Chamam a atenção os adjetivos empregados nessa passagem: a independência do pensamento é apenas “relativa” e sua modelagem pela estrutura lingüística é “estreita”. O que está longe de corresponder a um papel acessório da língua ela mesma na elaboração das idéias e dá a ela um papel fundamental, não só de mediação, mas de constituição. O que é uma caracterização da continuidade, não da cisão.

Isso fica ainda mais demarcado, quando nos perguntamos o que é exatamente o “semantismo” de uma língua, ao qual ele alude? Benveniste não desenvolve a noção. Na verdade, não volta a usar o termo uma única vez, nem nesse texto, nem em nenhum outro. Aparentemente, trata-se de uma instância, específica de cada língua, que abriga os sentidos possíveis das palavras, que são as unidades da semântica tal como ele a caracteriza. Como essa instância se relaciona com o plano do significado lingüístico? Se o semantismo concerne às palavras de cada língua, como exatamente se pode “transpor” entre semantismos de línguas diferentes? Seria preciso postular uma semântica universal ou mecanismos gerais de engendramento do sentido que fossem transversais às línguas e permitissem o estabelecimento de vínculos entre suas expressões. Nesse caso, o semantismo seria não exatamente uma instância, mas um dispositivo de intermediação². A

² A caracterização da tradução como dispositivo e não como instância é colocada por Auroux (1998), embora não especificamente como parte de um debate com Benveniste.

cisão, ao invés de simplificar, estabelecendo dois fenômenos claramente distintos, cria uma instância a mais e obriga a que se postule mecanismos ou um dispositivo ainda mais complexo de conversão e intermediação entre forma e sentido. Não só complica, como deixa a questão - talvez desnecessária - de como acontecem as relações entre os planos semiótico e semântico?

Na verdade, o semantismo parece ser justamente o que estabelece a continuidade entre a forma e o sentido, o que liga o semântico ao semiótico, o que confere semanticidade à semiótica. Aparentemente, trata-se de um conceito *ad hoc*, criado por Benveniste para superar o problema que ele mesmo acabou de criar ...

A paráfrase é um tema fundamental da imbricação entre o semiótico e o semântico, dos deslizamentos de formas e sentidos uns sobre os outros. É justamente no livro *La Paraphrase*, de Catherine Fuchs (1982, pg.54), que se encontra, não uma definição, mas um emprego, igualmente *ad hoc* da expressão “semantismos”, o que nos permite suspeitar de uma origem comum. No texto de Fuchs, são caracterizadas duas operações parafrásticas, as substituições e os semantismos. As substituições são operações formais de troca de formas consideradas intercambiáveis. Os semantismos consistem no estabelecimento de equivalências de sentido não apoiadas por um critério objetivo.

O recurso à paráfrase para se proceder a essas operações e comparações entre formas mostra que o componente semântico já participa efetivamente das operações formais, ainda que implicitamente e a partir de uma formulação *ad hoc*. Esse recurso é pervasivo nos artigos de Benveniste.

Por exemplo, quando tematiza *La phrase nominale* (em 1950), cujo “valeur propre [em contraste com a frase verbal] réside dans la *non-variabilité* du rapport impliqué entre l'énoncé linguistique et l'ordre des choses”. No artigo, Benveniste compara como diferentes línguas instanciaram em suas formas as noções contrastivas de essência e existência, ilustrando com a distinção peculiar do espanhol entre os verbos *ser* e *estar*.

Benveniste aponta a “tyrannie inconsciente des nos categories modernes et de la tentation de les projeter dans les langues qui les ignorent”. O que significa que pode haver transposições inadequadas do semantismo. Daonde vem essa inadequação? Só pode ser do fato de que há um vínculo necessário e incontornável, para todos os efeitos, entre a forma e o sentido, o semiótico e o semântico. Aonde termina a comparação formal entre as línguas e começa a comparação entre as noções expressas por seus termos? É o mesmo que perguntar: aonde termina o semiótico e começa o semântico?

O mesmo se aplica às *Transformations de catégories linguistiques*, artigo de 1966, no qual Benveniste tematiza particularmente as transformações nas quais uma categoria morfemática é substituída por uma categoria perifrástica (como no português, a substituição de *farei* por *vou fazer*). De fato, quase todo o artigo é dedicado às perífrases. Mas, até por definição, a perífrase supõe o estabelecimento de uma equivalência de sentido, que deve subjazer à transformações que se pretendem puramente formais.

Note que, ao resumir os propósitos do artigo, Benveniste diz: “Ici nous étudierons la manière dont ces périphrases se définissent (...) dans leur relation formelle et fonctionnelle” (pg.128). Este último adjetivo - funcional - mostra que a relação formal, de contraposição e definição negativa, não era suficiente para definir as perífrases. “Funcional” é um cavalo de Tróia capaz de trazer embutido toda a semântica de que se necessita.

Como em Chomsky, as transformações e os movimentos, em Benveniste, devem ser “sense preserving”. É desconcertante que um aspecto tão decisivo, tão central para as teorias estruturais - a caracterização da continuidade entre formas distintas - repouse sobre uma noção tão frágil, nebulosa e facilmente passível de contestação ou controvérsias - a “preservação do sentido” entre duas formas. A ancoragem neste critério subjetivo confere a muitas das análises de Benveniste as mesmas inconsistências de raiz que as de Chomsky. Em ambos os casos, a análise requer uma semântica *ad hoc*, não formulada, nem sequer explicitada ou assumida.

Como estabelecer objetivamente a equivalência do sentido, impossível, por definição, semioticamente, e dependente do “semantismo” de cada língua, semanticamente? Assumir a cisão invalidaria todas as análises anteriores de Benveniste, que repousam sobre uma noção continuada entre significado (semiótico) e sentido (semântico). Porém, tanto a comparação sincrônica, como a diacrônica, entre línguas, conforme procurei demonstrar na crítica aos dois últimos artigos, não obstante a pretensão de operação formal, depende essencialmente da contingência de uma mal-definida identidade de sentido.

A impressão de que Benveniste talvez tenha criado uma armadilha para si mesmo fica mais forte quando comparamos a perspectiva cindida que ele propõe para o fenômeno da tradução em *La forme et le sens*, com a perspectiva continuada que ele apresenta, para o mesmo fenômeno, em *Catégories de pensée et catégories de langue*, publicado originalmente em 1958 e integrante do PLG I (Benveniste, 1966). Estranhamente, o dilema que ele coloca em *La forme et le sens*, aparece bem equacionado e bem resolvido em *Catégories* - escrito oito anos antes.

Para demonstrar o quanto o desenvolvimento filosófico em torno da noção de Ser, onipresente na filosofia ocidental, repousa sobre o fato da língua grega prover uma “noção objetivável” de Ser, Benveniste a compara com a língua ewe, falada no Togo, que não provê essa noção e na qual “on a donc pratiquement cinc verbes distinctes pour correspondre approximativement aux fonctions de notre verbe *être*”. Note que Benveniste não usa o termo “equivalência”, mas fala de “correspondência aproximada” e, mesmo assim, das “funções” e não dos próprios “termos”, o que remete ao uso e não à natureza intrínseca dos conceitos envolvidos.

A pergunta que se coloca e que motiva o artigo é: A falta de um termo específico correspondente a *ser*, torna impossível o desenvolvimento de uma filosofia do Ser em ewe? A resposta de Benveniste é que não, embora a presença desse termo, nas línguas indo-européias, predisponha esse desenvolvimento, mais entre falantes dessas línguas do que de outras, no mínimo porque a noção está imediatamente acessível e não requer ser elaborada ou construída. Benveniste vai ilustrar a resposta com outros conceitos, como a possibilidade

de apreensão dos conceitos taoístas de *yin* e *yang* por um falante de língua indo-européia ou, inversamente, a possibilidade de apreensão dos conceitos da dialética materialista ou da mecânica quântica por um falante do chinês. A língua não estabelece barreiras intransponíveis para a apreensão de conceitos e para a transmissão e o desenvolvimento do pensamento.

Benveniste então adverte sobre as ilusões nas quais facilmente se pode incorrer e, como conseqüência, dar uma resposta errada à questão colocada pelo artigo:

“Il est de la nature du langage de prêter à deux illusions en sens opposé. Étant assimilable, consistant en un nombre toujours limité d’éléments, la langue donne l’impression de n’être qu’un des truchements possibles de la pensée, celle-ci, libre, autarcique, individuelle, employant la langue comme sont instrument. (...) L’autre illusion est à l’inverse. Le fait que la langue est un ensemble ordonné, qu’elle révèle un plan, incite à chercher dans le système formel de la langue le décalque d’une “logique” qui serait inhérente à l’esprit, donc extérieure et antérieure à la langue.” (pg.73)

A posição instrumental corresponde, ainda hoje, à visão do leigo e ao senso comum sobre a linguagem. A posição que atribui à língua uma “lógica inerente ao espírito” era a do estruturalismo francês (e também da Hipótese Sapir-Whorf). Esse trecho soa como uma rejeição *a priori* dos termos mais extremos que poderiam caracterizar uma perspectiva cindida sobre a linguagem. Tendo rejeitado como “ilusões” essas posições extremas, Benveniste refina e especifica sua posição:

“la pensée (...) devient indépendante, non de la langue, mais des structures linguistiques particulières.” (pg.73)

E conclui o artigo dizendo:

“la possibilité de la pensée est liée à la faculté de langage, car la langue est une structure informée de signification, et penser, c’est manier les signes de la langue.” (pg.74)

A distinção entre o semiótico (um plano no qual, por definição, nenhuma comparação é possível) e o semântico (o plano no qual essas “correspondências” são estabelecidas) não é um ponto de partida, nem mesmo uma questão colocada nesse artigo, cuja análise, ao contrário, supõe uma relação de continuidade, de transmissão entre as duas ordens de fatos.

Nos termos de *La forme et le sens*, a questão do artigo é saber em que medida o fato semiótico (um certo recorte específico da língua) predispõe o fato semântico (o desenvolvimento de certas noções ancoradas em termos específicos).

A conclusão de Benveniste é, no entanto, ambivalente, enquanto antecipação dessa distinção. Como ele conclui pela não determinação, pode-se ver aí uma sinalização - mais uma - da futura separação de domínios. Mas a minuciosa comparação das categorias gramaticais do grego clássico com as categorias de Aristóteles, que consiste no principal do artigo, impressiona justamente pelo surpreendente grau de correspondência. Se não há determinação, há uma forte predisposição, o que invoca a exploração de uma perspectiva contínua, confirmada pelas duas últimas citações, acima, do artigo.

O estabelecimento da distinção entre semiótico e semântico era apenas uma das direções possíveis. Por que foi abandonada a possibilidade de explorar a produção de sentido em sua continuidade empírico-fenomenológica, em um único arcabouço? Essa questão é tão mais pertinente quando constatamos que, uma vez feita essa separação, os problemas de caracterizar empiricamente os eventos - quase todos os da língua - nos quais ambos aparecem reunidos se manifestam generalizadamente.

Não é só a noção incerta de “semantismo” que acusa essa demanda, de um aparato descritivo mais preciso para a continuidade entre fenômenos e também, numa certa medida, a vulnerabilidade da proposta. No próprio *La forme et sens* essa demanda se manifesta:

“d’une part on dispose souvent d’une assez grande variété d’expressions pour énoncer, comme on dit, “la même idée”; (...) D’autre part, en passant dans les mots, l’idée doit subir la contrainte des lois de leur assemblage; il y a, ici, nécessairement, un **mélange subtil** de liberté dans l’énoncé de l’idée, de contrainte dans la forme de cet énoncé, qui est la condition de toute **actualisation** du langage. C’est par suite de leur cooptation que les mots contractent des valeurs que en eux-mêmes ils ne possédaient pas et qui sont même contradictoires avec celles qu’ils possèdent par ailleurs.” (pg.227, negritos meus)

No que consiste exatamente uma “mélange subtil”? Quais as operações que ela inclui? “Actualisation” não é a operação que produz uma ocorrência presente de um elemento que

pertence a uma entidade atemporal ou não referida por eventos temporais? Ela não significa a instanciação de um valor variável por um valor constante? Esses termos são trazidos para atender a uma lacuna explicativa deixada pela cisão e configuram o esboço de uma teoria da relação semiótico-semântica de engendramento dos sentidos da linguagem. Mas, se é assim, por que cindir, em primeiro lugar? No mesmo texto em que Benveniste propõe a cisão, expõe a necessidade da continuidade. O que esta passagem demonstra é que recursos de ambos os domínios devem ser alocados conjuntamente, como parte de uma só e a mesma operação, para produzir sentidos no curso do uso da língua.

Comparada à sutileza da análise e ao tratamento cuidadoso que o componente semântico recebe em outros artigos, a distinção semiótico/semântico aparece como muito contundente e definitiva e como o abandono da possibilidade do desenvolvimento de uma teoria semântica mais sofisticada e complexa. À luz dos precedentes que examinamos, a proposta de *La forme et le sens* aparece mais como a interrupção súbita da evolução de um pensamento, do que um *insight* iluminador, como parece à primeira vista; mais como um corte abrupto do que como o corolário de uma longa elaboração, que visivelmente poderia ter ido em outra direção.

O que nos obriga a colocar a pergunta: é realmente necessária a cisão? A sustentação empírica da proposta tem inúmeras passagens que clamam, senão imediatamente por um tratamento diferente, pelo menos por uma exploração mais acurada. Aparentemente, há lugar para uma hipótese que considere a continuidade dos fenômenos de forma e sentido, ainda que seja possível observá-los separadamente. À luz da própria empiria benvenistiana, a distinção semiótico-semântico aparece mais como um corte brutal, como se ele quisesse se livrar drasticamente de um problema e não entrar propriamente nele. Não que a distinção não faça sentido, de algum modo. Mas não é possível ser tão categórico a respeito, como ele o é.

São considerações que fazem a cisão parecer mais uma **opção** epistemológica de Benveniste do que o corolário de um raciocínio ou a decorrência de uma realidade empírica que se impõe ao investigador. Não só não é segura a pertinência da cisão, como também

não é seguro que ela não crie mais problemas do que resolva, sobretudo considerando que assumir a cisão tem enormes implicações em todos os níveis - ontológico, epistemológico, metodológico. No mínimo, teria sido possível aventar a hipótese da continuidade, de uma reformulação epistemológica em outros termos. Por que Benveniste não o fez?

1.3 Uma questão epistemológica

La forme et le sens não tem a inflexão e o formato clássico de um texto que propõe uma mudança de paradigma. Para começar, é só um artigo, não um livro, o que desde logo limita a inclusão das passagens características: fazer um panorama da área e uma revisão de seu histórico, criticar seus postulados, apontar lacunas explicativas, propor uma nova metodologia superando as deficiências da antiga, tipificar os elementos, vender os horizontes abertos pela perspectiva que está propondo. Em alguma medida, o artigo contém implicitamente esses elementos, sintetizados em formulações densamente compreensivas, no formato conciso típico dos textos de Benveniste, mas em nenhum momento assume o tom - forçosamente pretensioso e agressivo - de quem inaugura ou promove uma abordagem. Ao contrário, o tom, quase angustiado, é o de quem se depara com um dilema e com o ônus de resolvê-lo, de dar algum encaminhamento a ele.

O mote do artigo é apontar um fato incontornável e sua consequência imediata - a duplicidade e a necessária cisão do objeto, para efeito de sua investigação. Dessa constatação Benveniste não extrai diretamente um programa, que só vai aparecer em *L'appareil formel de l'énonciation*, em 1970, e mesmo assim apenas como esboço. Porém, se o artigo não apresenta expressamente o roteiro para um projeto epistemológico, esta elaboração é sua decorrência necessária.

Propostas de mudança de paradigma supõem que se supere ou elimine uma abordagem para que a nova possa se desenvolver e ser implementada. Não é o que acontece em *La forme et le sens*. Benveniste não tem um contraditor; não há uma proposta equivocada que ele deseje combater.

A dificuldade de Benveniste, que motiva a angústia epistêmica visível em seus artigos e também os lapsos e contradições de seus raciocínios, é que ele não quer abrir mão do *acquis* estrutural. Considerando o notável desenvolvimento da Lingüística a partir do advento do estruturalismo, europeu e norte-americano, vale dizer, e assumindo o avanço que ele representou face ao historicismo alemão que o precedeu, não seria absolutamente o caso de renegar esse acumulado. Tendo se dedicado longamente à Lingüística estrutural - é no que consiste a maior parte dos seus artigos nos PLG - Benveniste não deseja eliminar, nem mesmo reformar, esse construto.

Suas considerações sobre a incompletude do objeto convidam a uma profunda revisão da abordagem estrutural. Elas deveriam tê-lo feito criticar o *Curso de Lingüística Geral* (CLG, doravante), que fundamentou o estruturalismo dos dois lados do Atlântico, como equivocado ou fortemente incompleto. Saussure deveria emergir como o contraditor de sua formulação. No entanto, não há o menor traço de um gesto ou fala nessa direção.

Além da preservação do *acquis* estrutural, Benveniste guarda um respeito quase reverencial pelo “mestre de Genebra”. Sua *démarche* teórica deve se dar a partir do estruturalismo saussureano, não contra ele. Daí a atitude paradoxalmente anti-iconoclasta de Benveniste - ele não é, nem quer ser, um destruidor. Daí a singularidade da proposição que ele depreende de sua crítica ao estruturalismo.

Essa crítica é velada, tão sutil e acomodatória quanto poderia ser. Embora levante e aponte as limitações do estruturalismo, com uma precisão quase cirúrgica, já que vai a fenômenos empíricos lexicais locais, por exemplo, ao invés de tecer considerações genéricas, como acontece com outras críticas, Benveniste não quer a eliminação dessa perspectiva. Essa atitude distingue sua posição daquelas que vão colocar que o estruturalismo saussureano foi um equívoco desde o começo.

A disposição cuidadosa em relação a Saussure se manifesta expressamente no artigo *Nature du Signe Linguistique*, de 1939 (PLG I). Benveniste aponta a impertinência do uso da comparação entre os termos *boeuf* e *Ochs*, apresentada no CLG para sustentar a noção de

arbitrariedade do signo, mas se apressa a dizer, logo em seguida, que “une pareille anomalie dans le raisonnement si serré de Saussure ne me paraît pas imputable à un relachement de son attention critique” (pg.50).

A contundência da crítica, que incide sobre um dos fundamentos maiores da formulação saussureana, a noção de arbitrário do signo, poderia levar, porque, de fato, já aponta, na direção da revisão que ele propõe em *La forme et le sens*, até porque um dos principais elementos dessa crítica - a questão da referência - está colocado. Porém, ele conclui o artigo dizendo:

“C’est peut-être la meilleur témoignage de la fécondité d’une doctrine que d’engendrer la contradiction que la promet. En restaurant la véritable nature du signe dans le conditionnement interne du système, on affermit, par-delà Saussure, la rigueur de la pensée saussurienne.” (pg.55)

Essa fidelidade a Saussure ou, em todo caso, o desejo acima aludido de preservar o *acquis* estrutural, são a explicação para a extrema singularidade de sua crítica epistemológica. Nem por isso, esse gesto deixa de causar estranhamento e de ser passível de críticas. Afinal, o que suscita sua proposição é, em primeiro lugar, o desconforto com o estruturalismo saussureano. São suas limitações, insuficiências e incompletudes que levam Benveniste a formular uma alternativa.

O teor de sua crítica deixa duas opções: construir uma nova epistemologia geral para a Lingüística, que renegará ou revisará de forma importante a perspectiva estrutural ou proceder à cisão, nos termos em que ele a propôs. Aparentemente, Benveniste considerou muito alto e injustificável o custo da primeira opção, não só pela solidez do construto estrutural, mas porque a sua supressão deixaria, por sua vez, importantes lacunas descritivas e explicativas.

Ou talvez Benveniste não quisesse contaminar os aspectos da Lingüística que pareciam bem resolvidos com um problema que poderia comprometer o edifício inteiro - mais adiante, esta será, por exemplo, a postura de Chomsky em relação à semântica. De fato, assumir a imbricação total dos fenômenos, semióticos e semânticos, projeta a disciplina

num campo de incertezas. Mais tarde, e em parte como seqüência à crítica benvenistiana, a multiplicação das abordagens lingüísticas sobre o sentido - todas as pragmáticas, todas as versões da análise do discurso, as inúmeras semânticas - num conjunto não coeso e não coerente de explicações, aparentemente vão justificar esse temor.

La forme et le sens propõe a instituição de um novo objeto que é também linguagem, mas que não se confunde com aquele que era investigado até então. A investigação do primeiro objeto, a semiótica da língua, estava bem estabelecida. A investigação do segundo, a semântica da linguagem, requeria ser fundada em termos próprios. Não se trata de confrontar duas explicações conflitantes sobre um mesmo objeto, mas de distribuí-lo, alocando-o em domínios específicos.

A singularidade da proposição de Benveniste está no fato dela gerar duas abordagens independentes - duas epistemologias ou duas disciplinas distintas. Cientistas que rompem com um paradigma, normalmente contrapõem o novo ao antigo, uma abordagem inédita a uma abordagem ultrapassada. Esse movimento é acompanhado e fundamentado pela noção de superação, de substituição de um referencial teórico por outro, mais adequado ao tipo de problema que se está colocando em foco. Constatadas as limitações descritivas ou explicativas de um modelo, passa-se a outro, supostamente mais compreensivo, abandonando o primeiro.

Em *La forme et le sens*, no entanto, não é assim que as coisas se passam. Embora sejam as limitações da perspectiva antiga que motivem o surgimento da nova, esta não é justificada em detrimento da outra, mas complementarmente a ela. Do que resulta um cenário inesperado. O semiótico e o semântico não disputam a explicação do objeto - eles correspondem a domínios tão distintos quanto aqueles cobertos pela Economia e pela Sociologia ou pela Química e pela Biologia.

A verdadeira contraposição colocada pelo artigo não é a do semântico *versus* o semiótico, mas entre concordar com a divisão ou cisão do objeto da Lingüística *versus* acreditar na sua

unidade ou continuidade fundamental. É esta a questão - teórica, empírica, metodológica - que fica para o leitor de *La forme et le sens*.

A discussão dessa contraposição deve ser feita considerando o quadro peculiar, da caracterização da relação entre as várias abordagens da Lingüística, que emerge da aplicação da formulação de Benveniste. Podemos dizer, por exemplo, que a gramática gerativa e a análise do discurso são abordagens complementares, a primeira tratando do semiótico, a segunda do semântico, e não perspectivas conflitantes, que disputam a explicação do mesmo objeto. O mesmo pode ser dito da relação entre a teoria da enunciação e a o estruturalismo saussureano. O que se entende por “linguagem”, num e noutro caso, são, de fato, objetos diferentes. São abordagens que, apostando na cisão do objeto, escolheram dar conta de um dos domínios, não respondendo pelo outro.

O contrário disso são abordagens como as de Greimas, Halliday, Calvet ou Labov, ou ainda propostas mais tópicas, como o projeto de semântica lexical de Pustejovsky, que investem na continuidade do objeto. O horizonte dessas abordagens é a viabilização e a implantação de uma perspectiva contínua que corresponda a uma resposta unificada sobre a natureza da linguagem.

A formulação de Benveniste é talvez a que coloca de maneira mais clara e contundente o dilema entre cisão e continuidade do objeto da Lingüística. Mas está longe de ser a única. Na verdade, esta questão é quase uma pauta permanente da Lingüística, que pode ser reconhecida ao longo de muitas reflexões e abordagens. A generalidade com que a questão se coloca e a diversidade das respostas que se apresentam mostram que ela corresponde a uma pendência da disciplina.

No cerne dessa pendência está a inclusão da semântica entre os estudos lingüísticos: aonde alocá-la? qual o seu status? qual o seu objeto? o que é o sentido? como ela se relaciona com o “resto” da linguagem? e com domínios não lingüísticos? É mesmo o caso de isolá-la, para dar conta dela, como propõe Benveniste? Ou, ao contrário, é o caso de assumir os fenômenos semânticos como extensão ou projeção de fenômenos de outras ordens? Ou

ainda, é o caso de partir para a construção de um novo aparato epistemológico que incorpore a sua formulação, mas invista na continuidade?

A caixa de Pandora aberta solenemente por Benveniste vai multiplicar as respostas para essas questões. Mas, como vimos, os próprios termos da colocação da cisão por Benveniste nos levam a suspeitar sobre sua real necessidade e a nos perguntarmos sobre a real impossibilidade da continuidade. Desde logo, nos parece que essa questão tem sido colocada largamente como uma questão de princípio das diversas formulações e não explorada como um tema empírico. De um ponto de vista geral, podemos dizer que o assunto nunca foi investigado nesses termos. Não que seja fácil. Não é fácil nem mesmo identificar os lugares empíricos precisos nos quais essa investigação deve se dar, nem os termos pelos quais de deve levá-la a cabo. Proceder a esta identificação é a motivação primeira deste trabalho.

1.4 Cisão e continuidade através da Lingüística

O interesse específico da formulação de Benveniste em *La forme et le sens* está no fato dele levar às últimas conseqüências uma percepção largamente partilhada pelos lingüistas - a de que se está lidando com mais de um objeto, particularmente quando se entra em terreno semântico. Não raro, ela incide sobre as formulações e é reconhecível em termos próximos ou aparentados com os colocados por ele. Frequentemente ela deriva para o questionamento da pertinência de que certos tópicos ou abordagens sejam assumidos como “lingüísticos” ou mesmo da legitimidade de que tal ou qual corrente integre a disciplina.

É uma solução a proposição salomônica de Benveniste, de cindir a Lingüística? São duas disciplinas que emergem de seu raciocínio, separadas desde as suas ontologias. Não se trata de níveis de análise ou sequer, como apontamos acima, de abordagens concorrentes. Trata-se de dois objetos, dois fenômenos inteiramente diferentes. Seria esta uma solução aceitável para as diversas correntes da Lingüística? Em que medida essas correntes se reconheceriam na cisão benvenistiana, em que medida rejeitariam a radicalidade de seus termos? Como a cisão é tratada ao longo dessas abordagens?

Uma forma interessante de responder à esta última questão é verificar como cada uma procede à delimitação dos domínios, como cada uma estabelece o que podemos chamar de “lugar de corte” entre eles: aonde termina o semiótico e começa o semântico? e qual o fundamento, a explicação, para a escolha desse lugar?

Para Benveniste, o lugar de corte são as unidades lexicais, com seu duplo estatuto: signo, semioticamente, e palavra, semanticamente. Quanto à frase, ele estabelece categoricamente seu pertencimento ao domínio semântico. Já para Chomsky, cuja formulação pode ser rotulada sem dificuldade como “semiótica”, no recorte benvenistiano, a frase, ao contrário, é o fenômeno formal - relativo à forma - por excelência, regendo inclusive todos os demais aspectos formais da linguagem. Quais os critérios que definem, para um e para outro, suas alocações?

Na discussão que se segue ao artigo, *La forme et le sens*, Paul Ricoeur interpela Benveniste a respeito. Em seguida a um longo argumento, no qual cita expressamente Chomsky, Ricoeur faz a seguinte colocação:

“Ce n’est pas seulement le mot qui peut être abordé du point de vue sémiotique et du point de vue sémantique, mais aussi la phrase. Accepteriez-vous de parler d’une sémiotique et d’une sémantique de la phrase?” (pg.237)

Benveniste responde catégorico:

“Je ne pense pas que la phrase puisse trouver place dans le sémiotique. Le problème de la phrase ne se pose qu’a l’intérieur du sémantique. (...) Toutes formelles que sont ces procédures, exposées sous une forme axiomatique, mathématique même, elles visent en définitive des réalisations. Nous ne cessons pas d’être dans le sémantique.” (pg.237)

Esse argumento é tão mais desconcertante se lembramos que a cisão, baseada na analisabilidade da sentença a despeito de seus atributos semânticos, é o pilar fundamental da formulação de Chomsky, que veio a ser conhecido como a postulação da “autonomia da sintaxe”. Já na sua tese de doutorado, *The Logical Structure of Linguistic Theory*, Chomsky coloca a cisão como condição de viabilidade da investigação lingüística que propõe. Mas é em *Syntactic Structures*, de 1957, ilustrada pela célebre sentença *Colourless green ideas*

sleep furiously, que essa posição aparece como premissa de um projeto epistemológico. A sentença visa demonstrar a autonomia da sintaxe face à semântica, já que, segundo Chomsky, qualquer falante nativo do inglês pode reconhecer a gramaticalidade desta sentença, não obstante ela não ter sentido.

Na primeira fase de sua elaboração teórica, uma sentença na voz ativa e sua conversão (“transformação”) para a voz passiva eram vistas como duas formas diferentes para um mesmo sentido, um entendimento que resultava diretamente de uma formulação pautada pela lógica formal. Essa equivalência imediata foi revista e abandonada no artigo *Remarks on Nominalization*, de 1970, em benefício de estruturas sintáticas mais sofisticadas. A partir desse momento, as operações sintáticas não são mais identificadas como “transformações”, mas como “movimentos” - que continuam, no entanto, subsumidos à condição de que sejam “sense preserving”. O que pode dar razão a Benveniste, cujo argumento para a rejeição do gerativismo consiste em não se impressionar pela apresentação formal e apontar que há, subjacente e decisivamente, um critério semântico presidindo estas operações.

A posição de Chomsky a respeito do lugar de corte se deslocou com o desenvolvimento de sua teoria. Esse deslocamento é identificável pela distinção crescente, a partir dos anos 1970, entre os termos *sintático* e *gramatical*. Até então sinônimos e intercambiáveis, o termo *gramatical* passa a “avançar” sobre aspectos semânticos e acaba sendo redefinido como cobrindo todos os aspectos formalizáveis da linguagem. A coincidência entre o que se entende por *fenômenos gramaticais* e por *fenômenos lingüísticos* é cada vez maior, na nomenclatura chomskiana. Como consta do capítulo “Grammar”, que introduz o livro de Radford (1997):

“grammar is traditionally concerned not just with the principles which determine the *formation* of words, phrases and sentences, but also with the principles which govern their *interpretation* - i.e. with the principles which tell us how to *interpret* (=assign meaning to) words, phrases and sentences.”

(pg.1, itálicos no original)

Em *Lectures on Government and Binding*, de 1981, que corresponde à primeira formulação da teoria dos Princípios e Parâmetros (P&P), aparece pela primeira vez a Forma Lógica (ainda com iniciais minúsculas). Definida inicialmente como uma “interface” entre a

sintaxe e a semântica, a LF passa, cada vez mais, a corresponder aos limites entre o formalizável e o não formalizável na linguagem.

O paradoxo da LF é que a noção de interface sugere um lugar de contacto, de trânsito entre elementos dos dois lados, porém, da forma como são caracterizadas suas operações, ela, de fato, funciona mais como uma barreira, como um filtro lógico que impede que elementos semânticos não-estruturados contaminem a qualidade da caracterização sintática, deixando-os fora da análise.

O esforço de incorporar a semântica à gramática (entendida na acepção chomskiana) foi a motivação da proposta de Pustejovsky (1995), *The Generative Lexicon*. O léxico gerativo é um dispositivo que aloca a semântica em unidades lexicais cuja estrutura é formatada para se relacionar com o nível gramatical. Pustejovsky pretende que a tipificação semântica seja tão completa e rigorosa, que permita a emissão de juízos de “semanticalidade” (*semanticality*) de sentenças, um termo forjado por analogia à *gramaticalidade*, para expressar a boa formação de enunciados, no sentido lógico dessa expressão.

O léxico gerativo é um projeto não só feito na trilha chomskiana de avançar a cobertura da formalização sobre outros aspectos da linguagem, como é expressamente concebido para funcionar acoplado a uma gramática gerativa, de modo a viabilizá-la e a caucionar formalmente as intuições semânticas nas quais ela eventualmente se lastreia.

O propósito maior do léxico gerativo, enquanto modelo semântico, é superar o que Pustejovsky chama de *sense enumerative lexicons*, isto é, léxicos arroladores de sentidos, que acumulam um repertório fixo de sentidos possíveis para cada palavra. O léxico gerativo, como o nome diz, pretende ser capaz de gerar sentidos novos e imprevistos a partir dos já existentes.

O problema do léxico gerativo é que ele efetivamente dá conta de gerar só uma gama muito limitada de sentidos novos, mais especificamente aqueles gerados por procedimentos analógicos, desde logo mais acessíveis ao entendimento comum. O léxico gerativo também

não escapa de um certo caráter enciclopédico, de uma vasta acumulação de sentidos a partir de usos, não cumprindo o propósito de economia e simplicidade que adviria do caráter recursivo dos dispositivos gerativos empregados.

A causa deste problema, que compromete decisivamente o projeto do léxico gerativo, é a imprecisão quanto aos limites entre informação lingüística e conhecimento do mundo. Como o próprio Pustejovsky admite:

“From the discussion presented above, the boundary between what we formally take to be linguistic or lexical knowledge and that which is sometimes referred to as “commonsense knowledge” might appear fuzzier than ever. Once we start enriching our lexicon with information that, to a linguist, appears better suited for a knowledge base, there may appear to be no systematic means to judge where to stop. Yet, the fact that there appears to be a **continuum** between these two types of knowledge doesn’t mean that there are not clear cases of paradigmatic linguistic behavior that are better treated as language specific knowledge, rather than in terms of general inferencing mechanisms. (...) these structures and devices are still language specific in identifiable ways. (...) there are clear and obvious means to interface lexical knowledge with commonsense and pragmatic inferences.”(pg.223, negrito meu)

Sua honestidade em reconhecer a dificuldade de definir o lugar de corte parece confirmar as prevenções de Chomsky e consagrar sua opção de estabelecer um limite mais estreito e mais seguro sobre os aspectos da linguagem dos quais se pode dar conta formalmente.

É interessante notar que, se esse problema se apresenta, de estabelecer um corte externo entre o lingüístico e o não lingüístico, é justamente porque Pustejovsky optou por não proceder a um corte interno ao próprio domínio lingüístico, separando o semântico e o semiótico. Seguindo o programa chomskiano, Pustejovsky tende a equivaler o lingüístico com o gramatical ou, pelo menos, com o “gramaticalizável”. Porém, em contraste com Chomsky, ele investe contra a cisão e pela continuidade do objeto da Lingüística, na medida em que propõe o desenvolvimento de uma semântica em seus próprios termos e com sua própria lógica, e não dependente ou extensiva das estruturas sintáticas. Se o seu projeto for bem sucedido, as operações lingüísticas poderão ser caracterizadas como ocorrendo em um único plano de eventos, dispensando “interfaces” como a Forma Lógica.

O léxico gerativo de Pustejovsky é talvez o projeto mais sério e mais sofisticado nesta direção. Mas está longe de ser o único. Inúmeros projetos, como o da semântica dinâmica, apresentado em Groenendijk&Stokhof (1991), partem do reconhecimento das limitações da semântica formal para compreender grande parte dos fenômenos lingüísticos e tem como meta fazer avançar os limites do formalizável e, com eles, o grau de compreensão empírica da abordagem.

Toda a discussão semântica-pragmática consiste na questão do lugar de corte - aonde termina uma e começa a outra? É o tema do artigo de Ruth Kempson (1996), intitulado *Semantics, Pragmatics and Natural-Language Interpretation*, que abre dizendo:

“Semantics as the study of meaning in natural languages, and pragmatics as the study of how utterances are interpreted, might seem to be one and the same study. Given that the meaning of an expression is the information that that expression conveys, and that interpretation by users of the language is the retrieval of information from expressions, it may be hard to envisage that they could be separable. Nevertheless, semantics and pragmatics constitute two quite discrete programs of research.” (pg.561)

O desafio colocado pelo artigo é como analisar “context-dependent phenomena”. O artigo começa por colocar a via semântica e a via pragmática como dois percursos inteiramente distintos, mas investe na sua conjunção. Tendo exposto uma e outra via, Kempson diz:

“On the differences between the semantic and pragmatic approaches, superficially the most prominent is the commitment to formal specification on the one hand contra the extremely informal mode of presentation on the other. More substantial is the difference in mode of explication; the pragmatic assumption being that explanations of utterance interpretation are defined at least in part in terms of the form of the proposition the utterance expresses, the semantic assumption being to the contrary that no explanation of interpretation invokes anything other than a direct mapping from syntactic constructs of the string itself onto model-theoretic objects constituting the interpretation.” (pg.564)

A conjunção que ela propõe, em seguida, consiste basicamente em conceber expedientes para formalizar o aporte pragmático de modo a inclui-lo na interpretação semântica. Reconhecemos aqui o mesmo zêlo benvenistiano em preservar os dispositivos formais de análise, impedindo que eles sejam diluídos pela imbricação com abordagens cujo modo de

apresentação pode ser “extremamente informal”. De qualquer modo, ela conclui pela possibilidade e desejabilidade da conjunção, que seria mais precisamente caracterizada como uma absorção da pragmática pela semântica lógica.

No campo da sociolinguística, é uma argumentação em sentido inverso que encontramos, no posicionamento de Louis-Jean Calvet contra Saussure. No seu volume introdutório à sociolinguística, Calvet (2002), admoesta Saussure por não conferir a devida centralidade ao fato da língua ser um “fato social”. No capítulo intitulado *A luta por uma concepção social da língua*, Calvet deplora a “dupla determinação”, segundo ele atribuída por Saussure à língua, que seria um “fato social”, mas também “um sistema que tudo contém” (pg.16). A essa cisão teria se contraposto Meillet, que seria, portanto, inexatamente identificado como discípulo de Saussure. Porém, a perspectiva não cindida de Meillet só teria sido efetivamente desenvolvida por Labov, com aportes de Bourdieu e de Bakhtin (referido a partir de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*).

Expondo a impossibilidade de que os fenômenos de variação linguística investigados pela sociolinguística possam ser compreendidos por uma abordagem estrutural, Calvet conclui afirmando que fracassaram:

“os autores [que] tentaram definir a sociolinguística em relação à linguística. (...) é o inverso que se deve fazer. Se se leva a sério a afirmação, (...), de que a língua é um fato (ou um produto) social, então *a linguística só pode ser definida como o estudo da comunidade social em seu aspecto linguístico*. E, por sua vez, a sociolinguística só pode ser definida como a linguística.” (pg.161, itálico no original)

Para Calvet, a linguística estrutural e gerativa não tem “a mínima razão de ser, exceto se considerada [como a] parte da sociolinguística que descreveria o funcionamento interno das línguas.” (pg.161). O projeto dele é, expressamente, fazer com que aquilo que atualmente é rotulado de sociolinguística “absorva” e incorpore nos seus próprios termos os objetos cobertos pelas outras abordagens. Em resumo e sem nenhum exagero: a extinção da Linguística como a praticamos hoje e sua “absorção” pela Sociolinguística.

Como Pustejovsky, Calvet também é um apóstolo da continuidade, que investe contra o corte (“*coupure*”) saussureano. pelo estabelecimento da continuidade em termos de um reducionismo social, no qual a linguagem não teria uma ontologia própria, mas seria redutível e reconhecível como parte de uma ontologia do social. O interessante dessa comparação é que são dois projetos fortemente programáticos, mas com magros resultados a apresentar até o momento. O que não significa que eles não possam florescer no futuro.

Se Saussure é identificado como a grande matriz das posições estruturais, para muitos, a posição quintessencialmente anti-saussureana corresponderia à posição de Bakhtin. Ela representaria um caminho inteiramente diferente pelo qual a Lingüística poderia - e deveria - ter existido.

A argumentação em favor dessa posição é quase sempre reportada ao texto de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. No entanto, não só a controvérsia sobre a autoria tem se decidido em favor de estabelecer realmente Voloshinov como autor do MFL, como suas posições não seriam as mesmas de Bakhtin. Ou, ao contrário, é a diferença flagrante de posições que permitiu aos estudiosos bakhtínisticos assumir que se trata de autorias distintas.

Esse assunto é discutido muito propriamente por Faraco (2003), cujo ponto de vista converge com o apresentado por Brait (2006). Em contraste com as conhecidas posições de Voloshinov, expressas em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, as posições de Bakhtin, no capítulo 5 dos *Problemas da Póetica de Dostoiévsky*. Faraco dedica um tópico, *Lingüística e translingüística*, especialmente ao tema. É desse tópico, entre as pgs.91 a 95 do seu livro, que seu tirados os excertos abaixo.

Tendo postulado duas disciplinas, a lingüística e a translingüística, no capítulo 5 deste livro, Bakhtin, *apud* Faraco (2003), diz o seguinte:

“Obviamente a pesquisa translingüística não pode ignorar a lingüística e deve fazer uso de seus resultados. A lingüística e a translingüística estudam um e o mesmo fenômeno concreto, altamente complexo e multifacetado, a saber, o discurso [slovo] - mas o estudam a partir de vários lados e diferentes pontos de

vista. Elas devem se complementar mutuamente, mas não devem ser confundidas. Na prática, as fronteiras entre elas são freqüentemente violadas.”

Remetendo-se a outros trabalhos assinados por Bakhtin, particularmente *O problema do texto*, Faraco comenta:

“Ele [Bakhtin] apenas considera que a lingüística, embora necessária, é insuficiente para o estudo da comunicação verbal em si, nos termos em que ele a entende, isto é, para o estudo das formas desta comunicação, da natureza dos enunciados concretos, das relações dialógicas, dos gêneros do discurso.”

Em seguida, Faraco estabelece o contraste com Voloshinov:

“Nesse sentido, há uma clara diferença entre ele e Voloshinov. Este é um crítico contumaz da lingüística, em especial de sua perspectiva formal (que ele designa objetivismo abstrato). Seu argumento básico é que a noção de sistema sincrônico não tem qualquer objetividade e, portanto, é um erro persegui-la cientificamente. (...) enquanto Bakhtin considera que o lingüista está correto em abordar os elementos lingüísticos no contexto fechado do sistema da língua (*O problema do texto*, pg.120), Voloshinov critica precisamente o fato de o pensamento lingüístico ter perdido, sem esperança, qualquer sentido do todo verbal (*Marxismo e filosofia da linguagem*, pg.110).”

Faraco aponta, em seguida, o problema da escolha de Voloshinov:

“Voloshinov não consegue lidar com clareza com a especificidade gramatical, negando-lhe a pertinência num ponto de seu texto e pressupondo-a em outro. (...) Embora alguns estudiosos da linguagem cheguem mesmo a negar essa especificidade, parece-nos, de fato, impossível tratar a linguagem verbal sem considerá-la.”

Para Faraco, o problema reside no fato de que não é possível negar esta especificidade. Daí essas lacunas e contradições e, acrescento eu, uma insuperável incompletude na perspectiva dita bakhtiniana sobre a linguagem.

A observação de Faraco toca num aspecto fundamental do tema dessa investigação. Ela aponta para o fato de que, aquelas abordagens cujo foco é o semântico - teorias do discurso, da enunciação, pragmáticas, interacionismos - deixam três opções:

(a) Admitir que há um fato gramatical, seja se remetendo a uma teoria específica, seja adotando uma postura agnóstica a respeito, não se comprometendo com nenhuma hipótese gramatical específica. A dificuldade dessa postura está no fato de que, em algum momento - na verdade, em muitos momentos - da explicação semântica, são requeridos conceitos gramaticais para identificar certos elementos ou para explicar certos fenômenos. Que estatuto conferir a esse suporte? Qual a fonte dessas referências necessárias?

Faraco se refere, elípticamente, a certos trabalhos que se reivindicam bakhtinianos, nos quais, tendo recusado Saussure e sequer cogitando recorrer à gramática gerativa, se remetem ... à gramática tradicional. Por que seria preferível recusar os modelos estruturais do século XX em benefício da gramática tradicional, cuja matriz é o racionalismo francês do século XVII ou as gramáticas latinas, assumidas como referência autorizada antes dele?

(b) Prover ela mesma uma hipótese gramatical como extensão e parte de seu arcabouço teórico. Esse passo é eventualmente sugerido, mas jamais realizado, conforme aparece em certos textos de labovianos ou bakhtinianos. A idéia de uma teoria gramatical completa que pudesse ser deduzida dos usos, das funções comunicativas ou do funcionamento dos discursos é, na verdade, implausível. Não admira que ela nunca tenha sido tentada à sério. A sugestão dessa possibilidade acaba funcionando mais como um expediente para eximir seus proponentes de um comprometimento mais específico. Ele desobriga a inclusão do componente semiótico como um dado permanente e necessário da produção de sentido na linguagem.

(c) Postular a inexistência da gramática como fato empírico natural ou fenômeno lingüístico. O que haveria seriam apenas palavras ou discursos, cuja organização eventual e sistemática seria ou bem casual ou bem construída institucionalmente. A própria existência da língua enquanto entidade empírica seria passível de questionamento.

Os termos fundamentais dessa discussão não são distantes do semiótico/semântico de Benveniste. Porém, não há qualquer parentesco real entre os textos - nenhum dos autores

(Bakhtin e Benveniste) leu o outro, tanto quanto se sabe. O que mostra a pertinência da questão e também a dificuldade de dar um encaminhamento decisivo a ela.

São sintomas de uma insatisfação, de uma não estabilidade e de uma não consolidação da ciência da linguagem.

Seja como parte de um mesmo - e contínuo - arcabouço, seja distribuído por dois domínios separados - cindidos, temos aqui uma perspectiva complexa.

Por um lado é possível e desejável, fazer teorias específicas sobre objetos específicos. Isso garante teorias mais consistentes. Mas deixa lacunas que, um pouco paradoxalmente, impedem o avanço dessas mesmas teorias, estabelecendo um limite *a priori* para o seu desenvolvimento. Por outro lado, abordagens contínuas tendem a pecar por inconsistências que comprometem pela base seu alcance explicativo, se aplicando o velho dito escolástico de que o que se ganha em extensão se perde em compreensão. A vocação dessas abordagens acaba sendo uma certa diluição do objeto - em alguns casos, literalmente, como faz Calvet, ao reduzir ontologicamente o lingüístico ao social.

As oscilações, e mesmo as inconsistências, do argumento benvenistiano têm sua razão de ser. Simplesmente não é fácil propor uma saída. É difícil ser categórico tanto com a cisão quanto com a continuidade. Como vimos, essa dificuldade se manifesta através das inúmeras abordagens da Lingüística. O problema da cisão é que é tão difícil confirmá-la como negá-la. Daí ela acabar se tornando um elemento de incerteza permanente.

Porém, com todas as dificuldades, superar, resolver ou equacionar devidamente essa questão é condição para o progresso da ciência da linguagem. Não haverá avanços sem que esse ponto seja elucidado. Creio que há uma consciência implícita generalizada desse fato, como demonstra o esforço de suprir ou compensar essa lacuna, visível muito freqüentemente ao longo do trabalho de elaboração teórica na Lingüística. A questão é: como avançar? em que direção?

1.5 Formulando uma hipótese para o movimento da língua

Empiricamente, a relação entre os termos da contraposição em questão pode ser caracterizada como uma fita de Moebius: em muitos fenômenos, pode-se observar claramente a cisão, o semiótico e o semântico como parte e contraparte; em outros fenômenos ou em outros lugares dos mesmos fenômenos, é possível observar a continuidade e a imbricação entre ambos. É, sobretudo, dessa relação moebiusana que deriva a dificuldade em dar um encaminhamento satisfatório e produtivo à questão. É ela que torna invariavelmente inconsistentes, em algum momento da elaboração ou da implementação, cada uma das teorias que insistem em apostar radicalmente na cisão ou na continuidade.

Apesar de apresentar atualmente uma enorme diversidade de abordagens e do vigor de sua produção, o campo dos estudos da linguagem vive um impasse paralizante, em função da pendência representada por esta questão. É preciso ir além de um “estado da arte” - mais estático do que nunca - no qual as perspectivas que incidem sobre ela (a questão) tendem a se esgotar nas próprias premissas e não são formuladas em termos que propiciem a própria superação. É preciso acreditar que é possível avançar na sua resolução, investindo em formulações efetivamente produtivas, cujos resultados façam o tema progredir e a área com ele. É preciso que essas formulações propiciem uma exploração empírica da questão. São as direções que esta investigação pretende assumir.

O primeiro passo dessa empreitada é localizar um fenômeno ou tipo de fenômeno que se preste a essa investigação. A esse respeito, duas linhas de corte são imediatamente reconhecíveis e apontadas expressamente ao longo da produção lingüística que tematiza questões relacionadas à cisão ou continuidade:

(a) atribuir um caráter estático *versus* um caráter dinâmico à linguagem

(b) atribuir uma ontologia própria à linguagem *versus* subsumi-la a outra ontologia

O primeiro corte é reconhecível nas contraposições usuais entre a lingüística estrutural e a análise do discurso, a gramática gerativa e as pragmáticas etc.

O segundo corte é identificável nas contraposições entre abordagens que enfatizam a lógica interna da linguagem, sublinhando seu caráter sistêmico, estrutural, intensional ou lógico-declarativo, e abordagens reducionistas (não no sentido pejorativo da expressão), biológicas, sociais, psicológicas, históricas, funcionais, para as quais a explicação da linguagem requer a remissão a eventos não inerentemente lingüísticos. É o caso da semântica lógica versus a teoria da enunciação, da lingüística estrutural versus o variacionismo laboviano etc.

De fato, tende a haver uma simetria na incidência das duas linhas de corte que as reduz a dois tipos (contrapostos) de abordagem:

1. caráter estático & ontologicamente lingüístico

2. caráter dinâmico & extralingüístico

Num mapa epistemológico da Lingüística, esta caracterização provavelmente seria reconhecida e aceita pela maior parte dos lingüistas.

No entanto, ela deixa de fora duas combinações:

3. caráter estático & extralingüístico

É quase difícil imaginar uma linha de pesquisa cujo objeto se enquadre nessa caracterização - talvez um estudo comparado de códigos como sinais de trânsito, ícones do Windows, programação visual de lojas e supermercados etc., que correspondem efetivamente a itens tematizados pela semiótica da comunicação aplicada, mas não chegam a configurar uma área de estudos lingüísticos.

4. caráter dinâmico & ontologicamente lingüístico

É o caso de buscar fenômenos sobre os quais essa combinação pode vir a incidir, seja imediatamente, a partir da observação empírica, seja após a revisão de outras interpretações para eles. A possibilidade da existência de fenômenos que possam ser assim caracterizados é um ponto cego da Lingüística, cuja hipotetização e investigação é, no entanto, fundamental para esclarecer a questão levantada neste texto e propiciar o avanço acima aludido. Essa combinação é considerada pela maior parte dos lingüistas como uma contradição em termos - se é dinâmico, não pode ser ontologicamente lingüístico. A própria caracterização dos domínios semiótico e semântico por Benveniste exclui essa possibilidade, o que indica que esta é também a sua posição. É justamente esse caráter supostamente impossível que acusa a possibilidade de que, a partir da exploração dessa combinação, possa emergir uma hipótese cujo desenvolvimento leve à superação da contraposição cisão-continuidade. A que espécie de abordagem corresponde essa combinação?

Ela tem um componente fundamental semiótico, já que, ao atribuir um caráter ontologicamente lingüístico ao objeto, presume a existência de um domínio no qual a linguagem tem propriedades próprias, irreduzíveis às de qualquer outro domínio. Ela supõe que pode ou deve haver pelo menos um plano de eventos nos quais pode-se caracterizar a linguagem como ontológica e funcionalmente autônoma.

O que não quer dizer impermeável ou não suscetível de ser influenciada por eventos de outros domínios. Ela terá que incluir o uso, os contextos, a diversidade, as incompletudes, em resumo, todo o elenco habitual de itens que tipificam as abordagens “dinâmicas” sobre a linguagem. A diferença é que, até agora, a inclusão desses componentes na análise foi feita indo-se para fora da linguagem; essa combinação requer que seja feita partindo de dentro dela.

Esse perfil sugere algo parecido, pelo menos em espírito, com a semântica dinâmica ou mesmo com o léxico gerativo. Porém, essas abordagens pecam por se ancorarem

rigidamente em modelos lógicos complexos, que devem ser apostos aos dados empíricos. Note que a abordagem que estamos propondo supõe uma total abertura de espírito para os dados que possam vir e para o tratamento a ser conferido a eles.

Ela tem algo do *ethos* chomskiano ao supor a atribuição de propriedades densamente produtivas à linguagem. Mas Chomsky também não se emancipou da matriz lógico-declarativa que construiu e cujos subprodutos, como as CFG (*context-free grammars*), por definição, não se prestavam a absorver fatores contextuais. A circunscrição teórica e empírica da gramática gerativa torna quase impossível qualquer desenvolvimento para fora desse limite e mesmo, é curioso observar, internamente a ele.

É no conceito saussureano de língua que encontramos uma lógica densa, mas que emana do próprio objeto, o que o vocaciona a corresponder à combinação em pauta. O que fazer, no entanto, com seu caráter alegadamente estático? O caráter efetivamente dinâmico da língua saussureana tem sido levantado na revisão crítica das concepções de Saussure que vem sendo levada a cabo nos últimos anos. A crítica das conhecidas dicotomias - língua/fala, paradigma/sintagma, significante/significado, baseada na interpretação dos originais do CLG e em outros textos de sua autoria que só recentemente vieram à tona, fez emergir uma noção de língua mais viva e mais dinâmica, mas não em detrimento das propriedades fundamentais que motivaram o seu estabelecimento como objeto primeiro da Lingüística. O Saussure do CLG e o Saussure dos *Anagramas* são agora vistos como um só e o mesmo e não como “deux Saussure”, como foi aventado quando da publicação dos *Anagramas*. Essa recaracterização, embora ela própria objeto de contencioso, representa por si mesma um avanço na direção que apontamos acima e torna a língua uma entidade poderosamente compreensiva de diversos fenômenos lingüísticos que antes estavam fora do seu alcance. A língua de Saussure é um objeto quase feito sob medida para o questionamento em pauta nesse trabalho e, por isso, é o ponto de partida obrigatório dele.

Para que o caráter dinâmico da língua possa ser considerado inerente a ela, é preciso que seu movimento não advenha de fontes ou motivações externas. Recorrendo ao contraste proposto por Humboldt, a língua deve ser caracterizada como produção (*Energieia*) e não

como produto (*Ergon*). Para tanto, é preciso que seu movimento seja interno, não só de engendramento, mas de auto-engendramento, de formas e sentidos. O desafio maior, aqui, é a dificuldade em distinguir a dinâmica da língua da dinâmica dos eventos nos quais ela comparece.

Entre os muitos fenômenos empíricos que identificam o movimento da língua, interessa particularmente a esta pesquisa o fenômeno da mudança lingüística. São fenômenos distintos a mudança semântica e a mudança semiótica? Ou só há mudanças semânticas, das quais as mudanças semióticas são um mero reflexo? Não há mudanças semióticas não motivadas por mudanças semânticas? Este é um tema em relação ao qual, partindo das novas concepções saussureanas, é possível avançar em relação ao próprio Saussure do CLG. Em meio à crítica das dicotomias, não tem sido examinada e criticada a dicotomia sincronia/diacronia. Para o tema em questão, esta é a dicotomia fundamental a ser superada; a mudança lingüística requer uma nova formulação, que supere o antagonismo, empiricamente insustentável, entre mudança lingüística e estado de língua. É ainda de Humboldt (1974) que vem a sugestão do percurso dessa superação. Na *Introduction à l'oeuvre sur le Kavi*, é a seguinte a passagem na qual ele introduz a famosa contraposição:

“En elle-même, la langue est non pas une ouvrage fait [*Ergon*], mais une activité en train de se faire [*Energeia*].” (pg.183, colchetes do original)

Esse trecho nos dá uma pista de que a virtualidade do futuro é um dado permanente da existência da língua. Sua transformação é parte de sua existência e não só não colide, como deve integrar a própria noção de estado. É esta a direção que a formulação deve assumir para chegar a uma caracterização dinâmica e ontologicamente lingüística da língua.

A questão do estatuto do movimento lingüístico sintetiza a busca a que visa essa investigação. Atribuído um caráter semiótico mínimo para a língua e identificado o movimento, particularmente a mudança, da língua como fenômeno a explorar, falta um terceiro componente para o desenvolvimento da nossa formulação, que é a tipificação dos processos de mudança lingüística, que consiste em responder à questão sobre como eles acontecem.

O como consiste em processos tácitos de pactuação entre os falantes, que engendram os próprios estados de língua. Esses processos podem ser caracterizados como processos de convencionalização de termos lingüísticos e envolvem subjacentemente tanto uma dinâmica social, quanto uma elaboração psíquica, sem que, no entanto, possam ser reduzidos a processos dessas ordens de eventos. A lógica desses processos nos leva a acreditar que, tomados consubstancialmente, eles podem identificar uma propriedade geral da língua, a qual estaremos chamando de convencionalidade.

A resposta envolve forçosamente o falante que, no entanto, deve ser definido a partir desses processos e não anteriormente a eles. Há aqui um desafio específico, qual seja, fazendo a crítica aos reducionismos (não no sentido pejorativo do termo), sobretudo sociais e psicológicos, fazer emergir o falante, também ele, como uma entidade ontologicamente lingüística.

A ser plausível, a hipótese da convencionalidade enquanto propriedade da língua sintetizará a caracterização do movimento da língua e abrirá caminho para a exploração de elementos que superem a contraposição semântico-semiótico, apontando para a constituição de um objeto único e contínuo e não duplo e cindido para o campo de estudos da linguagem.

É nos passos descritos acima que consistirá o percurso que constitui essa investigação.

O movimento deve emergir como propriedade inerente à linguagem, fazendo com que ela seja estável e reconhecível como ela mesma a qualquer momento, ao mesmo tempo que assegura sua condição de transformação permanente, de adequação a usos e condições novos e imprevistos, de projeção para o futuro. O saldo esperado por mim para esta investigação é o estabelecimento de uma direção que supere a contraposição que impedia essa emergência. Para mim, é a direção possível, necessária e desejável a ser extraída da leitura de *La forme et le sens*, e também de sua crítica e do exame de suas implicações.

Como Benveniste, encerro a colocação da questão que motiva essa investigação citando um fragmento de Heráclito, o de número 84a, que diz: *Mudando, repousa*. Ou, numa versão

menos concisa, *Em se transformando, [ele ou isso] repousa*. O que significa que não só não há contradição entre movimento e estabilidade, como o primeiro é condição da segunda e vice-versa. É uma condição permanente da linguagem que eu espero fazer emergir com esta exploração.

2. A língua, em Saussure e além

Para encaminhar a problemática levantada por Benveniste e avaliar a pertinência da sua proposição é preciso examinar os termos que a fundamentam, com o objetivo de responder às questões: É mesmo necessária uma abordagem específica, distinta da que cobre aspectos estruturais da linguagem, para dar conta dos fenômenos que ele alcunha de “semânticos”? Há efetivamente uma incompatibilidade inerente entre as noções de ordem e movimento na linguagem?

O primeiro e mais fundamental desses termos é a noção de **língua**. É a ela que Benveniste se refere elipticamente, ao longo de *La forme et le sens*, quando fala em “semiótico”. São dela os atributos que ele elenca, de entidade estática, auto-contida, que não se relaciona com as pessoas e com a realidade, impermeável ao externo, e que não se move.

Ao mesmo tempo em que aponta suas limitações, sua insuficiência para dar conta dos fenômenos de sentido, Benveniste a considera uma criação científica maior, que deu conta de um objeto difícil, cujo advento correspondeu a um salto qualitativo e instituiu uma nova época na Lingüística - méritos que fazem da língua um construto a ser preservado nos termos em que foi proposto, que não é passível de qualquer alteração, sob pena de ter pervertida sua integridade enquanto dispositivo descritivo e explicativo. Daí estar fora de cogitação, para ele, reformar a língua ou o arcabouço em que ela aparece para que o sentido caiba nela ou seja compatível com ela.

Quais as razões pelas quais a língua seria um impedimento para avançar na investigação do sentido da linguagem? É mesmo preciso, para dar conta do sentido, partir de uma concepção da qual a língua não faça parte ou na qual, só num segundo momento, o sentido incida sobre ela? Ou a língua é, desde logo, uma entidade necessária para se abordar fenômenos de sentido? Decidir o que fazer com a língua é o primeiro e fundamental passo para equacionar o dilema da cisão ou continuidade, examinando o que essa noção diz da relação entre a forma e o sentido na linguagem e concluindo se ela é um impedimento para que se

avance na exploração dos fenômenos de sentido ou, ao contrário, se ela é condição de sua viabilidade.

Esse exame nos remete à formulação saussureana sobre a língua, que está no coração do dilema de Benveniste e que ancorava toda a Lingüística de seu tempo. Para começar, é preciso entender como Saussure a concebeu, porque ele conferiu a ela o lugar central na fundamentação científica da Lingüística e qual o tratamento que a questão do sentido recebeu no âmbito dessa formulação.

2.1 Formulações saussureanas

A fonte das concepções saussureanas sobre língua e linguagem tem sido, desde sempre, o *Curso de Lingüística Geral* (CLG). Publicado em 1916, ele foi a referência fundamental da abordagem estrutural em Lingüística, que, tanto na Europa, como nos EUA, compreendeu virtualmente toda a investigação sistemática das línguas a partir dos anos 1920. Sua repercussão foi mais gradual na Europa, onde suas formulações conflitavam com o historicismo de matriz alemã, e mais rápida nos EUA, onde foi resenhado por Bloomfield, em 1924, e incorporado, epistemologicamente e metodologicamente, ao seu próprio *Language*, publicado em 1933, que, por sua vez, se tornou a referência do estruturalismo norte-americano. A receptividade maior nos EUA se explica pela forte consonância da elaboração de Saussure com a dos pesquisadores norte-americanos, não só lingüistas, mas antropólogos, dos quais muitas de suas idéias são tributárias. Também, pelo fato do objeto principal desses pesquisadores - as línguas indígenas norte-americanas - não envolverem um contencioso político tão espinhoso quanto o das línguas nacionais européias. Despojados desse moto ideológico, os norte-americanos puderam saudar, mais desarmadamente, o advento de uma perspectiva científica sobre a linguagem, sem temor de suas implicações em outros domínios.

Essas concepções se generalizaram a partir de sua aplicação à pesquisa sobre línguas e foram sendo adensadas gradualmente à medida em que foram aplicadas à linguagem em geral, irrespectivamente a línguas específicas. Nos anos 1960, quando Benveniste escreveu

La forme et le sens, o CLG estava consagrado como referência primeira e fundamental de toda reflexão que se pretendia científica sobre a linguagem.

Como é bem sabido, o CLG não foi escrito de próprio punho por Saussure. Ele é produto de uma compilação de anotações dos cadernos de seus alunos nos três cursos de Lingüística Geral - era o nome da disciplina que ele ministrava na Universidade de Genebra - editados por Bally e Sechehaye. A motivação da edição foi evitar que se perdessem os ensinamentos de um mestre já bastante conhecido e reverenciado pela originalidade das suas formulações lingüísticas, mas que não as tinha publicado ou deixado registradas em parte alguma. Saussure morreu em 1913 e a primeira edição do CLG apareceu em 1916. Esse “modo de produção” abre espaço para a possibilidade de haver grandes discrepâncias entre as idéias de Saussure e o que, por fim, ficou registrado no livro.

No prefácio à edição brasileira do CLG, Isaac Nicolau Salum faz um recenseamento minucioso sobre cada um dos possíveis pontos de infidelidade ou de não correspondência. Tendo dito que, assim como os ensinamentos de Sócrates e Jesus, recebemos um Saussure “de segunda mão”, Salum chama a atenção para as “deformações” feitas pelos editores, inclusive o famoso enunciado final do CLG (“A Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua estudada em si mesma e por si mesma”), que não corresponderia ao pensamento de Saussure.

Mesmo assim, as concepções apresentadas no CLG jamais foram objeto de contestação séria, no sentido de que o pensamento de Saussure pudesse ser o oposto do que consta ali. As relativizações propostas - falaremos delas num instante - retificam certas relações, mudam o peso e a densidade dos diversos elementos, mas não consideram falsas, nem pretendem a eliminação de tais ou quais passagens do CLG. De qualquer forma, os usuários do livro, pesquisadores, professores, alunos, sempre tiveram clareza da peculiaridade do modo de produção do volume, sem que isso fosse considerado como um problema.

O CLG é um livro desigual e descontínuo. Alguns temas se repetem, se superpõem ou aparecem de outra forma em passagens diferentes do texto. Algumas noções recebem

tratamentos diferentes ao longo do texto. Há desequilíbrios e incompletudes, com temas menores merecendo um enorme espaço e temas amplos, apenas algumas passagens. Seu caráter de “colagem” é flagrante, mesmo para um leitor desavisado. Chama a atenção a oralidade de certas passagens - em algumas delas, quase pode-se ouvir Saussure dando aula.

O CLG se parece com o tipo de material que se publica correntemente nas universidades anglo-saxônicas sob o rótulo de *lecture notes* - mais um roteiro que visa disponibilizar aos alunos o conteúdo veiculado em aula, do que um texto que visa dar conta em profundidade dos temas abordados nela. Chama a atenção, por exemplo, o quanto são escassas as referências a outros autores que trabalharam os mesmos temas - obrigatórias num trabalho científico - e o quanto perspectivas diferentes das que ele adota são aludidas apenas esparsa e elipticamente, não se constituindo no engajado exercício do contraditório com o qual um cientista está comprometido. A conceitualidade subjacente à exposição dos fatos da linguagem aparece freqüentemente colada à descrição deles, e não explicitada como uma formulação específica, fazendo com que as escolhas teóricas constem apenas embutidas na observação empírica.

Nós, professores, reconhecemos essa circunstância, comum nos cursos que ministramos, na qual o compromisso de cobrir certos fenômenos não permite considerações mais extensas sobre aspectos conceituais ou epistemológicos. Há temas que devem ser tratados só superficialmente ao longo de um curso, sob pena de se perder o foco do principal. Mesmo sabendo que alguns dos aspectos expostos são só a ponta de um iceberg, merecem apenas uma rápida menção. Outros, com menor relevância na formulação conceitual, podem ter uma importância maior no agregado didático que se quer veicular aos alunos. Há uma dissimetria natural entre um roteiro de curso e um texto científico. O *Curso de Lingüística Geral* é exatamente isso, um curso.

Esses aspectos são reconhecidos pelos editores Charles Bally e Albert Sechehaye no prefácio ao CLG, no qual eles descrevem a história e o modo de preparação do livro, as dificuldades de suas escolhas e os seus dilemas, e dizem, em seguida:

“Nossa idéia orientadora foi a de traçar um todo orgânico sem negligenciar nada que pudesse contribuir para a impressão de conjunto. Mas é precisamente por isso que incorremos talvez numa dupla crítica.

Em primeiro lugar, podem dizer-nos que esse “conjunto” é incompleto: o ensino do mestre jamais teve a pretensão de abordar todas as partes da Lingüística, nem de projetar sobre todas uma luz igualmente viva; materialmente, não o poderia fazer. (...)

Assim se explica que certas disciplinas mal tenham sido afloradas, a **semântica**, por exemplo. (...)

Inversamente, censurar-nos-ão talvez por termos reproduzido desenvolvimentos relativos a pontos já adquiridos antes de F.de Saussure. Nem tudo pode ser novo numa exposição assim vasta; entretanto, se princípios já conhecidos são necessários para a compreensão do conjunto, querer-se-á censurar-nos por não havê-los suprimido?” (CLG, pg.3, negrito meu)

Esta passagem mostra consciência de que o conteúdo do livro corresponde apenas ao “ensino do mestre”, o que deixa de fora a produção não usada nele. Também, o fato de que esse ensino obrigatoriamente incluía a produção lingüística precedente a ele. Em resumo, os editores estão chamando a atenção para o fato de que nem todas as idéias de Saussure estão no CLG e nem tudo o que está no CLG é de Saussure. O CLG contém uma amostra do pensamento de Saussure, mas não sua formulação completa, talvez sequer sua formulação principal. O que deixava, já desde a publicação do volume em 1916, um espaço aberto para que essas formulações eventualmente aparecessem.

Não obstante as vulnerabilidades assumidas pelos próprios editores, a edição de Bally e Sechehaye é um trabalho magistral. Ele apreendeu o caráter essencial do aporte saussureano: compreender - nos dois sentidos do termo - o *acquis* (acumulado, adquirido) conceitual da lingüística histórica e comparada e transcendê-lo projetando um novo patamar epistemológico que o incluía.

São as razões da acolhida favorável que o livro recebeu e de sua generalização como referência fundadora, nas décadas seguintes. A obra é um ovo de Colombo. Ao leitor desavisado, ele pode parecer uma coletânea de fatos sobre a linguagem, indo dos elementares aos complexos. Para muitos dos lingüistas que se debruçam sobre a epistemologia da Lingüística, ele é um começo entre os possíveis - outros livros, com outras perspectivas, poderiam ter dado início à investigação sistemática da linguagem. Mas

esta é uma ilusão retrospectiva. A singularidade do CLG é dificilmente replicável, por razões que veremos mais adiante.

É interessante considerar que talvez a difusão do CLG deva muito exatamente ao fato de ter o formato de um curso e não de uma digressão científica em profundidade. A obra que Saussure publicaria, se chegasse a fazê-lo, seria provavelmente densa demais para cumprir esse papel.

Quanto à autoria, o CLG foi saudado e reconhecido imediatamente como uma versão fiel das idéias de Saussure, por aqueles que as conheciam, o que compreendia grande parte dos lingüistas da época. É notável que não tenha havido, desde esse momento, nenhuma fala que contestasse a fidedignidade do CLG às idéias de Saussure. Fossem as formulações saussureanas atribuíveis diretamente a Saussure, fossem elas apenas inspiradas em seu pensamento; fossem essas formulações o principal do aporte saussureano, fossem elas apenas uma parte secundária dele, o CLG se revelou um fertilíssimo arcabouço epistemológico para a investigação da linguagem. Foi assim que ele serviu de fundamento para a Lingüística do século XX.

O interesse, ou mesmo o entusiasmo, pelas idéias de Saussure, acompanhado da consciência do caráter amostral do CLG, suscitou a expectativa de que formulações mais densas e elaboradas poderiam advir das mesmas ou de outras fontes. Foi o que motivou as pesquisas às fontes manuscritas - basicamente os cadernos dos alunos de Saussure - feitas por Robert Godel, que resultaram no trabalho *Sources manuscrites*, publicado em 1957. O impacto do trabalho de Godel coincidiu com a ascensão da voga estrutural na França, quando se pretendeu que a perspectiva saussureana poderia iluminar outras áreas de conhecimento, além da Lingüística, e passou-se a explorar e discutir todas as suas possíveis projeções, extensões e desdobramentos; o que, por fim, fez da investigação das idéias de Saussure um campo de estudos em seu próprio mérito.

Em 1971, Jean Starobinsky publica *As palavras sob as palavras - os anagramas de Ferdinand de Saussure*. Os “anagramas”, como ficou conhecido, eram análises de poemas

sagrados védicos e saturninos, das antigas Índia e Roma, que Saussure fazia durante suas viagens de trem entre Genebra e Marselha. Essas análises preencheram mais de duzentos cadernos. Nelas, Saussure identifica nomes próprios e sentidos ocultos encriptados nos versos, com tamanha regularidade e intensidade, que o teriam deixado perturbado e intrigado - como eles teriam ido parar lá, intencionalmente ou acidentalmente? haveria um terceiro caminho?

Julia Kristeva (cf. Dosse (1991), pg.73) interpretou os anagramas como revelando um “segundo Saussure”, para o qual elementos ausentes do CLG seriam relevantes para a investigação e o conhecimento da linguagem. Outros, como Lacan e o próprio Starobinsky, vão, ao contrário, ver nos anagramas uma continuação, um aprofundamento e uma aplicação específica de idéias apresentadas no CLG. Esse debate (rotulado por Dosse de “*Deux Saussure?*”) foi mais uma versão da discussão entre cisão e continuidade do objeto, que expusemos no primeiro capítulo.

O debate sobre os anagramas acusou a mesma lacuna, a mesma insatisfação manifestada por Benveniste em *La forme et le sens*. Ele foi parte do movimento de superação do estruturalismo na França, a partir do final da década de 1960. No que concerne a Saussure, ele abriu, pela primeira vez, a possibilidade de haver diferenças decisivas entre o seu pensamento e as formulações que constam do CLG.

A diluição do estruturalismo francês, entretanto, tornou desimportante essa discussão. Tão logo seus termos se tornaram claros, a tendência dos lingüistas foi optar por direções específicas, já definidas no âmbito de perspectivas “semânticas” ou “semióticas”. A definição geral de “lingüista” passou a ser insuficiente e a requerer a identificação de uma abordagem e/ou objeto para ser devidamente caracterizada. A epistemologia da Lingüística foi pulverizada em inúmeras abordagens - a gramática gerativa, a análise do discurso, as diversas semânticas e pragmáticas - e campos de investigação - sócio e psicolingüística, conversacional, computacional etc. Saussure não foi, nem é uma referência específica para nenhuma delas, a não ser negativamente, já que a maior parte delas se constituiu em contraposição às formulações do CLG.

Embora mantido um certo reconhecimento escolar de seu papel de “fundador da Lingüística” (um equívoco reiterado, já que a disciplina existia com esse nome um século antes; o que Saussure fez foi conferir cientificidade a ela), Saussure deixou de ser a referência direta para qualquer desenvolvimento na Lingüística.

Curiosamente, a partir dos anos 1970, Saussure passou a ser usado freqüentemente como referência, mas fora da Lingüística. Ele apareceu como suporte a posições filosóficas ou artísticas pós-modernas, rotuladas como desconstrucionistas ou relativistas, ao lado de autores como Derrida, Foucault, Deleuze, Lacan. Ou, num movimento intelectual um pouco mais amplo, com epicentro nos EUA, que ficou conhecido como *linguistic turn* (“virada lingüística”), mas que nada teve a ver com a Lingüística. Fundamentalmente, o papel de Saussure nesse movimento foi e tem sido o de caucionar uma concepção relativista sobre o pensamento baseada numa concepção não-referencial de linguagem supostamente defendida por ele.

Dois fatores trouxeram Saussure de volta à tona, nos anos 1990.

O primeiro foi a volta do debate epistemológico na Lingüística. A fragmentação em abordagens que não conversam entre si, distribuídas por vários campos de investigação, trouxe a preocupação com a natureza e a consistência do objeto que queremos explicar. De que espécie de unidade fazemos parte? Nossa disciplina é só um arranjo institucional que reúne, mais ou menos acidentalmente, diversas linhas de estudo independentes? Uma coisa é admitir que há várias leituras possíveis de um mesmo objeto. Outra é assumir que a disciplina é um arquipélago de modalidades de investigação, indiferentes e irrespectivas umas às outras. Em alguma medida, este é o cenário contemporâneo da Lingüística, que suscita eventualmente o desconforto que coloca a questão ontológica e epistemológica na ordem do dia.

O segundo é o investimento que vem sendo feito por um contingente de pesquisadores, sobretudo europeus, na releitura de Saussure. Essa releitura é motivada por diversos

objetivos e passa por uma variada gama de temas: o reexame das fontes de suas formulações, seu verdadeiro lugar e papel na história da Lingüística, as relações de Saussure com a Lingüística do seu tempo, rediscussão de conceitos sassureanos, questões teóricas, empíricas e epistemológicas da Lingüística contemporânea, cruzamentos com outras disciplinas, como a Sociologia e a Psicologia, aspectos e implicações filosóficos de suas idéias, a avaliação em perspectiva do estruturalismo francês, a relação de suas idéias com a psicanálise e seu papel na fundamentação do lacanismo etc.

Essas pesquisas desencadearam uma produção regular de livros e artigos, bastante motivados, que propõem novas perspectivas sobre os temas sobre os quais versam. É nessa produção que se situa o livro de Simon Bouquet (1997), *Introduction à la lecture de Saussure*, uma das referências decisivas desta tese, do qual falarei logo adiante.

Esse movimento culminou com um grande congresso realizado em Genebra, em junho de 2007, chamado “*Saussure: 100 ans de linguistique générale*”, com palestra de abertura de Tullio de Mauro e que incluía, como parte da programação, uma visita a residência de Saussure em Genthod (toda a programação, as comunicações e os artigos apresentados estão disponíveis no site www.saussure.ch).

Um dos efeitos desse movimento foi a busca por escritos de Saussure que ampliassem a perspectiva, necessariamente limitada, oferecida pelo CLG sobre suas idéias. Houve um renovado interesse pelas *Sources manuscrites*, de Godel, até porque o título desse livro é inexato, como observa Bouquet (no prefácio de Saussure (2002)), já que uma grande parte desse material, isto é, das anotações dos alunos de Saussure, não foi efetivamente usado como fonte por Bally et Sechehaye e poderia dar margem a versões diferentes na edição do CLG.

Mas foi a descoberta e a exploração de certos escritos, ditos “autografados”, do próprio Saussure que trouxeram à tona formulações inéditas, que discrepavam da abordagem do CLG. Esses escritos consistem sobretudo em dois conjuntos:

Os primeiros, conhecidos como “os manuscritos de Harvard”, são um vasto conjunto de escritos dispersos - rascunhos, cartas, esboços, pesquisas, reflexões - adquirido dos filhos de Saussure pela universidade de Harvard, em 1968, por intermédio de Jakobson. Eles estão descritos num artigo de Parret (1994), intitulado justamente *Les manuscrits saussuriens de Harvard*.

Os segundos são escritos de Saussure descobertos, em 1996, na estufa do jardim do *hôtel* genebrino da família Saussure (a residência principal era o solar de Genthod), e publicados em Saussure (2002) como *Écrits de Linguistique Générale*, numa edição organizada por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Essa edição agregou alguns outros escritos autografados de Saussure que já haviam sido publicados como parte de uma edição crítica do CLG feita por Rudolf Engler em 1974. Todos esses documentos se encontram disponíveis na Biblioteca Pública e Universitária de Genebra. Esses escritos, em volume muito menor do que os manuscritos de Harvard, são, no entanto, anotações mais concentradas no tema da lingüística geral e consistem em textos menos fragmentários, contendo inclusive alguns textos inteiros ou desenvolvimentos mais extensos.

O Saussure que emerge da leitura e análise desses escritos é, ao mesmo tempo, mais denso e mais profundo, porém mais incerto sobre diversos aspectos que aparecem “resolvidos” no CLG. O efeito desse movimento de revisão sobre a conceitualidade saussureana é no sentido da ampliação, da redefinição de algumas relações, de certas retificações, importantes mas pontuais. O que emerge é uma formulação geral mais complexa, mas também mais dispersa, com mais lacunas, com mais questões pendentes - torna-se mais compreensível que Saussure tenha resistido a publicar suas idéias. O saldo geral dessa revisão é extremamente estimulante, sobretudo abrindo para novas explorações lingüísticas a partir de suas idéias e não contra elas ou apesar delas.

Um dos efeitos interessantes da revisão é simplesmente suscitar uma leitura mais atenta do próprio CLG. Essa leitura deixa claro que muitas das concepções que foram veiculadas como “saussureanas” eram apenas a interpretação que os estruturalistas franceses fizeram

dela. Por outro lado, não deixa de ser desconcertante que um dos efeitos do *revival* saussureano seja trazer à luz concepções que desde sempre estiveram disponíveis.

2.2 A revisão por Simon Bouquet

Introduction à la lecture de Saussure, de Simon Bouquet, foi publicado em 1997. Nenhum outro trabalho, no âmbito do movimento de releitura de Saussure, assume com tanta gana e explicitude que é o caso de retomar o projeto saussureano original para o bem do desenvolvimento da Lingüística. Nenhum faz uma ponte tão direta entre o reexame do passado e as perspectivas do futuro, da disciplina. O livro congrega o trabalho zeloso do hermeneuta que recupera e analisa textos originais com o arrojo do investigador que inaugura uma perspectiva a partir de uma descoberta. Em uma palavra, é uma obra muito instigante, mesmo que não se concorde inteiramente com todas as suas colocações, como é o meu próprio caso.

No que diz respeito a esta tese, o interesse do livro do Bouquet é que ele consiste numa resposta, quase sob medida, a *Le forme et le sens dans le langage*, de Benveniste, provendo uma formulação básica a partir da qual é possível elaborar uma hipótese para a explicação dos fenômenos concernidos pela problemática da cisão ou continuidade do objeto da Lingüística. Há mesmo uma nota de rodapé (pg.328) na qual Bouquet aponta rapidamente que considera a distinção semiótico/semântico, proposta por Benveniste, não como um “*dépassement*” (o termo é de Benveniste) de Saussure, mas como um fenômeno lingüístico que pode ser subsumido à teoria do valor saussureana. No entanto, o que relaciona o livro organicamente à questão que colocamos no primeiro capítulo, são duas das proposições principais enunciadas por ele, como frutos de sua análise, a saber:

(1) a de que o projeto inconcluído de Saussure aponta na direção do desenvolvimento de uma gramática do sentido (*grammaire du sens*), que não só tem a semântica por objeto, como compreende uma concepção dinâmica sobre ela, e

(2) a de que certas vertentes de investigação lingüística que se pretendem não-saussureanas ou anti-saussureanas (como a gramática gerativa, a pragmática e a análise do discurso), são, de fato, caudatárias da formulação de Saussure.

Essas duas proposições conversam e colidem frontalmente com o argumento benvenistiano de que, como a semântica é um fenômeno lingüístico dinâmico e singular em relação à língua, ela requer uma epistemologia própria independente. Essencialmente, Bouquet coloca que a resposta para a questão levantada por Benveniste já estava em Saussure, do que decorre que não faz sentido buscá-la pela superação de suas idéias. Ou, para recuperar os termos que eu propus, no primeiro capítulo, para essa discussão, aonde Benveniste vê razões para se postular a cisão, Bouquet argumenta pela continuidade do objeto e da epistemologia para investigá-lo. O que torna particularmente interessante esse confronto é o fato de que as duas posições antagônicas se baseiam em uma só e a mesma referência teórica, a lingüística saussureana.

O que nos leva ao contencioso em torno de Saussure, das leituras que se pode fazer dele e dos pontos de vista que elas efetivamente caucionam. Explorar esses tópicos e configurar um quadro coerente e satisfatório a respeito é a motivação fundamental do trabalho de Bouquet, não só do livro de 1997, mas da sua produção para além dele. Mas é no livro que essa disposição ao exame e a ampla perspectiva que ela abre aparecem como parte de um projeto mais ambicioso que tem por escopo o próprio horizonte epistemológico da Lingüística

O título, *Introduction à la lecture de Saussure*, falsamente inocente, contém já suposições agressivas. A própria noção de que o entendimento das idéias de Saussure requereria algum tipo de “introdução” soa estranha num ambiente no qual um volume atribuído a ele, o CLG, tem sido usado há décadas como livro de referência, inclusive como material didático a nível de graduação. Mas a premissa de Bouquet é justamente que, quem leu apenas o CLG, caso da vasta maioria dos lingüistas, não pode se considerar “introduzido” a Saussure. E, mesmo assim, para ele, essa leitura tem boas chances de ser irremediavelmente enviesada. O título didático é deliberadamente enganoso: não se trata de uma exposição item a item, de

modo que o leitor possa lenta e gradualmente ir se enveredando pelas sutilezas e complexidades do pensamento saussureano. Ao contrário, o livro começa já em tom maior, com uma densa discussão epistemológica, contrastando os horizontes da reflexão de Saussure com a direção argumentativa impressa pelos editores ao CLG. Em seguida, há a descrição do “aparato crítico”, que consiste numa detalhada recensão de fontes, das quais constam escritos autografados de Saussure, os cadernos dos alunos e algumas outras referências diretas. O objetivo é trazer ao leitor, tanto quanto possível, um Saussure sem mediações, em nome do “intérêt pédagogique remarquable que présente l’accès à la **lettre authentique** du programme saussurien pour une initiation à la science du langage” (pg.VII, negrito meu). Prover um Saussure em primeira mão, mas extraindo, desde logo, as implicações de sua mensagem, é o propósito fundamental do livro.

A meta primeira da *Introduction* é promover a superação do CLG como referência do pensamento saussureano. Mesmo reconhecendo que a edição de Bally e Sechehaye é uma “synthèse magistrale de la réflexion saussurienne”, Bouquet faz um juízo implacável do resultado, dizendo que ele oferece “un réflet déformé de la pensée qu’il prétend faire connaître, trahissant (...) les notes de cours et les manuscrits autographes de Saussure sur lesquels il s’appuie” (pg.I). Para ele, o CLG é uma deformação e a traição de um pensamento cuja integridade é preciso restabelecer. A grandeza do pensamento de Saussure teria sido diminuída por uma perspectiva limitada pelos horizontes dos editores. O tom motivado, quase militante, que perpassa todo o volume de Bouquet, tem a ver com o propósito de se opor a essa perspectiva, de retificar o desastre alegadamente provocado por ela.

Bouquet aponta duas distorções fundamentais do CLG em relação ao pensamento saussureano:

A primeira é que o livro é organizado a partir da lógica de um sistema acabado (“selon la logique d’un système achevé”, pg.II), quando as formulações saussureanas estavam longe de sê-lo. Ao contrário, eram incompletas, não perfaziam (ainda) um todo coerente, consistiam num trabalho em curso de elaboração.

A segunda é que o livro apresenta as formulações saussureanas como se elas estivessem inteiramente voltadas ao desenvolvimento de um programa epistemológico para a ciência da linguagem, quando elas incidiam sobre uma gama muito mais ampla de temas. São os conteúdos excluídos, o material não utilizado ou não levado em conta pelos editores, o objeto maior do escândalo de Bouquet. “L’homogénéisation imposée par les rédacteurs du *Cours* s’opère cruciallement à coup de suppressions” (pg.II), denuncia.

A resposta de Bouquet a essas duas distorções será trazer à tona os conteúdos suprimidos, dentro de uma lógica de sistema em aberto, apontando suas virtualidades, as linhas de desenvolvimento e exploração que ele propicia. É o mote que pauta a redação da *Introduction* e estabelece sua estrutura. Ao longo do texto, a cada item, Bouquet contrasta os elementos que aporta com o que consta do CLG ou com perspectivas que advieram da sua leitura.

Numa grande panorâmica preliminar, Bouquet apresenta o que ele identifica como sendo os três grandes temas (que ele chama, estranhamente, de três “configurações discursivas”) sobre os quais incidem as reflexões de Saussure. Essa apresentação, além de antecipar os conteúdos que serão tematizados ao longo do livro, visa chamar a atenção do leitor para o lugar relativo das formulações que aparecem no CLG em meio a ampla cobertura dessas reflexões, desfazendo o entendimento de que ele corresponda ao essencial do pensamento saussureano e seu papel como referência absoluta desse pensamento.

Essas reflexões consistem, segundo Bouquet, nos seguintes temas (os rótulos dos tópicos são de Bouquet, mas os comentários são meus, exceto quando ele é expressamente citado):

(1) uma epistemologia da gramática comparada

Bouquet previne que o termo “epistemologia” está sendo empregado aqui “au sens strict de l’étude des conditions de pertinence d’une science existante”, um uso distinto de outro que ele fará um pouco adiante.

A maior parte do trabalho de Saussure consistiu em agregar, sintetizar e organizar o acumulado do comparatismo para, só num segundo momento, criticá-lo e superá-lo. A mera constatação da presença e da importância desse componente é já uma refutação à noção de que Saussure teria zerado a Lingüística e fundado uma nova perspectiva a partir de formulações inteiramente originais. Na verdade, a atividade profissional de Saussure foi a de um típico lingüista histórico e comparado e a maior parte de sua produção, desde o seu trabalho inaugural, a *Mémoire* sobre as vogais nas línguas indo-européias, se inscreve nessa linha de trabalho, sem nenhuma discrepância. Saussure foi, em primeiro lugar, um comparatista exigente. É este o ponto de partida e a base de sua crítica e de seus desenvolvimentos posteriores.

O reconhecimento desse percurso, e mesmo o tributo a seus precursores, aparece na introdução do CLG, no capítulo *Visão geral da história da Lingüística*, de cujo texto constam as seguintes passagens (pgs.10 e 11):

“a escola comparatista (...) teve o mérito incontestável de abrir um campo novo e fecundo”

“O primeiro erro, que contém em germe todos os outros, é que nas investigações, limitadas aliás às línguas indo-européias, a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, o que significavam as analogias que descobria.”

“Esse método exclusivamente comparativo acarreta todo um conjunto de conceitos errôneos, que não correspondem a nada na realidade e que são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem.”

“Percebeu-se [em 1870] que as correspondências que unem [as línguas] não passam de um aspecto do fenômeno lingüístico, que a comparação não é senão um meio, um método para reconstituir os fatos.”

Embora seja um crítico severo do comparatismo, Saussure não o deixa para trás desdenhosamente, como procederam alguns dos lançadores de paradigmas da Lingüística do século XX. Ao contrário, ele reconhece a relevância do aporte e o assume como ponto de partida. Há todo um percurso de trabalho, empírico e teórico, até chegar à superação do comparatismo, e não um rompimento, puro e simples. O que sublinha a continuidade de

suas formulações com as que vieram antes e inscreve sua contribuição, muito tipicamente, no quadro que era chamado de “progresso da ciência”, antes que um certo pudor ideológico fizesse essa expressão parecer ingênua ou infeliz.

Longe de relativizar a excepcionalidade das formulações posteriores de Saussure, apontar esse componente comparatista e a importância dele como referência as caucionam ainda mais, mostrando que elas foram desenvolvidas a partir de uma base sólida, do trabalho até o esgotamento do modelo, de uma identificação muito precisa dos seus limites e pontos de falha.

(2) uma reflexão “filosófica” sobre a linguagem

Bouquet aponta a “suppression systématique de la thématique “philosophique” des leçons et des écrits” (pg.III) pelos editores do CLG. Soam um pouco estranhas, nos dois enunciados, as aspas que Bouquet coloca em torno do termo “filosófica”. A razão é que o termo não é empregado expressamente por Saussure, mesmo nos textos autografados, a não ser muito esparsamente. Do que decorre que o presumido caráter “filosófico” da produção de Saussure tem que ser atribuído de fora, como fruto de uma interpretação. Considero este um aspecto discutível da proposta de leitura feita por Bouquet e voltarei a falar dele quando falar da minha própria perspectiva, no próximo tópico.

Porém, para falar do que é incontroverso, é notório, nos textos autografados, o domínio por Saussure da reflexão filosófica sobre a linguagem, particularmente a que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII (a “lingüística cartesiana”, como foi alcunhada por Chomsky), mas também aquela feita por filósofos do século XIX, como Humboldt e Schleiermacher.

Esse conhecimento de causa filosófico singularizava Saussure em relação aos lingüistas seus contemporâneos, estabelecendo tanto um *background*, como um horizonte mais amplo para suas reflexões e conferindo a ele uma consciência particular do alcance das implicações dos conceitos que propunha. No que concerne especificamente às formulações lingüísticas, ele pode ser identificado por dois aspectos de suas formulações: uma

perspectiva universalista, sobre a linguagem e sobre o homem, e a disposição de operar a partir de formulações mais abstratas, mais conceituais, mais descoladas da realidade imediata do objeto. Ambos esses aspectos vão distanciá-lo do empirismo indutivo do século XIX e também de um certo imanentismo naturalista-idealista, associado ao romantismo alemão, que impregnava a Lingüística da época, e conferir uma vocação lógica à sua formulação, que se materializará nas concepções da língua como sistema e do signo como uma entidade de valor constituída por outros valores.

Bouquet vai enfatizar esse último aspecto, caracterizando-o a partir da distinção entre saberes positivos e não positivos (“savoirs positifs et savoirs non positifs”, pg.19). Essa distinção marcaria a separação entre ciência e filosofia a partir do final do século XVIII, tipificando os objetos da primeira como positivos e os da segunda como não positivos ou metafísicos. Para Bouquet, o mérito de Saussure, a esse respeito, terá sido desfazer ou desconsiderar essa demarcação e proceder a investigações e ao desenvolvimento de formulações sobre o objeto que incluía indistintamente ambos os saberes, positivos e não positivos. Essa abordagem fará toda a diferença e será decisiva para explicar a singularidade da lingüística saussureana e o alcance da perspectiva que ela inaugurou.

(3) uma epistemologia programática da Lingüística

Este é o conteúdo pelo qual o CLG se tornou conhecido e reconhecido por todos os lingüistas. Além de sublinhar o fato de que ele é só um entre os três grandes grupos temáticos, Bouquet vai insistir em que ele é apenas uma aposta, “un *pari* (...) quant à la scientificité d’une discipline a venir” (pg.II, itálico no original). É o que distingue, para ele, a epistemologia da gramática comparada, feita para uma “ciência existente”, de uma epistemologia “programática”, concebida como parte de um projeto de disciplina científica ainda por ser desenvolvida. O caráter de projeto era assumido expressamente por Saussure, tanto junto aos alunos dos cursos, quanto na sua correspondência envolvendo o tema. Na verdade, é quase dramática a apresentação de alguns conceitos fundamentais, como signo e valor, só nas aulas finais do terceiro e último curso. A história sugere que havia uma intensa formulação em elaboração e os escritos autografados reforçam ainda mais essa impressão,

com Saussure esboçando idéias, tentando caminhos, se deparando com contradições, com dificuldades conceituais, administrando sutilezas terminológicas.

Porém, não se deve exagerar o caráter virtual da lingüística saussureana. Grande parte dos tópicos expostos no CLG se apóia sobre pesquisas já feitas - o livro provê ilustrações empíricas a cada passo. Se há efetivamente uma incompletude - assumida mais ou menos timidamente no CLG e enfatizada por Bouquet - a disciplina não é um cheque a ser descontado no futuro, mas apresenta desde logo uma produção, uma conceitualidade, um método, resultados. O componente virtual do desenvolvimento da lingüística saussureana, para o qual os escritos autografados apontam, seria uma extensão da que já era praticada e não uma concepção cuja realização estaria completamente pendente.

Se é interessante que Bouquet chame a atenção para esses aspectos, que efetivamente tendem a passar despercebidos pelo leitor do CLG, não é possível assumir a radicalidade e a vênemencia, um pouco juvenis, com que ele condena os seus editores. Vale dizer que Bouquet parece ter modalizado sua posição crítica em relação ao CLG. Se neste livro, de 1997, ele não hesita em falar em “falsification opéré par les rédacteurs”, no prefácio aos *Elements de linguistique générale*, de 2002, ele considerará o CLG como uma fonte legítima do pensamento saussureano. Num tom mais brando e respeitoso, ele não falará mais em “falsificação”, mas em “negligência” dos editores; nem falará em “homogenização a golpe de supressões”, mas apenas que a epistemologia programática da Lingüística era “le champ de la pensée saussurienne (...) que Bally et Sechehaye ont voulu mettre en lumière” (pg.8).

O formidável trabalho crítico, hermenêutico e exegético de Simon Bouquet deixa claro que a edição de Bally e Sechehaye é só uma entre as possíveis. Considerando as circunstâncias, no entanto, é um trabalho notável, como atesta seu saldo principal: a Lingüística do século XX. Como quer que seja, mais importante do que nos determos na crítica ao CLG, o interesse dessa empreitada é fazer emergir a reflexão saussureana em todo o seu vigor estimulante. É o que Bouquet vai fazer ao longo de todo o seu livro: levantar cada um dos aspectos que ele considera relevantes, compará-los com o que ficou registrado no CLG e

mostrar como eles poderiam levar a desenvolvimentos diferentes. Além da comparação com o CLG, Bouquet identifica relações entre passagens dos escritos autografados de Saussure e elementos atuais da produção e reflexão sobre linguagem e Lingüística. A maior parte dessas relações aparece nas notas de rodapé, em grande número e extensão, que compõem o volume. Na medida em que, como fruto desse trabalho, emerge uma nova conceitualidade geral correspondente ao pensamento saussureano, Bouquet depreende dela a hipótese central do seu livro: a de que a elaboração de Saussure apontava na direção do desenvolvimento de uma gramática do sentido (*une grammaire du sens*).

Para Bouquet, o programa para uma gramática do sentido é a grande virtualidade da formulação saussureana e consistiria no desenvolvimento de uma semântica como parte da formulação geral sobre a língua. Esta semântica não só seria construída a partir dos elementos já definidos como constituintes da linguagem, a partir da língua, como já estaria, em larga medida, contida neles. Ela não constituiria um nível de análise à parte, mas participaria do fenômeno lingüístico em todos os níveis. Mais do que a continuidade do objeto, esta concepção supõe e postula a imbricação necessária do sentido aos fatos de linguagem. Por fim, o sentido dessa semântica não é apenas consistir num acréscimo interessante e valioso ao projeto de constituição da disciplina, mas numa condição sem cuja satisfação a Lingüística não pode se considerar constituída. Para Bouquet, ela é o ponto de fuga para o qual converge o desenvolvimento de todos os demais aspectos da linguagem contemplados pela disciplina, a vocação principal da lingüística saussureana, o horizonte último de todo o projeto.

Assim, Bouquet concorda com a noção de que não pode haver uma Lingüística completa sem semântica e também com o fato de que o CLG não a contempla, mas coloca que Saussure não só não excluiu os fenômenos lingüísticos de sentido de sua formulação, como ela apontava para eles, na seqüência de seu desenvolvimento. Para Bouquet, se há uma pendência semântica na Lingüística, ela pode e deve ser resolvida pela remissão às formulações originais - nos dois sentidos - de Saussure e à concepção saussureana de língua e não em oposição a elas.

A viabilização da gramática do sentido tem, entre as suas implicações mais interessantes, importantes efeitos no campo da organização epistemológica da Lingüística, da distribuição geral de suas abordagens e linhas de investigação. A perspectiva saussureana aportada por Bouquet não é candidata a ser uma escola a mais, entre as dezenas já existentes na Lingüística, mas, ao contrário, a ser uma perspectiva unificadora, que possa conter num arcabouço unificado a maior parte das abordagens, não em detrimento delas, mas, ao contrário, estabelecendo um nexos comum entre elas. Uma capacidade que Bouquet justifica dizendo:

“Peut-on dire (...) que Saussure a manqué, dans son programme, à poser les concepts épistémologiques propres à permettre des théories de la compétence syntaxique, de la pragmatique linguistique ou de l’analyse du discours? C’est tout le contraire: son concept de “valeur *in prasentia*” dessine le programme de ces linguistiques. (...) il serait injustifié qu’ils (...) revendiquent une rupture d’avec son programme épistémologique: il est aisé de montrer que leur linguistique s’est, au contraire, essentiellement bâtie sur ce programme.”
(pg.345)

Na quarta e última parte do livro, intitulada *Le programme d’une grammaire du sens*, o tom se torna mais intenso e o texto passa a misturar exposição e proposição. Pois Bouquet não só “constata” que a formulação de Saussure continha esse projeto, como adere convictamente a ele, passando a falar como co-proponente. Mais do que constatar a presença, ainda que latente, deste programa em Saussure, Bouquet considera que este projeto faz sentido para a constituição da Lingüística de hoje, talvez mais até do que quando foi formulado, o que dá um sentido atual ao seu aporte. Para Bouquet, mais até do que antes, quando sua única referência era o CLG, o projeto saussureano está em condições de prover uma epistemologia geral para a Lingüística.

A atualidade e a pertinência do projeto saussureano tornam o livro de Bouquet não uma revisão comparativa de velhos escritos, mas um projeto em seu próprio mérito. Ele reinscreve, atualizando, o programa saussureano no debate epistemológico contemporâneo

da Lingüística, sendo ao mesmo tempo uma contribuição importante para este debate. É comum, no âmbito desse debate, certos pesquisadores colocarem que a Lingüística poderia ter começado por outro caminho e evoluído a partir de um outro percurso que não este, pautado pelo CLG. *Introduction à la lecture de Saussure* agrega uma inesperada complexidade a essa discussão. A proposição de Bouquet acrescenta a ela um argumento incontornável, mesmo que não se concorde com sua fundamentação e com os posicionamentos que ela implica.

2.3 A perspectiva desta tese

De que maneira a volta a Saussure pode participar da formulação de um encaminhamento do dilema entre cisão e continuidade do objeto da Lingüística? Como ela responde à questão colocada por Benveniste?

Introduction à la lecture de Saussure de Simon Bouquet me parece um evento maior, um desenvolvimento e uma proposição fundamentais para a formulação de respostas a estas e a muitas outras questões. Tanto a noção de *grammaire du sens*, como o vislumbre da recuperação da unidade epistemológica da Lingüística, propostas a partir de sua interpretação das formulações originais de Saussure são idéias singulares e fecundas. Sua proposição não deixa de estar em consonância com preocupações e reflexões contemporâneas através da Lingüística. Ela se remete densamente à história da reflexão sistemática sobre a linguagem, desde as concepções filosóficas até o advento das concepções científicas, o que lhe confere uma ampla e sólida fundamentação. Ela dialoga com pesquisas em curso, em muitas áreas da Lingüística, e com outras desenvolvidas ao longo do século XX, integrando-as num todo e não pretendendo zerar a disciplina, como eventualmente acontece com os proponentes de novos paradigmas. Esta tese se inscreve no campo instaurado por essa proposição e consiste numa aposta e num investimento na sua produtividade.

No que concerne à questão colocada por Benveniste em *La forme et le sens dans le langage*, a proposição de Simon Bouquet provê um arcabouço completo e os termos

fundamentais para o desenvolvimento de uma resposta substantiva, na direção da continuidade contra a cisão do objeto da Lingüística. Isso, dentro de um quadro teórico bem definido, que ocorre ser precisamente o mesmo adotado por Benveniste, cuja referência são as formulações saussureanas sobre a linguagem. Tanto quanto faz sentido esperar uma resposta unitária (e não fragmentária) à questão de Benveniste, Bouquet oferece o melhor caminho possível.

As teses de Bouquet são teses fortes. Porém, a radicalidade de suas posições têm o condão de iluminar os termos em discussão, de fazer emergir com clareza o contraste entre as abordagens em questão, de iluminar os caminhos possíveis. É, em primeiro lugar, o que as torna extremamente produtivas, mesmo que, por fim, se as rejeite ou relativize e elas sirvam apenas para descartar a direção que ele propõe e induzir o investimento em outras direções.

Dito isso, há na minha abordagem certas singularidades, certas especificidades e também certas divergências, em relação a proposição de Bouquet, das quais vou falar em seguida.

Nossa expectativa não é encontrar as respostas em Saussure, mas a partir dele. Faz sentido nos remetermos a ele, seja porque as questões ontológicas e epistemológicas colocadas concernem à Lingüística como disciplina, o que requer a remissão a seus fundamentos, seja porque é a noção saussureana de língua o pivô da questão que suscita a proposta de Benveniste de cisão da disciplina. Avaliar a pertinência dessa noção é o primeiro e necessário passo para elaborar uma formulação que encaminhe a questão por um percurso conceitual e empiricamente consistente. Essa avaliação requer que se leve em conta o quadro completo do contexto de emergência dos conceitos saussureanos e da epistemologia que se atribui a Saussure.

Mais interessante e específico, a direção para a qual apontam os novos aportes (não só o de Bouquet, vale dizer) produzidos no âmbito do movimento de releitura mencionado anteriormente, é precisamente no sentido de desfazer a cisão, de criticar os termos que a fundamentam. Todos os componentes cuja ausência caracterizava a “rigidez” semiótica da

epistemologia saussureana - o sentido, a fala, o estilo, a permeabilidade às injunções sociais, a relação com a realidade, seu papel na formação da consciência - aparecem agora como parte de um só e o mesmo arcabouço. No que concerne à questão que preside esta tese, o Saussure que emerge da revisão é, desde logo, um proponente da continuidade, pelo menos de acordo com a leitura predominante, cuja tendência é afrouxar ou desfazer as dicotomias clássicas que identificam a epistemologia estabelecida com base no CLG.

São razões pelas quais a volta a Saussure é não só um ponto de partida interessante, mas um ponto de partida necessário desta tese. No entanto, trata-se de voltar a Saussure para ir além dele.

O que significa, em primeiro lugar, que não se trata, de modo algum, de fundar um lingüística neosaussureana, como mais uma escola, entre as muitas já existentes. Conforme já dissemos a respeito da proposta de Bouquet e, independente disso, pautado pela questão de Benveniste, o mote dessa investigação é recuperar uma perspectiva contínua para a Lingüística, de modo que as diversas abordagens efetivamente conversem entre si, que possam se reconhecer como lidando com um só e o mesmo objeto.

Também não se trata de proceder à exegese ou à hermenêutica dos escritos de Saussure como se tratasse da restauração de um texto sagrado cujo sentido teria se perdido e a partir de cuja recuperação se pudessem restabelecer verdades fundamentais sobre a linguagem ou cujo teor se pretendesse instituir como a verdade axiomática sobre ela. Não faz sentido procurar o “verdadeiro” Saussure para refundar a Lingüística a partir dele.

Em primeiro lugar, porque as hermenêuticas tendem a multiplicar as leituras e não a reduzi-las ou unificá-las - vide as hermenêuticas bíblica, jurídica, marxista, freudiana etc. Podemos antecipar que o mesmo acontecerá com qualquer hermenêutica saussureana que venha a se estabelecer, até porque o quadro que emerge dos escritos autografados está longe de ser unívoco e coerente quanto às concepções que apresenta.

Em segundo lugar, porque, novos ou velhos, os conceitos de Saussure não deixam de ser passíveis de críticas por serem de Saussure. Nenhuma abordagem pode se pretender inerentemente mais legítima do que outras por conta de uma presumida caução saussureana. Não é uma novidade, na Lingüística e em outras disciplinas, o recurso a um autor, alçado em autoridade detentora de um saber axiomático, para respaldar novas propostas, como parte do empenho em torná-las mais aceitáveis ou assimiláveis, contornando dificuldades ou objeções factuais. Por que não assumir, simplesmente, nesses casos, que se está propondo uma nova formulação? E que esta pode ou deve ser sustentada pelo interesse e pela pertinência de suas colocações sobre o objeto e não pela filiação a tal ou qual autor?

Uma das tendências do *revival* saussureano é tratar Saussure como filósofo - como alguém que provê um sistema mais ou menos auto-suficiente de concepções, que só podem ser devidamente compreendidas do seu interior. Esse sistema seria relativamente impermeável a críticas “externas” e interpela o estudioso a uma adesão ou rejeição completa - ou bem se é saussureano ou bem anti-saussureano.

Eu considero essa perspectiva equivocada e contraproducente. Saussure não era, nem pretendia ser um filósofo, e, sobretudo, não pretendia desenvolver uma perspectiva filosófica da linguagem, mas uma perspectiva científica. Conforme chamei a atenção na minha dissertação de mestrado (Dallari, 1993), no momento em que Saussure trabalha, ciência e filosofia estão em relação de contraposição, em detrimento da segunda. Enquanto a ciência tinha um compromisso com o que fosse empiricamente observável e recorrente, com uma grade conceitual consistente com essa empiria e com uma metodologia voltada à sua investigação, a filosofia era considerada inconsistente, especulativa e fragilmente fundamentada.

O CLG não é a obra fundadora da Lingüística - um equívoco comum, mesmo entre lingüistas - mas fundadora da Lingüística **científica**. A cientificidade é o mote de todo o volume, o que é colocado expressamente nos primeiros capítulos dele. Que o propósito fundamental de Saussure fosse explicar a linguagem no âmbito de uma abordagem

indispensavelmente científica não é um fato contestado por nenhuma dos reexames de seu pensamento. No entanto, a ele é dada pouca ênfase ou um tratamento enviesado, como se isso representasse um problema ou como se fosse preferível que assim não fosse. Não considero satisfatório o tratamento que Bouquet confere a esse aspecto, justamente imbricando supostos horizontes filosóficos de Saussure com o claro, seguro e assumido caráter científico de seu projeto. A cientificidade não é um propósito secundário ou que admita vieses, no projeto saussureano; ela está no cerne dele.

Não era suficiente para Saussure lançar uma perspectiva reveladora sobre a linguagem, que, por mais interessante que fosse, seria apenas mais uma em uma longa tradição. Além de ser verdadeira, era preciso, indispensavelmente, que essa perspectiva fosse científica. Por quê?

Para Saussure, adotar uma perspectiva científica era a única forma de estabelecer a investigação sistemática da linguagem de modo a superar concepções lingüísticas impregnadas por equívocos provenientes de fontes filosóficas, particularmente do idealismo romântico alemão. Estas concepções estão mencionadas elipticamente na introdução do CLG, quando diz que a Lingüística compreendia “certos modos de raciocinar que teriam causado espanto em outra ciência” e acrescenta que “hoje não se podem mais ler oito ou dez linhas dessa época sem se ficar surpreendido pelas excentricidades do pensamento e dos termos empregados para justificá-las” (pg.11). O CLG (pg.10) cita expressamente Schleicher, que acreditava que as línguas eram organismos vivos, que passariam pelas fases de desenvolvimento, maturidade e declínio.

É o idealismo romântico alemão que cria o sintagma “língua e cultura”, apontando para uma suposta realidade “orgânica” que identificaria a essência da natureza de uma comunidade e de cada um de seus indivíduos. O horizonte dessas concepções era assumidamente teleológico, como aparece no *Discours à la Nation Allemande*, de Fichte, cujos quarto e quinto capítulos visavam demonstrar que a Alemanha se encontrava num estágio superior da civilização, demonstração caucionada em presumidos atributos da língua alemã, comparada favoravelmente em relação a outras línguas. Pois a comparação do comparatismo visava, entre outras coisas, emitir juízos de valor sobre as línguas,

classificando-as como inferiores ou superiores a tal ou qual respeito, e não só constatar suas características. É a matriz, nem tão longínqua, do famoso aforismo de Heidegger, que, em 1953, efetivamente declarou: “Só é possível filosofar em alemão” e acreditava nisso literalmente. Daí constar, no CLG, o reconhecimento de que a comparação é necessária como método, mas que é preciso estabelecer claramente sua função no âmbito de um procedimento científico - para evitar esses descaminhos ideológicos.

A maior parte das concepções equivocadas sobre a linguagem, disseminadas no senso comum e que fazem parte daquilo que Marcos Bagno chama de “o preconceito lingüístico”, são formulações do século XIX e não equívocos ancestrais que corresponderiam a uma ignorância secular sobre a linguagem. As fontes dessas formulações foram os filósofos... ou os próprios lingüistas desse período.

Saussure não era pela cientificidade por ela própria, mas porque era a forma de superar as resistências que o objeto oferecia ao seu conhecimento, que incluíam todo tipo de injunção ideológica. A cientificidade era a garantia de objetividade - no sentido estrito de compromisso com o objeto, com sua caracterização e explicação. Os equívocos persistentes sobre a linguagem, cometidos não por um grupo de simplórios, mas por pensadores sofisticados, eram uma razão para Saussure acreditar que, mais do que qualquer outro objeto, a linguagem requeria o rigor de um tratamento científico para se dar a conhecer.

A recusa em ver Saussure como filósofo nos coloca em contraposição à posição de Simon Bouquet (1997), que argumenta intensamente nessa direção. Se não chega a postular expressamente que Saussure fosse um filósofo, Bouquet insiste, ao longo de todo o volume, no caráter filosófico de suas formulações, na perspectiva “metafísica” que ele teria em mente e no diálogo com a Filosofia subjacente a toda sua obra.

Evidentemente, se alguém quiser fundar uma escola filosófica saussureana, ninguém poderá desautorizá-la, pelas razões que eu mencionei mais acima. Porém, instituir Saussure em filósofo é retroceder justamente ao ponto do qual ele partiu, desprezando uma parte significativa e relevante do seu aporte. Particularmente para a questão colocada por esta

tese, o efeito de dar um tratamento filosófico seria produzir um construto - mais um - que se esgotaria em suas próprias premissas. Mais ou menos circularmente, tudo dependeria não de como se revelassem os fenômenos lingüísticos, mas de definições *a priori* tomadas a respeito de sua identificação e caracterização. É o que se quer evitar.

Saussure tinha boas razões para almejar e propor uma perspectiva científica, e não uma perspectiva filosófica, para a investigação lingüística. Fazer ciência é por o objeto à prova, testá-lo, convocar exemplos, amostras, casos, produzir a contraprova, fazer demonstrações, reunir evidências. E desenvolver uma conceitualidade, descritiva e explicativa, sempre passível de contestação e reformulação. Modelos filosóficos são necessariamente integrais e auto-contidos. Sua integridade depende de que seja mantido o arcabouço fundamental proposto. A fidelidade do investigador é antes ao arcabouço do que ao objeto investigado. Assim, por exemplo, um pesquisador filiado à semiótica peirceana não pode criticar seus conceitos fundamentais, mesmo que o objeto os desmintas, sob pena de desautorizar sua própria pesquisa. Fazer semiótica peirceana é, em primeiro lugar, trabalhar sobre as idéias de Peirce e não sobre o signo como objeto. Se o pesquisador, como consequência de suas explorações, optar por recharacterizar o signo em contraposição e em detrimento das idéias de Peirce, estará abandonando sua filiação filosófica e assumindo uma atitude científica. É a razão pela qual, mesmo tendo *insights* interessantes sobre aspectos da linguagem, perspectivas como a de Peirce ou Wittgenstein, não provêm programas de pesquisa de fôlego que propiciem a exploração de aspectos e o desenvolvimento de uma conceitualidade que não constem desde logo de suas formulações. Há um limite estabelecido *a priori* para o alcance admitido das consequências das explorações filosóficas sobre as formulações que as suscitaram. A ciência é uma obra aberta, cujo rumo é pautado pela contínua exploração do objeto. A reformulação conceitual alimentada pela sistemática remissão ao empírico é parte de sua condição. É o que propõe Saussure expressamente no CLG, não sendo desmentido por nenhuma das novas descobertas.

Talvez seja o caso de notar que, no ambiente científico contemporâneo, não é raro que a abordagem se sobreponha ao objeto, o que pode fazer parecer ingênuas ou equivocadas as colocações do parágrafo anterior. Ainda assim, as abordagens podem ser interpeladas por

suas colocações - e freqüentemente o são. Do que resulta um movimento intenso, de disputa, criação, cisão e esvaziamento de abordagens e linhas de investigação, que não seria possível ou admissível no ambiente filosófico. É importante registrar a plasticidade do saber científico *versus* o monolitismo do saber filosófico, apesar do descompromisso da Filosofia com a explicação de um objeto específico fazer parecer o contrário.

A consequência prática dessas considerações, na perspectiva que estou assumindo, é a disposição de tratar os conceitos saussureanos - novos ou velhos - sem maior cerimônia. Não há porque ter uma relação reverencial com suas concepções. Como acontece com qualquer cientista, algumas podem estar corretas, outras erradas, ou podem acertar em alguns aspectos ou conter um ou outro elemento aproveitável. Algumas devem ser mantidas como estão formuladas, outras devem ser reformadas ou completadas com outras formulações, outras definitivamente rejeitadas. Em resumo, deve-se agregar o que fizer sentido e descartar o que não fizer. O compromisso é com a explicação do objeto e não com o autor ou a abordagem.

É assim, por exemplo, que as concepções de Darwin vêm sendo reformuladas desde a sua proposição, em 1859, com a publicação da *Origem das Espécies*. Darwin não conhecia a genética, que ainda não tinha sido descoberta, e era lamarckista - acreditava na herança dos caracteres adquiridos, para falar de um aspecto, entre muitos outros. O componente genético foi agregado mais tarde, em detrimento de outras explicações, rearranjando a teoria. Outros eventos desse tipo foram acontecendo e vem acontecendo, ao longo dos anos, num processo permanente de reconfiguração do modelo. A formulação contemporânea da teoria da evolução aproveita o cerne do darwinismo, as noções de evolução e seleção natural, mas descarta certos componentes originais e acrescenta outros inéditos. Assim é com todas as ciências e todos os cientistas, mesmo os “pais fundadores”. Não há porque ser diferente com Saussure e com a Lingüística.

É também a conhecida história do átomo, que, concebido inicialmente como um “pudim de passas”, evoluiu para o modelo que se tornou popular na era atômica e atualmente é concebido como um pequeníssimo núcleo com elétrons girando a uma enorme distância

dele; sem contar as diversas partículas e subpartículas que foram sendo agregadas ao modelo. Essa elaboração aconteceu sem que ele deixasse de ser o átomo e sem que suas propriedades fundamentais deixassem de ser reconhecíveis. E, dado o caráter contínuo e coletivo do trabalho científico, ela não pode ser referida especificamente a um autor ou abordagem.

Essas remissões nos levam a perguntar por que não ocorreu a Benveniste reformar a noção de língua, de modo que ela pudesse conter o sentido? É, de fato, o percurso que estamos encetando aqui. É uma postura desde logo autorizada, e até desejável, partindo de uma disposição científica, mas difícil de ser assumida num viés filosófico, em relação ao objeto. O erro de Benveniste foi ter querido preservar a noção de língua tal como ele a havia recebido, quando poderia e deveria ter mexido nela. Se tivesse tido menos pudor em intervir numa obra que considerava consumada e uma postura menos reverencial para com o “mestre”, talvez ele tivesse se permitido esse gesto. Essa recusa *a priori* é tão mais surpreendente quando constatamos quantas vezes, ao longo de seus artigos, Benveniste esboçou formulações que apontavam na direção desta reelaboração. Benveniste, porém, preferiu evoluir para fora da língua e não de dentro dela. O resultado foi *La forme et le sens dans le langage*.

O próprio Simon Bouquet, se adotasse mais francamente a atitude aberta e criativa que é a sua, em relação às possibilidades de interpretação das formulações saussureanas, se as assumisse “apenas” como uma base de fundamentação, não pretendendo que elas contivessem desde logo um repertório conceitual completo sobre a relação entre língua e sentido, teria sido poupado de censuras como as que apareceram na resenha crítica de seu livro, publicada por Gabriel Bergounioux (1999) nos *Cahiers Ferdinand de Saussure*, nº52. Nesta resenha, Bergounioux considera que Bouquet leva longe demais, mais do que o consentido pelos escritos de Saussure, a extensão das formulações saussureanas na direção da cobertura dos fenômenos de sentido, sendo elas particularmente insuficientes para fundar uma *grammaire du sens*. A resposta de Bouquet (2000), no número seguinte dos CFS, me parece extremamente insatisfatória. Ele concede o ponto a Bergounioux sobre a *grammaire du sens* não constar expressamente dessas formulações, mas insiste em sua

latência. Em seguida, envereda justamente pelo caminho infeliz que apontamos acima: discutir firulas terminológicas e entrar num duelo de citações. A descoberta lingüística não depende disso.

É claro que as concepções de Saussure constituem um conjunto notável e extraordinariamente singular e produtivo - não fosse assim, não se justificaria tão intensa remissão a elas ou que elas sejam uma pauta obrigatória para quem queira repensar epistemologicamente a Lingüística. Mas isso não nos deve forçar a ver nesse conjunto uma integridade e uma consistência que ele não tem e que, de resto, nem Saussure pretendia que tivesse - não foi por acaso que ele não publicou o material.

2.4 A língua como objeto

A língua foi instituída, pelo CLG, como objeto da Lingüística. A possibilidade de que a Lingüística científica fosse fundada em um outro objeto que não a língua é admitida por Saussure, desde logo. O CLG deixa claro que esse caminho é um entre os possíveis. Por razões de ordem geral e por razões específicas.

As razões de ordem geral dizem respeito à arbitrariedade do recorte que estabelece o objeto de cada uma das disciplinas científicas. Essa consideração ficou consagrada, no debate epistemológico da Lingüística, pelo aforismo “o ponto de vista cria o objeto”, cuja fonte é a seguinte passagem do CLG:

“Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.”
(pg.15)

Porém, em Saussure, esta “maneira de considerar o fato” era uma excepcionalidade da Lingüística que não necessariamente valia para outras disciplinas. No mesmo parágrafo, algumas linhas acima, o CLG diz:

“Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre.” (pg.15)

Eram demandas ou insuficiências específicas da Lingüística que requeriam um modo de fundação particular.

Nunca é demais lembrar que o modelo de ciência, no tempo em que Saussure trabalha, é ainda o empírico-indutivo, que acreditava absolutamente na naturalidade do fato e na primazia do fato sobre a interpretação. Este período da história da ciência é a época dos colecionadores: de orquídeas, de borboletas, de minerais, de povos primitivos, de regiões do mundo. E também de línguas, que era sobretudo no que consistia a Lingüística pré-saussureana, dos dois lados do Atlântico. A maior parte da atividade do cientista consistia no trabalho de coleta e observação *in loco*, que serão sistematizados na pesquisa de campo. Seguia-se a classificação dos dados, a taxonomia, sobre a qual ocorria toda a discussão conceitual que pudesse haver em torno da natureza do objeto. A generalização indutiva sobre atributos comuns dos objetos das disciplinas era o máximo da conceitualidade que se admitia. Porém, Saussure acreditava que as línguas, que eram até então o objeto da Lingüística, serviam como ponto de partida, mas não poderiam corresponder efetivamente ao objeto definitivo da disciplina. Era preciso constituir esse objeto a partir de um certo olhar, de um certo “ponto de vista”, sobre elas. Era esta incerteza inicial que caracterizava a singularidade da Lingüística em relação a outras disciplinas.

O início do século XX é quando se começa a assistir a irrupção das abordagens hipotético-dedutivas, quando os cálculos e formulações no escritório tomam o lugar da coleta em campo e da experimentação sucessiva, por tentativa e erro, no laboratório, quando o trabalho mental começa a se sobrepor ao trabalho braçal na atividade científica. O caso paradigmático é o de Einstein, cuja física “matemática” representava uma ruptura com os modelos baseados na experimentação e observação, causando acerbas polêmicas no interior da Física. Mais proximamente a Saussure, há dois casos interessantes de mencionar.

O primeiro é o de Henri Poincaré, um físico francês de grande notoriedade na época, que vai pioneiramente publicar reflexões epistemológicas gerais sobre o fazer científico, nas

quais expressa um ponto de vista rotulado de “convencionalista”, que discutia o papel da experiência imediata e sublinhava o papel da “percepção” na constituição do conhecimento científico, inclusive na identificação do objeto. Num debate epistolar com Bertrand Russell, que se tornará público, Poincaré sustenta a posição de que a linguagem organiza a experiência, contra os conceitos *a priori* kantianos do filósofo e matemático. Esse debate e as posições principais de Poincaré são o tema de seu livro mais conhecido, *La Science et l’Hypothèse*, que foi publicado em 1902 e teve larga divulgação. O que nos permite especular que, se Saussure não o leu, dificilmente deixou de acompanhar os intensos debates a respeito que se seguiram, no ambiente acadêmico europeu. Além disso, muitos membros de sua família atuavam nas ciências naturais, há muitas gerações, tendo ele próprio cursado um ano de Química. Saussure não era um “humanista” a quem seria estranha essa temática. Como quer que seja, as formulações gerais sobre ciência do CLG, particularmente a que concerne ao caráter constitutivo do ponto de vista sobre o fato, estão em plena consonância com as idéias de Poincaré, extremamente singulares na época.

O segundo caso é o do debate entre Tarde e Durkheim sobre o objeto da Sociologia. O debate tratava precisamente da definição do objeto para efeito da constituição da disciplina. Aqui, há testemunhos diretos de que Saussure teria acompanhado vivamente o debate. E, justamente, o saldo do debate era o fato de que ambos poderiam estar certos; o primeiro supondo a precedência do indivíduo e uma sociedade constituída, em seguida, por um agregado deles; o segundo presumindo a precedência da sociedade, que constituiria, em seguida, seus indivíduos.

De um modo geral, hoje tendemos a considerar a arbitrariedade do recorte como uma condição geral das disciplinas científicas. A posição de Saussure, postulando a precedência do ponto de vista sobre a existência do objeto, pode ser vista como mais evento nessa direção, em consonância com o pensamento que começava a ganhar campo nas instâncias de produção científica da época. O que o inscreve, em termos de história da ciência, no início do movimento contra o empirismo e rumo à elaboração de uma conceitualidade mais despreendida da referência imediata do objeto.

Se as formulações de Saussure consistiam num projeto em elaboração, esse movimento incidia também - talvez sobretudo - sobre seu próprio objeto, que se modificava, que se apresentava como outro, à medida em que as reflexões avançavam e se aprofundavam. Donde a crescente sensação de inadequação ou de imprecisão das línguas como objeto e a emergência, a configuração, de um novo objeto a partir dessa elaboração. É o movimento que, por fim, conduzirá à identificação da linguagem como objeto da Lingüística. Porém, antes disso, esse movimento levará das línguas à língua, um passo, em geral, menos considerado, mas mais fundamental.

A lingüística pré-saussureana era sobretudo uma lingüística das línguas, sem que se presumisse a homologia entre elas. Particularmente na Europa e mais especificamente na Alemanha, onde se procurava caracterizar o alemão como o cume da evolução do indo-europeu, se supunha que havia línguas mais sofisticadas do que outras, correlativamente ao grau de “evolução cultural” dos povos que as falavam. Esperava-se que as pesquisas lingüísticas caucionassem essa tese. A noção do isomorfismo entre as línguas, isto é, de que todas tenham a mesma complexidade estrutural, a mesma capacidade expressiva e um repertório lexical de porte equivalente, repugnava àqueles que acreditavam na singularidade irredutível de cada língua e colidia frontalmente com essas concepções, o que foi uma das razões para a rejeição de Saussure pelos lingüistas alemães. O que explica também o interesse de Saussure pelos lingüistas norte-americanos, particularmente Whitney, que arejaram o ambiente com seus estudos sobre língua indígenas, trazendo elementos fora da tensão das disputas políticas e culturais européias.

É interessante notar que o próprio nome do CLG e da disciplina que lhe deu origem - “Lingüística Geral” - se definia em contraposição às lingüísticas de línguas específicas: a lingüística do alemão, a lingüística do francês, ou, num plano maior, a lingüística germânica, a lingüística latina, lingüística eslava, ou, no máximo, a lingüística do indo-europeu. Não se presumia que os atributos de uma língua ou família de línguas estivessem necessariamente presentes em outras ou que fossem extensivos a elas. A própria noção de que poderia haver uma “lingüística geral”, que se aplicasse universalmente a todas as línguas, era objeto de ceticismo: como pretender que uma lingüística poderia ser “geral”

sem conhecer todas as línguas do mundo? não poderia sempre aparecer uma língua em algum lugar perdido que desmentisse esses achados? Assim, as posturas indutivas militavam contra a própria noção de língua como entidade que consolidava propriedades universais das línguas.

São as dificuldades de Meillet, descritas por Aurox (1988), no artigo *La notion de linguistique générale*. A incerteza de Meillet quanto a formulações gerais muito conceituais o levam, por fim, a optar por uma decidida ancoragem no empírico. O projeto de Meillet é o empirismo da fala. Não é só a língua que ele rejeita, mas qualquer construto teórico de maior envergadura que pudesse aparecer como parte do aparato explicativo.

É interessante lembrar, a esse respeito, que a cadeira de Lingüística Geral na Universidade de Genebra não existia antes e foi criada especialmente para Saussure.

A língua do CLG pretende cobrir não só todas as línguas existentes, inclusive as “desconhecidas”, como todas as que já existiram e também as que vierem a existir. É tipicamente um construto hipotético-dedutivo, no qual espera-se que uma teoria incida sobre os fenômenos que analisa e não que emane diretamente deles. Foi neste movimento, de passagem das línguas (específicas) à língua (geral), que apareceram os maiores dilemas e dificuldades conceituais de Saussure.

O outro movimento é o que leva da língua à linguagem. Este passo está longe de ser trivial ou uma decorrência natural da expansão do objeto. É interessante notar, se fizermos uma panorâmica do século XIX e início do século XX, que a Lingüística parecia a menos vocacionada das disciplinas a se incumbir da linguagem. Justamente porque ela tratava das línguas, de uma perspectiva empírico-indutiva, faltava a ela o despreendimento, a desenvoltura, para tratar de um objeto ainda tido como inefável. Neste período, a linguagem era fundamentalmente um assunto de filósofos e continuou a sê-lo até que o estruturalismo maduro a assumisse mais decididamente como objeto. Era estranha a própria idéia de se conferir um estatuto empírico à linguagem. Ao contrário, ela era considerada parte do ferramental do conhecimento e não do objeto dele. Daí Frege e Peirce a colocarem ao lado

da Matemática e da Lógica. Ou, em outra tradição filosófica, a linguagem era associada às manifestações do espírito - expressão de sentimentos, sensações, percepções - na esteira do pensamento romântico, caso de Vossler, Croce e, um pouco mais tarde, Heidegger. Menos ainda, nesse contexto, ela seria objeto de uma investigação sistemática, que dirá científica.

Saussure promove a apropriação da linguagem pela Lingüística, uma disciplina à qual não se presumia que ela pertencesse naturalmente. Este é o aspecto mais programático de sua lingüística, aquele que menos se baseia no já construído e mais numa aposta no futuro. A assimilação da linguagem à lingüística da língua é uma decorrência natural dessa apropriação, mas não uma decorrência necessária. A linguagem é incorporada à Lingüística como fruto de uma extensão da cobertura da disciplina, como uma expansão de seus domínios. O percurso saussureano não poderia ser outro. Porém, esse gesto poderia não ter sido feito e a história poderia ter sido outra; uma ciência da linguagem poderia ter surgido por outro caminho. Pode-se inclusive considerar, no que concerne à questão de Benveniste, que, separar a linguagem, e o seu sentido, da língua, para efeitos de investigação, não é mais do que retificar um erro histórico, que foi tê-las reunido sob uma mesma disciplina.

O percurso de Saussure não é o de quem, em primeiro lugar, quer investigar a linguagem e, em seguida, como um procedimento para viabilizar essa investigação, foca na língua, como quem estivesse montando uma disciplina científica partindo do zero. Ao contrário, é a língua que se expande na direção da linguagem. Do que decorre a enorme consistência com que sua lingüística dá conta da língua, em contraste com a fragilidade de seu repertório conceitual para lidar com a linguagem. No entanto, se Saussure pressentiu que a língua era o melhor caminho, talvez o único, para se chegar à linguagem, era porque ele tinha boas razões para fazer esta aposta. Mais especificamente, duas razões, uma substantiva e outra estratégica.

A razão substantiva é o fato de que a língua está no cerne da linguagem. A língua, ou, mais exatamente, as línguas, sempre foram tratadas, pelos filósofos que as tematizaram, como um fenômeno colateral à linguagem, secundário em relação à temática principal que era o papel da linguagem na relação entre a consciência e a realidade. As propriedades das

línguas, por exemplo, as que se atribuía ao latim até o Renascimento (e que constam da *grammatica* do *trivium*), as que se pretendeu agregar ao francês a partir de Port Royal, as que Rousseau supunha para as primeiras línguas da Humanidade, eram vistas sobretudo como atributos instrumentais a serem manipulados e não como realidades inerentes a serem investigadas. Foi preciso que a língua fosse naturalizada, no século XIX, para que se superasse essa concepção.

Saussure investe contra os excessos dessa naturalização, por exemplo, contra a noção de que cada uma das línguas fosse um organismo vivo, mas mantém o essencial dela, em sua perspectiva: a língua - ou as línguas - pode e deve ser estudada por si própria, independente de seus usos e funções. Mesmo nas mais acerbas críticas que faz aos organicistas alemães, Saussure não cogita retornar ao instrumentalismo da Lógica de Port Royal (o trabalho de Arnauld e Nicole, publicado em 1662, cujo título completo é *La Logique ou l'Art de Penser*), que visa sobretudo aperfeiçoar tecnicamente o tratamento dos conteúdos e da linguagem usados em textos e alocações públicas. Não é o caso, por exemplo e para apresentar um contraste claro, de Bréal (1992), cuja insatisfação com o naturalismo alemão o leva a retomar o espírito de Port Royal, ao defender, no prefácio do seu *Ensaio de Semântica*, que a Lingüística deve “servir a algum objetivo prático” e que “a idéia de utilidade não poderia estar ausente” da pesquisa lingüística, uma vez que a linguagem é “o mais necessário instrumento de civilização”. Saussure partilhava com Bréal a insatisfação com o organicismo alemão, mas as suas críticas os levaram a direções diferentes. Enquanto Saussure investe no adensamento da noção de língua e na cientificização da abordagem, Bréal quer recuperar o caráter mais imediato da linguagem, que se manifesta nos seus usos sociais, a partir de uma apreensão mais elementar, mais factual, do fenômeno lingüístico.

A intuição decisiva de Saussure foi ter levantado a hipótese de que a língua é um aspecto central da linguagem e não um epifenômeno dela, invertendo os termos segundo os quais essa relação costumava ser pensada, sobretudo pelos filósofos. Empiricamente, é na língua que consiste, em primeiro lugar e necessariamente, a linguagem. Não há linguagem antes e fora da língua. Não há como dominar a linguagem sem antes dominar a língua. Há uma precedência ontológica da língua sobre a linguagem.

A razão estratégica, chamemo-la assim, para Saussure começar pela língua era a tangibilidade maior dela em relação à linguagem. Significa assumir que ambos os percursos seriam possíveis, em tese, mas, enquanto o caminho via língua era claro e, em larga medida, já estava constituído, o caminho via linguagem era incerto, obscuro e estava todo por construir.

Ambas estas razões, substantivas e estratégicas, aparecem consolidadas na passagem, bem conhecida, do CLG, que justifica a escolha do objeto:

“o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; ela é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar por nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação.” (pg.17)

Pensando programaticamente, Saussure anteviu os problemas que adviriam de se optar por um percurso diferente deste. As línguas são objetos auto-evidentes. Qualquer leigo sabe o que é uma língua - o francês, o inglês, o japonês, o chinês - tanto quanto sabe, desde logo, o que é uma orquídea ou uma borboleta. Mesmo reconhecendo que a passagem das línguas à língua torna essa identificação um pouco mais complexa, requerendo alguma abstração, ainda assim a língua configura uma unidade *a priori* que a linguagem não possui. O sentido de um discurso de George Bush legitimando a invasão do Iraque é linguagem, assim como também o é o registro fonético das gravações de um flagrante de corrupção política e também a interação de crianças com seus pais ou de patrões com empregados e ainda os contrastes entre certos falares regionais e a variante de prestígio de um país. Como pretender que um conjunto tão disperso de fenômenos consista em um só e o mesmo objeto?

Uma amostra anedótica da auto-evidência da língua como objeto é vivida freqüentemente por nós, lingüistas. Leigos supõem que nós trabalhemos com línguas. O que lhes parece natural - há muitas línguas, é preciso estudá-las, faz sentido que haja uma disciplina dedicada a isso. Quando, no entanto, esclarecemos que o nosso objeto não são as línguas, mas a linguagem, sobrevem uma nuvem de mistério, se instaura uma incompreensão, que não se dissipa com as nossa melhores explicações. A língua está dada, como objeto. A linguagem, não.

Vale dizer que a questão da unidade do objeto não é trivial em nenhuma disciplina. Por exemplo, o conjunto dos fenômenos físicos, químicos ou biológicos compreendido pelas disciplinas que respondem por eles está longe de estar, desde logo, claramente configurado. Como entender, por exemplo, no caso da Física, que a mesma disciplina estude a gravitação entre os astros, mas também as mudanças de estado da água conforme a temperatura e que explique, ainda, certos fenômenos meteorológicos e também os eletro-eletrônicos? A formulação de um projeto de disciplina, como acontece no CLG, requer que se leve em conta o conjunto dos conhecimentos que se quer sistematizar e as relações preliminares que se pode estabelecer entre eles.

Se a língua é um “todo por si e um princípio de classificação”, é nas taxonomias gerais e na descrição estrutural, já estabelecidas para o universo das línguas, que Saussure está pensando. Com sua gramática e seu léxico, com dispositivos de identificação da relação entre as várias línguas, com uma metodologia de levantamento e organização de dados definida, a lingüística da língua provia, desde logo, a possibilidade da cobertura e do tratamento sistemático de uma ampla gama de fenômenos da linguagem. Não era pouca coisa, sobretudo pensando que não havia nenhum arcabouço equivalente que cobrisse outros fenômenos lingüísticos.

Essas considerações estratégicas talvez reforcem a idéia de que começar pela língua efetivamente era só um dos percursos possíveis, entre vários, para se instituir uma disciplina voltada à investigação sistemática da linguagem. No entanto, é importante

apontar que a viabilidade de tal disciplina não estava, de modo algum, assegurada de antemão. A Lingüística poderia ter não acontecido ou não ter dado certo ou ter vingado apenas como uma disciplina pitoresca e colateral. Não era pequeno o risco de diluição da disciplina em uma vasta miríade de estudos sem nenhuma unidade ou coesão aparente (o que consiste, em alguma medida, no cenário atual, mas, justamente, com a diferença de que hoje uma vasta gama de objetos é investigada no âmbito de uma só disciplina consolidada). O passado recente de especulação filosófica e psicológica sobre a linguagem, além de derivas de todo o tipo, não era alvissareiro em relação ao estabelecimento de uma disciplina regular para tratar dela, muito pelo contrário.

Foram as razões pelas quais para Saussure era indispensável que o objeto da Lingüística se fundasse numa ontologia própria, não redutível a nenhuma outra. O reducionismo (no sentido respeitável e não pejorativo do termo) é uma tentação constante que assedia quem investiga a linguagem. Perspectivas que subsumem a linguagem a uma outra ontologia - psicológica, social, biológica, histórica, informacional, antropológica, mental - irrompem eventualmente desde sempre nos estudos da linguagem. A dificuldade é que sempre é possível dizer que “a linguagem está necessariamente relacionada” a tal ou qual ordem de fenômenos e apontar uma coleção de fatos que dão suporte a essa asserção, motivando inclusive o aparecimento de uma nova linha de investigação. Porém, essas ancoragens sempre se revelam aportes interessantes, mas parciais, que iluminam uma área da linguagem ou de suas relações com outros fenômenos, mas deixam de fora aspectos essenciais dela. Para que essas perspectivas sirvam como fundamento geral da disciplina não basta haver uma relação, é preciso demonstrar que a linguagem está inteiramente inscrita na ordem de fenômenos apontada como sua matriz ontológica.

O problema dessas perspectivas é o que se perde, não o que se ganha. A agregação de um aspecto - quase sempre válido e interessante - se dá em detrimento de uma perspectiva geral inerentemente lingüística. Isso já era verdade na época de Saussure, quando a ontologia subjacente à linguagem já tinha oscilado entre os extremos da “lingüística cartesiana”, na qual a língua era atributo do espírito (noção do século XVII próxima à moderna noção de

mente; caracterizava em termos racionais a antiga distinção entre corpo e alma), até a caracterização das línguas como “organismo vivo”, do vitalismo do século XIX.

De qualquer forma, o mote anti-reducionista não foi uma criação de Saussure. Bouquet (pg.266) considera a frase “la langue est l’unique objet de la linguistique proprement dite”, que encerra o CLG, como uma “réminiscence de Bopp” e diz que ele podia ser encontrada em diversas obras da época, como no *Dictionnaire des sciences anthropologiques*, publicado em 1883, onde se lê: “la linguistique (...) étudie les langues en elles-mêmes et pour elles-mêmes”.

Em alguma medida, a questão do reducionismo e da autonomia ontológica faz parte da questão da arbitrariedade do recorte constitutivo das disciplinas científicas. Pode-se cortar aqui, como ali, pode-se fazer um corte mais geral ou mais específico, pode-se dar ênfase na singularidade ou no inter-relacionamento entre fenômenos. Longe de ser uma questão peculiar à Lingüística ou mesmo às ciências humanas, o reducionismo é, desde muito, objeto de intenso debate nas ciências da natureza. Por exemplo, pode-se subsumir a Biologia à Química? Podemos dizer qualquer coisa como “não existem animais, mas apenas aglomerados de moléculas que têm o efeito de produzir seres aparentemente animados, mas cujo movimento não se distingue, em essência, de um rio correndo para o mar”? O mesmo se pode dizer da Química à Física ou da Meteorologia à essas duas disciplinas e assim por diante. No entanto, em todos esses casos, confronta-se uma redução hipotética, colocada como um postulado geral (“todo fenômeno biológico é um fenômeno químico”), com a efetiva irredutibilidade dos objetos no âmbito da explicação dos fenômenos, um processo que o epistemólogo chileno Humberto Maturana chamou de auto-poiese. Nem os animais são explicáveis como compostos químicos, nem os fenômenos meteorológicos como fenômenos físicos, nem o mercado financeiro como fenômeno social, nem a linguagem como um fenômeno de qualquer outra ordem que não lingüística.

Saussure manifesta absoluta clareza da possibilidade da redução da linguagem e da sua conseqüente alocação em outra disciplina. Caso em que não se justificaria a existência da

Linguística, mas sim a criação de uma área de estudos da linguagem alocada em outra disciplina.

Essa consciência aparece no capítulo II do CLG, “Matéria e tarefa da Linguística; suas relações com as ciências conexas”, no qual ele diz:

“A Linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomaram emprestados como lhe fornecem dados. Os limites que as separam das outras ciências não aparecem sempre nitidamente.” (pg.13)

Em seguida, o texto percorre algumas disciplinas - a Etnografia, a Pré-História (?!), a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Fisiologia - apontando como, efetivamente, a linguagem participa dos fenômenos abordados por cada uma delas, o que abriria portas para a eventual inclusão da linguagem como parte do objeto coberto por elas, o que dispensaria a criação de uma disciplina própria voltada ao seu estudo.

Todavia, o CLG conclui o tópico manifestando uma implacável desconfiança em relação à perspectivas que procuram abordar a linguagem de fora dela:

“de fato, toda a gente dela [da linguagem] se ocupa pouco ou muito; mas - consequência paradoxal do interesse que suscita - não há domínio onde tenha germinado idéias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções. Do ponto de vista psicológico, esses erros não são desprezíveis; a tarefa do lingüista, porém, é, antes de tudo, denunciá-los e dissipá-los tão completamente quanto possível.” (pg.14)

Tendo feito essas considerações, o capítulo seguinte do CLG é o capítulo III, “Objeto da Linguística”, cujo primeiro item é “A língua: sua definição”. Nenhum outro objeto, no entendimento de Saussure, poderia ancorar a fundação da disciplina, estabelecendo a autonomia ontológica da linguagem fora e acima de qualquer dúvida ou questionamento ou definitivamente longe dos riscos de confusão com outras disciplinas ou áreas de estudos. Nenhuma área poderia reivindicar a língua como parte de seu objeto e pretender estudá-la como a Linguística a estuda.

Não que isso encerre a questão. Pelo contrário, após discorrer sobre os aspectos envolvidos nas possibilidades de alocação da linguagem em outras disciplinas, o CLG diz: “São

questões que apenas mencionamos aqui para retomá-las mais adiante” (pg.13). Duas dessas “naturezas” outras da linguagem merecem menção. Uma delas é a psicológica. Já neste capítulo, o CLG dirá que “tudo é psicológico na língua”. O caráter psicológico da linguagem é uma herança direta dos neogramáticos e os aspectos psicológicos imbricados à caracterização da língua e suas manifestações serão um tema importante e recorrente ao longo do CLG. A outra é a social. Também nesse capítulo, o CLG dirá que “a linguagem é um fato social”, tema que igualmente ressurgirá no tratamento de outros tópicos no CLG.

O uso do termo *psicológico* não remete, nem minimamente, a nenhum aspecto abordado por nenhuma psicologia: comportamento, sentimentos, emoções, intelecção, percepção, sensações etc. *Psicológico* significa estritamente “correspondente a uma realidade psíquica” - cognitiva ou mental, diríamos hoje, para situar minimamente, mesmo assim não se confundindo com ou se inscrevendo no conjunto de aspectos estudados em abordagens cognitivas (Piaget, Fodor etc.).

Da mesma forma, o termo *social* não se remete a aspectos abordados pela sociologia, tais como classes, profissões, renda, opinião pública etc. *Social* significa “não individual”, estabelecendo um plano de eventos para a língua que transcende o indivíduo ou do qual o indivíduo não é a parte inicial. O uso do termo não sugere a imbricação do fato lingüístico imediata e automaticamente com “fatos sociais” de outro tipo.

De fato, o que Sausure vai fazer, num caso e no outro, é criar uma psicologia da linguagem e uma sociologia da linguagem, ou melhor, vai fazer o oposto: vai trazer para dentro da Lingüística subsumidos à ontologia da linguagem, os elementos psicológicos e sociais que integram a explicação do fato lingüístico. Dessa forma, eles darão densidade a essa caracterização, sem diluí-la no corpo de temas trabalhado pelas disciplinas voltadas especificamente para seu estudo (Psicologia e Sociologia).

Não faz sentido, portanto, a acusação de “agnosticismo sociológico” que Faraco faz à lingüística saussureana. Em primeiro lugar, porque os fatos sociais estão previstos e considerados entre os fatores que participam da vida da linguagem - além dos inúmeros

exemplos dados ao longo do CLG, o caráter programático da disciplina abre para que eles venham a ser contemplados quando pertinente. Em segundo, porque Saussure não faz uma assepsia do objeto para que permaneça estritamente a língua. Ao contrário, ele integra esses elementos a ela, resultando numa densa caracterização do fenômeno da língua com tudo o que a implica. Na verdade, dentro desse horizonte, poder-se-ia reclamar também de um “agnosticismo psicológico” ou de um “agnosticismo fisiológico” ou qualquer outro, que seria improcedente pelas mesmas razões.

Pode-se discutir a pertinência dessa operação. Porém, se o recorte é válido numa direção, porque não seria para outra? Por que o reducionismo do lingüístico para o social é mais ou menos legítimo do que o do social para o lingüístico? Saussure dilatou a concepção de língua, ampliando sua compreensão para outros fenômenos outros. Daí haver efetivamente, em sua formulação, uma “psicologia da língua” e uma “sociologia da língua” (e talvez também, como quer Bouquet, uma “filosofia da língua”), que não se confunde com os conteúdos tratados no âmbito destas disciplinas. Na verdade, seria muito improvável que uma “sociologia da linguagem” feita a partir da Sociologia ou uma “psicologia da linguagem” feita a partir da Psicologia chegassem a resultados remotamente equivalentes aos alcançados pela Lingüística nesses domínios.

Essa operação vai garantir uma notável integridade à concepção saussureana de língua. Dela ela vai tirar sua fecundidade e também sua persistência e sua resistência ao ser estudada com outros objetos. Ao invés de trabalhar com “teorias auxiliares”, no sentido empregado por Sírío Possenti, Saussure as traz para dentro da abordagem, selecionando os aspectos relevantes e os convertendo em parte do arcabouço principal.

Não recorrendo a uma noção de indivíduo fundada na Psicologia, na Biologia ou no Direito, e não recorrendo a uma noção de sociedade fundada na Sociologia, na Filosofia ou na Política, as noções de *indivíduo* e *sociedade* às quais Saussure recorre para criar o seu modelo são noções engendradas no seu próprio interior e cujo engendramento remete a fenômenos lingüísticos e não a fenômenos externos ou precedentes à linguagem. O

indivíduo e a sociedade de que fala Saussure são entidades posteriores à língua, criadas a partir das relações definidas e caracterizadas por ela.

O falante é uma entidade lingüística. O que não o impede de, nessa condição, absorver atributos de muitos tipos. O mesmo vale para a comunidade de falantes de uma língua ou variante lingüística. Não há nenhum artificialismo nessa operação ou, pelo menos, não mais do que na própria operação que estabelece *indivíduo* e *sociedade* como conceitos *a priori*.

É importante esclarecer este ponto para, desde logo, confrontar a formulação de Saussure com as duas posições que polarizam o debate norte-americano sobre a noção de língua, a de Chomsky e a de Labov. A primeira enfatizando o caráter individual e psicológico da língua, a segunda enfatizando seu caráter social, são, de fato, opostos complementares, ao mesmo tempo em que ambas perdem uma dimensão essencial do fenômeno lingüístico, que só pode ser vista do plano da própria língua.

Voltemos à definição de língua que consta do CLG, a mesma que enunciamos um pouco acima, para destacar dois atributos que a definem. Segundo o CLG (pg.17), a língua é, ao mesmo tempo:

(a) um produto social da faculdade da linguagem

(b) um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos

Podemos reconhecer algo de Chomsky em (a). A linguagem é uma faculdade (no sentido de capacidade ou aptidão), embora não necessariamente inata, em Saussure, e a língua é seu produto. É preciso haver uma produção para que a faculdade da linguagem engendre a língua. Essa produção é social. Podemos reconhecer em (b) o condicionamento social da fala do indivíduo, sua necessária inscrição num ambiente social.

Há mesmo uma deliberada circularidade nesta definição:

em (a), a língua (social) supõe a faculdade (individual) da linguagem;

em (b), o exercício (individual) da linguagem supõe a convenção (social).

No encadeamento destes dois enunciados está toda a densidade, a completude, a auto-suficiência da noção saussureana de língua e ao mesmo tempo toda a abertura para que outros fenômenos, de que ordem forem (psicológicos, antropológicos, políticos, biológicos), sejam incorporados à explicação lingüística em seus próprios termos.

Do que decorre que não faz sentido interpelar a linguagem para que ela seja identificada prioritariamente como fenômeno social ou como fenômeno individual. A caracterização saussureana não se enquadra numa dinâmica indivíduo-sociedade como conceitos pré-existentes. É a produção lingüística que vai definir, em cada situação, no que consiste um indivíduo (se é que ele existirá, na situação em questão), no que consiste a sociedade (idem), e quais os atributos implicados em um e outro. Indivíduo e sociedade são conceitos *a posteriori* e não *a priori* na caracterização saussureana do fenômeno lingüístico.

Assim, quando no parágrafo seguinte à definição de língua, o CLG diz que:

“a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”

Saussure, ao mesmo tempo em que reconhece a plausibilidade dos reducionismos - cada um deles terá a sua pertinência local -, aponta a impossibilidade de ancorar o conhecimento da linguagem, não só em uma destas perspectivas reducionistas, mas mesmo em todas elas somadas, que não poderiam perfazer um conjunto coerente.

Assim, assumindo seu objeto como nem inerentemente social ou individual, nem *Naturwissenschaft*, nem *Geistwissenschaft*, a Lingüística é a ciência da linguagem,

ancorada na língua como objeto primeiro, mas não único ou definitivo. A língua não precisa ser pespegada a algum tipo de substrato para ser consistente e empiricamente existente e reconhecível. O estabelecimento da língua como objeto não é fruto de uma abstração formalizante, ao contrário, é condição de viabilidade de uma disciplina empírica e do desenvolvimento de uma metodologia para sua investigação. Ao pretender constituir a Lingüística como disciplina científica, Saussure faz uma proposta inventiva e certa para assegurar a satisfação de uma condição tão elementar que costuma escapar aos epistemólogos: a integridade do objeto.

Estarei exagerando a possibilidade de dispersão e o grau de incerteza quanto à viabilidade da Lingüística como ciência? Um contraste ilustrativo e revelador, a esse respeito, é a situação atual da análise do discurso. Praticada na Lingüística, mas também nas ciências sociais, na filosofia, na psicologia, empregada de maneira bastarda em áreas aplicadas como o Direito e o Jornalismo, o discurso como objeto está na deriva em que Saussure temia que a língua caísse - é de todos e não é de ninguém; comparece em várias disciplinas, mas não pertence estritamente a nenhuma - mesmo institucionalmente, a AD praticada pela Lingüística é considerada apenas uma entre as possíveis. Entre as análises produzidas nas muitas áreas, muitas delas são pertinentes e interessantes. Mas como nenhuma responde pelo desenvolvimento conceitual do objeto, numa perspectiva teleológica, a AD padece de uma flagrante dispersão e fragmentação teórica. Falta a ela que se assuma o discurso como objeto a ser lidado com a mesma densidade e desejo de completude com que Saussure lidou com a língua.

Vale dizer que, do ponto de vista da relação com as outras disciplinas, particularmente das “ciências conexas”, como as chama Saussure, o saldo é muito positivo. Não só a autonomia ontológica não é um impedimento para o diálogo com elas, como, ao contrário, ela propicia que ele aconteça no nível mais alto, de forma mais madura, partindo do nível de densidade dos objetos constituídos e não de uma imbricação diluída deles. É o único nível em que as interdisciplinaridades, tão em moda, fazem algum sentido.

2.5 A língua como sistema

Uma das implicações mais importantes da ontologia saussureana é a recusa em atribuir à linguagem um caráter inerentemente instrumental. Como Benveniste aponta, em *De la subjectivité dans le langage*, se a linguagem veio a ser usada como instrumento de comunicação, esse uso foi posterior à sua constituição. A constituição da língua não está submetida a uma funcionalidade comunicativa.

Esse aspecto fica ainda mais evidenciado quando Benveniste distingue entre linguagem e código, no artigo *Communication animale et langage humain*. Na comunicação animal, como em qualquer código e diferentemente da linguagem:

- (a) os signos são unívocos, isto é, correspondem a um e um só significado
- (b) não há recombinação de signos para constituir outros signos
- (c) o repertório de mensagens é limitado e pré-definido
- (d) não pode haver diálogo; no máximo há uma interação com a emissão de mensagens unilaterais (ainda que haja algum tipo de resposta esperada, ela sempre faz parte de um repertório limitado e pré-definido)

Essa distinção, vale dizer desde logo, ilumina um dos aspectos mais importantes da semântica saussureana, que é o fato dela não ser estabelecida a partir de injunções funcionais.

A caracterização de Benveniste é um forte argumento contra a idéia de que a linguagem humana possa ter surgido gradualmente, a partir do incremento e da sofisticação de formas de comunicação animal. Ela reitera o argumento saussureano de que a linguagem humana é um tudo ou nada - ou se a tem toda ou não se a tem. Não há indivíduo humano sem linguagem ou com meia linguagem. Até os loucos a dominam, como nota o CLG.

Como definir a linguagem, se ela não é um instrumento de comunicação? Como um sistema de valores. Bouquet chama a atenção para o fato de que há mais de uma ordem de

valor implicada na caracterização saussureana da língua, o que significa que ela é, de fato, um sistema complexo de valores, com várias ordens de valores sobrepostas e entrecruzadas.

O termo **sistema**, em Saussure, não tem a acepção de “dispositivo” voltado a uma função específica (como em sistema de ventilação ou sistema de avaliação), como eventualmente se atribui, equivocadamente, a ele. É sistema no sentido lógico e matemático, como distinto de conjunto. Um conjunto é uma reunião de elementos sem que haja nenhuma ordem ou nem mesmo nenhum nexos necessário entre eles. Um sistema é um todo organizado e presume uma ordem estabelecendo uma relação entre esses elementos.

Como acontece, por exemplo, num sistema de equações com duas variáveis:

$$\begin{aligned} X &= Y + 1 \\ 2Y &= X - 7 \end{aligned}$$

É este o sentido do termo sistema, em Saussure.

Os valores são definidos dentro do sistema. Não é o caso de recuperar a bem conhecida definição de valor que consta do CLG. Vale fazer apenas duas observações, relativas a equívocos comuns a respeito.

A primeira diz respeito ao termo *relativo*. A concepção de que os valores são relativos deu origem a posições relativistas que procuram se caucionar em Saussure. Esta pretensa caução é improcedente. *Relativo* não significa *arbitrário* como sinônimo de *aleatório* ou passível de livre-escolha. Significa relativo a outros valores que integram o mesmo sistema. Por exemplo, os valores possíveis para X e Y na equação:

$$X = Y + 1$$

São:

<u>X</u>	<u>Y</u>
3	2
4	3
5	4
...	

A segunda observação é que ele é uma entidade concreta, não abstrata. O CLG diz literalmente que “os signos não são abstrações”. Tampouco o é o sistema, ou os valores que o constituem. A materialidade da linguagem não depende de sua ancoragem em alguma espécie de substrato físico, como eventualmente se cobra, num equívoco comum, no âmbito dos debates sobre reducionismo (não só sobre a linguagem, vale dizer), que confunde materialidade com materialidade física. Relações são uma realidade material, ainda que fisicamente intangível. Elas não são “abstrações”, nem em Lingüística, nem em nenhuma outra ciência, a não ser no sentido genérico e elementar de que toda criação conceitual é fruto de uma operação de abstração.

É quase incompreensível, a esse respeito, a persistência com que a alcunha de “abstrato” é impingida ao sistema da língua saussureano. Ela tem um sentido depreciativo, nos contextos em que aparece, fazendo *abstrato* equivaler a *artificial* ou *irreal*, não correspondendo, portanto, o sistema assim caracterizado, à realidade da linguagem. Como se a noção da língua como sistema fosse uma quimera formalizante que não pudesse corresponder a nenhum objeto empiricamente reconhecível. Sem dúvida, a definição da língua como sistema a predispõe a uma caracterização formalizada, mais do que a uma descrição mais descomprometida, como acontece em abordagens onde a língua aparece imbricada a outros fenômenos. Mesmo assim, é preciso distinguir a formalidade da abordagem da organização inerente ao objeto.

Essa distinção foi tema de um intenso debate entre Lévi-Strauss e Claude Roy sobre a “ontologização da estrutura”, como ficou conhecido. O debate aconteceu no final dos anos 1950, no âmbito do confronto entre o estruturalismo, então ascendente, e outras perspectivas concorrentes, e é relatado por Dosse (1991, pg.224). Claude Roy acusou Lévi-Strauss de estar fazendo uma interpretação equivocada de sua presumida matriz saussureana, de estar “tomando o mapa pelo território”, de estar confundindo um dispositivo de análise (a estrutura) com o próprio objeto da análise (a língua). Lévi-Strauss responde radicalizando ainda mais a sua posição, afirmando que “le système de parenté est un langage” e enfatizando o salto qualitativo que a atribuição de um caráter estrutural aos fenômenos sociais representava em termos de conhecimento científico.

O estruturalismo substituiu o termo *sistema* por *estrutura* (termo não empregado por Saussure) e o aplicou indiscriminadamente a uma série de objetos - lingüísticos, culturais, sociais. Sem entrar no mérito de sua aplicação a outras ciências, que não são o nosso assunto, essa generalização fez um enorme mal à Lingüística. Ela fez equivaler *linguagem* a *sistema*, esvaziando a especificidade da linguagem como objeto e de como a noção de sistema se aplicava a ela, na abordagem saussureana. Pois, em nenhum desses usos do termo *linguagem*, havia uma remissão empírica a ela - de fato, não se estava falando dela! É o caso do famoso aforismo laciano, “l’inconscient est structuré comme un langage”, no qual, assumidamente, *linguagem* é uma metáfora para *sistema*. Aliás, cada um desses autores fez questão de dizer que não se tratava de um reducionismo lingüístico, que o objeto em questão era inconfundivelmente outro e que a referência buscava apenas a caução de uma abordagem que eles consideravam bem sucedida, a da Lingüística.

Porém, o estruturalismo, como movimento, fez de tudo um bloco só, confundindo a abordagem com os objetos que constituiu, “lingüifazendo” objetos não-lingüísticos, diluindo a própria linguagem como objeto. Ele fez com que a abordagem estruturalista em ciências humanas e a concepção da língua como sistema aparecessem como parte de um só e o mesmo pacote teórico. Grande parte da motivação de trabalhos de revisão, como o de Bouquet, consiste em desfazer e superar os equívocos que se formaram naquela época.

A adoção da noção da língua como sistema não requer, nem supõe necessariamente uma abordagem estrutural, menos ainda estruturalista. A sistematicidade é um atributo do objeto língua que não se estende, nem se aplica imediatamente a nenhum outro, nem ao conjunto da abordagem que o contempla. Ela (a sistematicidade) não incide necessariamente nem mesmo sobre outros aspectos da própria linguagem. É esta perspectiva restrita que Saussure propõe e mesmo assim, muito cuidadosamente. Tê-la generalizado foi um equívoco maior, que é preciso refutar, para não se encurralar no maniqueísmo que o estruturalismo acabou conferindo a essa discussão, obrigando os participantes a se posicionar contra ou a favor da totalidade da abordagem estruturalista em todos os campos.

Talvez seja o caso de dizer que esta colocação não é uma condenação geral ao estruturalismo, que teve enorme importância e méritos, por outras razões que não estão em pauta nesta tese. Estou simplesmente apontando seus efeitos perniciosos sobre a investigação lingüística e o paradoxo desta ter sido esvaziada quando mais se a enalteceu.

Curiosamente, do meu ponto de vista, essa “acusação”, de ontologização da estrutura, não é totalmente desprovida de fundamento, no que concerne a Saussure, mas por um percurso inverso ao presumido por Claude Roy, que supõe a hipostasia de uma entidade teórica. A noção saussureana de sistema não se reporta a nenhuma concepção pré-existente, nem Saussure manifesta, em qualquer momento, seja no CLG, seja nos escritos autografados, de adotar uma ampla perspectiva sistêmica sobre a linguagem. Se tivesse sido assim, justamente o sistema não se restringiria à língua, mas cobriria toda a linguagem. Essa vocação totalizante faz parte do caráter de todos os sistemas criados desde o sistema planetário de Galileu. Todos foram concebidos para compreender inteiramente os fenômenos em questão no âmbito do sistema proposto. Nenhum deixa de fora aspectos tão importantes do fenômeno, como Saussure assumidamente faz com a fala.

Na minha hipótese sobre a origem da noção saussureana da língua como sistema, Saussure vai do empírico ao teórico, por um percurso que parte do metodológico, passa pelo epistemológico e chega ao ontológico. Tudo começa com a comparação - o método comparado, como era chamado. No primeiro capítulo do CLG, Saussure tematiza bastante a comparação lingüística para dizer, essencialmente, que: (a) ela representa um progresso importante, um método que por si mesmo é um avanço, mas (b) é preciso dar um sentido a elas, que não geram nada de útil na forma em que são feitas. Sua crítica não pretende eliminar a comparação; ao contrário, pretende sofisticá-la. O que indica uma disposição de investir na comparação, para mudar o seu caráter, a sua motivação.

A comparação cria posições. É quando ela é mais reveladora sobre a estrutura de uma língua. Por exemplo, é a comparação que gera as caracterizações de marcado e não-marcado para número, plural e singular, no português. O plural é marcado com um *s* e o

singular é não-marcado. Não-marcado é uma posição vazia, instanciada com um morfema neutro, na descrição de Martinet. Numa sentença contendo uma elipse como:

Pedro gosta de praia; Luciana, de cidade.

a comparação entre as duas sentenças suscita a substituição do vazio por “gosta de”. Há uma estrutura subjacente, ainda que não manifesta.

A estrutura de uma sentença não pode corresponder obrigatoriamente a uma seqüência de elementos. Ela define posições e possibilidades de instanciação dessas posições. O fato de que as línguas têm uma estrutura independente dos elementos que se manifestam nela é um fato empírico. A estrutura não é um construto teórico que se apõe à língua, mas uma entidade necessária para explicar os arranjos entre termos. Em resumo, há um processo natural, espontâneo, pelo qual a estrutura se revela, aos poucos, ao longo da aplicação do método comparado, uma realidade inerente à língua. Os termos vão se revelando instâncias que ocupam posições que pré-existem à sua instanciação.

Quanto mais línguas se compara, mais essas posições se tornam virtualidades independente da instanciação, mais “abstratas” elas aparecem. A língua como sistema é quase a gramática universal de Chomsky, com a diferença de que esta procura (desesperadamente) eleger alguns elementos substantivos para ancorá-la, enquanto o sistema saussureano se limita à própria noção de um arranjo com posições que se interdefinem reciprocamente e no qual as posições pré-existem aos termos que as ocupam. De resto, num tabuleiro de xadrez, para usar a metáfora saussureana, ou num jogo da velha, também há posições vazias.

A noção saussureana de valores definidos negativamente uns em relação aos outros, como é o caso do significado e do significante, é uma noção anti-intuitiva e de difícil apreensão, sobretudo quando há expectativa de algum tipo de ancoragem positiva. No entanto, do ponto de vista da lógica dos sistemas, ele é quase o sistema mais elementar que se possa imaginar. Tudo o que ele diz é: há ordem. Uma ordem constituída na base da simetria e da analogia dos termos quaisquer que eles venham a ser. A dificuldade da noção de auto-

arranjo é ela não se remeter a “pistas” prévias do observador, analista ou usuário. Porém, do ponto de vista do objeto, ela é a mais natural possível, pois emana diretamente dele.

Nesse percurso, a comparação deixa de ser um método e passa a corresponder a uma lógica. Uma lógica inerente ao objeto língua, constitutiva dele e não uma lógica da explicação - a explicação saussureana não é estrutural, seu objeto o é. O sistema saussureano advém diretamente da formulação sobre a empiria da língua e não de uma idéia inespecífica de sistema, que, a partir da Astronomia do século XVII, teria se generalizado para todas as áreas do conhecimento.

O sistema assim constituído é presidido por dois atributos fundamentais: o anti-atomismo e auto-suficiência.

Num sistema atomístico, as partes precedem e constituem o todo. Dado um conjunto de elementos de alguma natureza, os atributos do conjunto serão função da somatória ou conjunção dos atributos dos elementos individuais reunidos. No que concerne à linguagem e mais especificamente ao significado, o modelo emblemático dessa posição é o princípio da composicionalidade da semântica fregueana, segundo o qual “o sentido de uma expressão é função do sentido de suas partes”. O que significa que, para interpretar o sentido de uma sentença, é preciso começar pelo sentido individual de cada um dos termos que a constituem. O sentido geral da sentença é engendrado pela combinação desses sentidos previamente existentes.

Na teoria geral dos sistemas, o contrário de um sistema atomístico é um sistema holístico³. Um sistema holístico é um sistema no qual as partes precedem e constituem o todo. É o caso da língua saussureana. Significa que a língua não é um repertório de palavras avulsas que existiriam como entidades isoladas e autônomas e desde logo com todas as

³ O termo *holístico* tem sido usado generalizadamente para caracterizar abordagens - filosóficas, religiosas, científicas, psicológicas, nutricionais, fisiculturistas (“ginástica holística”) - que misturam inconseqüentemente elementos das mais diversas origens, constituindo verdadeiras “saladas de frutas” com pretensões a estar congregando diferenças, o que me faz ter um certo desconforto em usar o termo. Mas, enfim, tecnicamente é o termo correto a ser usado, desde que não se confundam as coisas.

propriedades que as habilitariam a se associar a outras para formar sentidos a partir de sua reunião numa frase.

Esta é, por exemplo, a perspectiva da semiótica peirceana aplicada, na qual as palavras são vistas como signos, que ocorre serem verbais, mas que são inespecíficos no âmbito do emprego, já que quase sempre aparecem junto a outros signos, visuais, sonoros, gestuais etc. No contexto dessa abordagem, há os signos (todos os existentes, de todos os tipos, incluindo o vento, as flores, as estrelas, como diz Santaella(1987, pg.15)) e há os usuários que, em cada situação, recorrem a alguns deles para exprimir certos sentidos.

Em Lingüística, o léxico gerativo de Pustejovsky é talvez o mais sério investimento numa semântica atomística. Cada item lexical é densamente caracterizado, com todos os atributos possíveis, inclusive suas possibilidades de associação e combinação com outros termos. Ele foi concebido para funcionar como módulo semântico de uma gramática minimalista. Do ponto de vista semântico, ele é o mais exato contraponto à semântica saussureana, na qual a densidade está no sistema, enquanto os elementos são vazios, literalmente - os significados definidos negativamente uns em relação aos outros. Os dois modelos representam perspectivas em extremos opostos e a comparação entre ambos é uma interessante fonte de *insights* a respeito.

Uma referência provável para a noção saussureana de sistema da língua foi a epistemologia de Durkheim que estabelece os fundamentos da Sociologia e aparece nas *Regras do Método Sociológico*, publicado em 1895. Há registros de que Saussure teria acompanhado com grande interesse o debate entre Tarde e Durkheim que pautou essa fundação: os indivíduos constituem a sociedade (Tarde) ou a sociedade constitui os indivíduos (Durkheim)? Na sua conhecida análise sobre o suicídio, Durkheim aponta o caráter constante das taxas de suicídio na França ou sua oscilação em curvas não abruptas, o que significa que há fatores gerais, sociais na mais densa acepção do termo, que os explicam, não obstante cada um deles ter uma história própria e envolver motivações individuais diferentes. Caso só fatores individuais explicassem o suicídio, teríamos a cada ano índices totalmente discrepantes e aleatórios. Por que seria constante o número de desilusões amorosas, fracassos profissionais

ou colapsos das finanças pessoais? A análise de Durkheim não supõe a inexistência dessas motivações, mas se coloca num plano no qual elas fazem sentido como conjunto, na vida da sociedade. Daí sua definição de sociedade como totalidade que precede e constitui os indivíduos, em oposição à precedência do indivíduo postulada por Tarde.

Em Durkheim, a sociedade não é uma soma de indivíduos, mas uma totalidade que os precede, os constitui e mesmo os institui enquanto tais, em sociedades como a nossa, na qual o indivíduo ganha um estatuto formal (*cidadão*), ou os destitui, como em sociedades escravocratas, como foi a nossa.

São elementos que tornam plausível a suposição de que o percurso de Durkheim na constituição da Sociologia tenha sido fonte de inspiração para a postulação, por Saussure, da noção de língua enquanto sistema.

Note que esse vínculo não passa pelo estabelecimento de algum tipo de continuidade entre os objetos, linguagem e sociedade, já que, definitivamente, Saussure não “sociologizou” a Lingüística, nem incorporou à sua formulação nenhum componente inerentemente social da Sociologia de Durkheim, mas de uma referência epistemológica sobre como fundamentar o estabelecimento de uma disciplina científica. A sociedade é para a Sociologia o que a língua é para a Lingüística: o objeto central, definido em seus próprios termos, infenso a qualquer reducionismo. É possível ver na relação língua-fala uma analogia ou uma projeção lógica da relação sociedade-indivíduo, tal como caracterizada por Durkheim, sem, no entanto, que isso implique numa fusão de ontologias.

O segundo atributo fundamental do sistema é a sua auto-suficiência; no nosso caso, da língua enquanto tal. Em alguma medida, a auto-suficiência é uma propriedade geral dos sistemas. Ela significa que há uma dinâmica interna ao sistema que independe de fatores externos. Que os termos constituintes do sistema se relacionam entre si a partir de uma lógica própria e não de uma lógica advinda de outra esfera. Isso se aplica desde ao sistema planetário até aos sistemas de contabilidade de uma empresa qualquer.

Dois atributos freqüente e indevidamente associados aos sistemas, inclusive à língua, são a imutabilidade e a impermeabilidade ao externo.

Normalmente os sistemas prevêm algum tipo de relação com o externo, na forma da entrada e saída de elementos. Porém, quando um elemento externo é trazido para dentro do sistema, ele o é a partir de um estatuto conferido e reconhecido pelo próprio sistema, o que faz com que, por definição, ele deixe de ser externo. O cliente de um banco tem um único status no sistema dele: o de cliente. O aluno de uma faculdade é também apenas um aluno. As características pessoais desse cliente ou desse aluno não são relevantes para o banco ou para a faculdade.

Um sistema normalmente se relaciona com elementos externos e pode mesmo ser afetado por eles, mas não na sua constituição fundamental. Abordar ou entender uma entidade como sistema não significa presumir que ela é impermeável a eventos externos, mas que há pelo menos um plano de eventos no qual pode ser identificada nela uma funcionalidade própria.

A reconfiguração do sistema consiste num rearranjo da relação entre suas partes e na eventual inclusão ou exclusão de certos elementos que o constituem. A estabilidade de um sistema não corresponde à sua imutabilidade, mas à continuidade com que gerencia suas próprias transformações. Não só sistemas não são estáticos por definição, como a reconfiguração permanente é um dado constante de sua identidade.

O alegado caráter estático do sistema é considerado como o principal problema da concepção saussureana de língua. É ele, mais do que qualquer outra coisa, que motiva o diagnóstico de Benveniste e de outros autores para que considerem a língua assim definida como incapaz de dar conta dos fenômenos de sentido. No nosso entendimento, no entanto, estas (a imutabilidade e a impermeabilidade ao externo) não são características do sistema saussureano, embora ele tenha, de fato, deixado uma lacuna explicativa a respeito. Cabe a nós completar a explicação, dentro do projeto que anunciamos - partindo das formulações saussureanas, desenvolver novas formulações consistentes com a caracterização do objeto e

que confirmam maior densidade à abordagem. Reafirmar a pertinência da caracterização da língua como sistema, mas agregando elementos que configurem seu caráter dinâmico, são os eixos centrais da hipótese proposta nesta tese.

Para que se configure a autonomia ontológica de uma disciplina, não basta um apanhado de fatos peculiares, por maior que seja, relativo ao seu objeto. É preciso que, em algum momento, a quantidade vire qualidade. Em Saussure, esse momento é a caracterização da língua como sistema, que ele identificou como um aspecto inerente de seu caráter. Por preencher “naturalmente” essa condição, a língua ancora toda a ontologia saussureana da linguagem. O que não significa que, eventualmente, outros fenômenos lingüísticos - a fala, o discurso, o diálogo - não poderiam assumir esse papel. Mas é muito mais difícil do que pode parecer.

Uma última curiosidade sobre esse tema: Os relatos biográficos sobre Saussure costumam mencionar o fato de seu tio, o Dr.Pictet, ter sido uma influência decisiva para a escolha da sua profissão. O Dr.Pictet era um lingüista relativamente conhecido na época e tinha publicado um livro bastante divulgado, as *Origens arianas*, que Saussure leu com prazer. Está registrado que o Dr.Pictet teria estimulado seu jovem sobrinho, então com 15 anos, a se dedicar aos estudos lingüísticos. Porém, em resposta a um esboço de projeto que Saussure lhe apresentou, o Dr.Pictet o preveniu que evitasse “tout systéme universel du langage”, conforme consta das “Notes biographiques et critiques sur F.de Saussure”, escritas e publicadas por Tullio de Mauro na edição francesa do CLG (pg.323). Os registros não vão além e não expõem as razões exatas pelas quais o tio teria feito uma ressalva tão específica, nem qual a concepção de sistema que o Dr.Pictet tinha em mente. O fato é que, contrariando essa advertência, Saussure vai colocar a noção de sistema no centro do seu projeto epistemológico e de sua caracterização da língua.

O interesse aqui não é psicanalizar as motivações de Saussure para contrariar seu tio, mas constatar que a possibilidade da caracterização da língua como sistema esteve em pauta desde sempre para Saussure, que, ao longo de sua vida intelectual, houve um argumento interno sobre o tema, que ele não chegou casualmente a ela, mas a partir de uma madura

reflexão a respeito. A esse respeito, Tullio de Mauro diz: “on peut se demander se l’idée de système n’est pas une sorte d’entéléchie de la vie intellectuelle de Saussure, un principe final, point culminant de sa méditation théorique lié aux origines mêmes de son génie.” (pg.359)

3. Língua e fala

3.1 O que é fala?

A noção de que a língua configurada como sistema não pode acolher o sentido como fenômeno pode levar a dois caminhos: ou bem se redefine a língua por uma abordagem não sistêmica ou se localiza os fenômenos de sentido em outro lugar da linguagem. Ambos os caminhos levam à fala.

A noção benvenistiana de *semiótico* corresponde muito especificamente à língua entendida como sistema. Por contraposição, o plano do *semântico* - dos sentidos, da ação, da linguagem em uso - só pode corresponder à fala. Daí a sua proposição ter o cunho de resgate de uma dimensão desprezada. Essa percepção de Benveniste não é nova. A impressão de que essa dimensão havia ficado de fora ou fora pouco enfatizada foi colocada, em primeiro lugar, por Meillet - muito cuidadosamente, já que este também tinha uma relação reverencial com Saussure, o que impedia críticas mais agudas. Esse ponto de vista corresponde também, genericamente (já que há especificidades importantes, mas que não são relevantes para esta discussão), ao de Labov e ao que rege o campo da sociolinguística - um rótulo que identifica, no contexto desta discussão, mas também freqüentemente fora dela, mais uma abordagem teórica do que uma área de investigação.

No que concerne a Saussure, esse ponto de vista foca sua crítica na separação entre língua e fala, para colocar que: (a) o relevante da linguagem é a fala e não a língua e, portanto, Saussure começou pelo aspecto errado; (b) não procede a noção saussureana da língua como sistema; (c) os fenômenos de sentido, bem como a mudança linguística, não podem ser explicados no plano da língua, sobretudo se ela for concebida como sistema. Em síntese, propõe-se uma linguística da fala como sendo a verdadeira linguística, em oposição à linguística da língua proposta no CLG e atribuída a Saussure.

Reencontramos nesse argumento o mote benvenistiano de que a explicação para os fenômenos linguísticos de sentido deve ser procurada nos aspectos dinâmicos e não

especificamente lingüísticos e que esses fenômenos devem ser caracterizados pela imbricação da língua a outros aspectos, já que a língua sozinha não os explicaria. Toda a caracterização benvenistiana - o contexto, os usos, o sujeito - emerge aí, fazendo esta perspectiva parecer uma resposta, *avant la lettre*, no caso de Meillet, à demanda colocada em *La forme et le sens*. O quanto procede, este argumento? O que seria uma lingüística da fala e em que medida ela daria conta dos fenômenos de sentido?

Um pouco paradoxalmente, a resposta a estas questões requer, em primeiro lugar, a remissão ao CLG para que se tenha clareza do que se está entendendo por fala e de que maneira ela se define por contraposição à língua, no estabelecimento da lingüística saussureana.

Duas colocações vêm imediatamente à mente do leitor: que a língua é social e a fala individual e que a linguagem é a língua mais a fala. Do que decorre que a fala é o “resto” da linguagem - já que a língua está bem definida e caracterizada, tudo o mais é fala. A nos pautarmos por isso, a fala iria da fonética ao discurso, entendidos como parte de um só e o mesmo fenômeno. A caracterização que se segue ao estabelecimento destas distinções, no CLG, piora ainda mais as coisas, pois o texto remete sobretudo a aspectos fonatórios para ilustrar os temas da fala em contraposição aos da língua, o que torna menos claro exatamente o que se está entendendo por “individual” nesse contexto. Como não há exemplos ou ilustrações, só é possível especular a respeito. Em uma palavra, não é possível extrair das referências do CLG um quadro coerente do qual a fala emerja como um objeto consistente e reconhecível.

Para Bouquet, a culpa por essa imprecisão é, uma vez mais, da edição do CLG, que teria incorrido, nesse caso, em duas modalidades de distorção do pensamento saussureano: a supressão de partes importantes sobre o tema e a desconsideração do caráter programático e da incompletude da formulação saussureana. De fato, os escritos saussureanos apontam para o desenvolvimento de uma lingüística da fala, como seqüência da lingüística da língua e tão densa como ela. Num escrito autografado de Saussure, nomeado *Rapport sur la création d'une chaire de stylistique*, que consta de Saussure (2002, pg.272), ele a inclui (a

estilística) na lingüística da fala, insistindo no seu pertencimento à Lingüística como disciplina.

O que sugere que, se a fala não recebe o mesmo tratamento denso que a língua nas formulações saussureanas é simplesmente porque, tendo dado precedência à língua, pelas razões que expusemos acima, ele morreu antes de poder elaborar uma lingüística da fala. O que deixa aberta a virtualidade de saber como seria a lingüística da fala proposta por Saussure e se, de alguma maneira, ela cobriria os aspectos cobrados por Benveniste.

Saussure não desconsiderou a fala como parte da linguagem - um lapso comum, feito por muitos lingüistas. Nem mesmo a considerou como um resíduo ou como um fenômeno colateral. Mesmo no CLG, independente do aporte de Bouquet e dos escritos autografados, no capítulo IV, *Lingüística da língua e lingüística da fala*, consta o seguinte:

“Sem dúvida, esses dois objetos [a língua e a fala] estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente o fato de fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma idéia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala? (...) Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta.” (CLG, pg.27)

Essa passagem não deixa dúvida sobre a relevância da fala, quaisquer que fossem os conteúdos que Saussure imaginasse implicados nela. Essa passagem também cauciona a noção de que o movimento está na fala, enquanto a língua é estática. E, mais, tanto quanto a língua é “produto” da fala, a produção da própria língua se situa na esfera da fala. Também, a idéia de que a língua seja “instrumento” da fala remete à *Semântica* de Bréal, invertendo as precedências e dando lugar ao sentido. São noções que efetivamente estabelecem desde logo uma forte tensão interna à formulação saussureana. Elas dão razão aos que reclamam a inscrição da língua na lógica de seus usuários. Elas convocam fortemente ao desenvolvimento de uma lingüística centrada nas motivações deste usuário. Finalmente, elas suscitam que se questione o percurso do próprio CLG, aonde elas aparecem: em vista

dessas considerações, não se deveria começar pela fala para eventualmente chegar à língua, que seria engendradora por ela?

O problema é que estas considerações estão em contradição com outras passagens do próprio CLG - quase o livro inteiro - dedicado justamente a postular a centralidade da língua e a explorar seus múltiplos aspectos. O CLG vai sublinhar a impossibilidade do falante criar “um único signo sequer”. Vai enfatizar a autonomia da evolução da língua e seu caráter necessário. Vai mesmo usar o termo “orgânico” que, em alguma medida, remete a seus precursores alemães, mas que, de qualquer forma, caracteriza a língua como tendo uma vida própria, em detrimento de seus usuários que teriam que se submeter a seus imperativos.

O capítulo seguinte do CLG, *Elementos internos e elementos externos da língua* aumenta mais a ambigüidade. O texto abre distinguindo entre a “Lingüística interna” e a “Lingüística externa” (as aspas constam do próprio texto do CLG), identificando o objeto da Lingüística interna como sendo a língua como “organismo” ou “sistema”. Mas ressalva que há inúmeros tópicos relativos à língua que não podem ser desconsiderados e faz, em seguida, uma longa e esmiuçada recensão desses tópicos - é, de fato, no que consiste o capítulo. Essa recensão inclui “as relações que podem existir entre a história duma língua e duma raça ou civilização”, “as relações existentes entre a língua e a história política”, “os costumes duma nação [que] têm repercussão na língua”, “as relações da língua com instituições de toda espécie, a Igreja, a escola etc.”, “o desenvolvimento literário da língua”, “tudo quanto se relaciona com a extensão geográfica das línguas e o fracionamento dialetal”, “o empréstimo de palavras estrangeiras” e assim por diante.

Em nenhum momento, nem nesse capítulo, nem em nenhum outro, o CLG especificará se esse conjunto de temas relativos à “Lingüística externa” são do domínio da língua ou da fala. Se pertencerem ao domínio da língua - e note que é efetivamente *língua* o termo empregado para rotular cada um dos subtópicos compreendidos - evidenciam uma cobertura muito mais ampla, do termo, do que as relações formalizáveis no interior do sistema. Se esses temas forem considerados do domínio da fala, somos obrigados a assumir

que *fala* é apenas um termo-coringa, como poderia ter sido usado qualquer outro, para designar o “resto” dos fenômenos lingüísticos, tal a diversidade e a amplitude da temática coberta. Como quer que seja, esse capítulo mostra que a lingüística saussureana não desprezou esses fenômenos em nome de uma suposta restrição do objeto aos aspectos sistêmicos da língua. Pode ser, ainda, que a divisão apresentada seja transversal à língua e fala e, portanto, não faz sentido procurar encaixar uma coisa na outra.

A discrepância, a descontinuidade, entre esses dois capítulos consecutivos, é problemática o suficiente para o leitor, independente das observações de Godel ou Bouquet, ficar perturbado pela incoerência e inseguro quanto à definição e aos limites do objeto da lingüística saussureana. É possível que isso se deva a problemas de edição, como quer Bouquet. Mas também pode ser simplesmente uma contradição, uma ambivalência, típicas de formulações provisórias, de uma reflexão que estava longe de estar madura, apesar de já ter aportes fundamentais a oferecer à Lingüística.

Como quer que seja, nada nessa caracterização permite inferir que o sentido esteja na fala. Saussure aloca na língua o significado, o valor, a significação. Como essas entidades parecem insuficiente para descrever e explicar o sentido, nos termos de Benveniste e outros autores, remete-se à fala como alternativa. Porém, nesse contexto, afirmar que o sentido está na fala corresponde simplesmente a afirmar que ele é engendrado fora da linguagem.

Um entendimento equivocado comum que leva à noção de que o sentido e a mudança só poderiam estar na fala é supor que a contraposição língua/fala corresponderia, de alguma maneira, a abstrato/concreto, no que concerne à linguagem. Esse equívoco é caucionado pelo fato do sintagma ser do domínio da fala, enquanto as associações (do eixo paradigmático) são do domínio da língua. Assim sendo, a fala ofereceria algo de imediatamente tangível para ser analisado, enquanto a análise da língua teria que se basear em inferências. Esse argumento só faz sentido de uma perspectiva francamente empirista, que suspeitará de qualquer objeto proposto que não tenha uma emanção física. O caráter concreto da língua e de suas entidades é reiteradamente afirmado por Saussure. Além disso,

a fala é língua e não o contrário dela. Cada instância de fala é também uma instância de língua.

Uma outra interpretação comum da distinção é entendê-la como separando a latência (a língua) da realização (a fala), com um sentido de execução. Quando Chomsky propôs a distinção competência/performance, muitos lingüistas viram nela uma reedição da distinção língua/fala. No entanto, em Chomsky, a correspondência entre as formas geráveis pela competência lingüística de um falante e aquelas efetivamente produzidas por ele é, assumidamente, só aproximativa. A competência lingüística é efetivamente uma língua ideal que não pretende corresponder estritamente à língua real, isto é, realmente falada. Não é, de modo algum, o caso da formulação saussureana, onde, não só a língua é real, como o CLG reitera em diversas passagens ao longo do livro, como corresponde, em suas formas, à fala. Não há uma discrepância, um gap, como na gramática gerativa, entre o latente e o realizado. De fato, no que concerne às formas, a língua é a fala e vice-versa.

O CLG diz o seguinte sobre a língua:

“A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro (...). Trata-se de algo que está em cada um [dos indivíduos], embora seja comum a todos e independente da vontade dos depositários.” (CLG, pg.27)

Em seguida, o CLG apresenta a seguinte fórmula:

$1 + 1 + 1 + 1 \dots = I$ (padrão coletivo)

E continua:

“De que maneira a fala está presente nessa mesma comunidade? É a soma do que as pessoas dizem, e compreende: (a) combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam; (b) atos de fonação igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações.

Nada existe de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas.” (pg.28)

A noção da língua como consistindo em um padrão coletivo, supra-individual, costuma ser mais um argumento para se ver nela uma abstração. No entanto, é como virtualidade real

que ela funciona (sem trocadilhos ou jogos de palavra). Ela é uma referência efetiva que pauta a produção lingüística de seus falantes, que se remetem a uma entidade supostamente partilhada por todos. O que é muito diferente da auto-suficiência do falante chomskyano, que contém em si todas as regras. Do ponto de vista do indivíduo, a língua saussureana supõe uma sintonia permanente do falante com o seu ambiente para que ele se faça permeável a ela. A fonte do “conhecimento da linguagem”, para usar a expressão chomskyana, é a língua falada pela comunidade ao qual pertence o falante. No contexto epistemológico da lingüística saussureana, não faria nenhum sentido uma distinção como língua-I e língua-E. Seria preciso postular uma língua-C (de coletiva, comum, convencional) que seria a fonte das demais e presidiria toda a produção lingüística dos falantes.

A esse respeito, é curioso observar, a crítica chomskyana e a crítica laboviana convergem, embora cheguem a ela por percursos diferentes. Ambas contestam a existência de uma língua definida antes de tudo como entidade coletiva, como uma estrutura partilhada sem uma origem claramente identificável. Daonde viria tal entidade? Como ela seria engendrada? E por que os falantes pautariam sua produção lingüística por ela?

Essa interpelação faz a língua parecer uma abstração no pior sentido possível do termo - uma invenção, um artifício científico. Aqui critica-se não só o caráter sistêmico da língua, mas a própria consistência da língua como objeto. Em Chomsky, porque a fonte de toda consistência só pode ser o indivíduo. Em Labov, porque a fonte de toda consistência só pode ser social, mas não entendido da mesma forma que Saussure.

O caráter social da língua é um dos pilares da epistemologia saussureana. Mas social é um adjetivo fortemente polissêmico e requer que seja qualificado. O social de Saussure guarda uma forte relação com o de Durkheim - trata-se de uma instância supra-individual, cujos fatos não se confundem ou são específicos em relação aos fatos individuais. Em um e outro, o social constitui uma ordem própria de fenômenos. Também o social de Saussure não significa nem minimamente um reducionismo ao social, uma inscrição da língua ou da

linguagem entre os fatos sociais, já que, como vimos, se a linguagem é, em alguma medida, social, ela não o é a título exclusivo, já que é também psicológica, fisiológica etc.

Também não estão em pauta “relações sociais” que poderiam condicionar a emergência de tais ou quais formas lingüísticas, como explorado pela sociolingüística. Não que essas relações sejam desconsideradas. Mas elas só são consideradas na medida em que irrompem na língua, na medida em que o fato social se converte em fato lingüístico - o que nem sempre acontece e quando acontece pode se manifestar de muitas formas diferentes, não permitindo estabelecer relações de homologia, menos ainda de determinação entre as duas ordens de fatos.

Fundamentalmente, a contraposição social/individual, embutida na distinção língua/fala, corresponde a convencionalizado/não-convencionalizado. Se a língua é uma convenção, é social aquilo que é convencional; é individual aquilo que não for convencional. Por sua vez, convencionalizado aqui significa partilhado pelos falantes, do que resulta a distinção partilhado/não-partilhado. O que nos dá o ensejo de distinguir o caráter individual da fala da eventual singularidade de uma certa produção lingüística em relação à língua. Assim, se toda fala é individual, nem toda fala é singular - a maior parte do que se fala está em plena conformidade com a língua, com os termos e estruturas partilhados por todos os falantes. A singularidade é um atributo negativo da língua e consiste no não-partilhamento de determinado termo ou estrutura (por exemplo, se alguém introduz um estrangeirismo novo, que ninguém entende). A singularidade não é um atributo da fala, definido no campo da fala, mesmo que ela se manifeste numa ocorrência de fala, como é sempre forçosamente o caso.

O social da língua é um social inerentemente lingüístico, criado pela relação do falante com a língua e não pré-existente a essa relação. Essa caracterização adensa mais ainda o caráter inerente do funcionamento da língua e da identificação dos fatos de linguagem. Em abordagens sociais da linguagem, normalmente o falante é apresentado como um “sujeito”, para evidenciar o fato de que muitas outras relações e disposições dele estão colocadas imbricadas a sua prática lingüística. Na abordagem saussureana, ao contrário, o falante não

tem nenhuma identidade ou existência preliminar, lógica e cronologicamente, à sua relação com a língua. Sua identidade lhe é conferida por e a partir da sua relação com a língua. Ele não é um “sujeito” completo, mas tão somente um agente (ou paciente) da língua.

Aqui também, como acontece com a noção de sistema, evidentemente, a caracterização do falante incorporará atributos sociais que se fizerem relevantes para explicar a sua produção lingüística. Não se trata de um supor no falante uma pessoa ideal, infensa ao que a circunda. Mas a forma dessa incorporação assegura que é no plano dos eventos lingüísticos que se dão os fatos onde ele atua na condição de falante.

É assim que o “social” de Saussure é um conceito definido para caracterizar a sociabilidade lingüística, como não necessariamente relacionada a outras sociabilidades. A fala corresponde às ocorrências dessa sociabilidade. A definição de *parole* num texto autografado de Saussure mencionada por Godel(1969, pg.154), nas *Sources manuscrites*, é a seguinte:

“acte de l’individu réalisant sa faculté au moyen de la convention social qui est la langue”

Assim, a fala não só não escapa à convenção, como é pautada por ela. Se a fala é o exercício da língua, não consiste em algo externo ou diferente dela, pelo menos na concepção saussureana. O que nos obriga a concluir que os proponentes de uma lingüística da fala, tem uma outra concepção (de fala) em mente.

3.2 O desenvolvimento de uma lingüística da fala

A possibilidade de que a Lingüística não começasse pela língua é, como vimos, abertamente admitida por Saussure, como hipótese. Tampouco Saussure pretende que a linguagem se limite à língua, muito pelo contrário. E, no entanto, para o tema que nos concerne, ele aloca o significado na língua, uma alocação, todavia, que não se dá em detrimento de que ele se manifeste na fala ou de que ela participe de seu engendramento. Saussure distinguiu língua de fala não como fenômenos contrapostos, mas como instâncias de um só e o mesmo fenômeno, a linguagem.

A motivação para desenvolver uma lingüística a partir da fala tem a ver, essencialmente, com o desconforto com a noção da língua como sistema e todas as suas implicações. É basicamente a posição de Meillet, o primeiro a acusar esta insatisfação, ao mesmo tempo em que reconhecia os méritos e as conquistas, do aporte saussureano.

Meillet era, ao mesmo tempo, contemporâneo e discípulo de Saussure e estudioso do grego e do indo-europeu, temas da maior parte de sua pesquisa e de suas publicações. Publicou, no entanto, em 1921, *Linguistique historique et linguistique générale*.

As posições e colocações de Meillet vão inspirar a possibilidade do desenvolvimento de uma lingüística da fala e suscitar a perspectiva de que o desenvolvimento da Lingüística poderia e pode ainda tomar um rumo diferente se for baseado nela, no lugar da lingüística da língua, como tem sido desde o CLG.

A possibilidade da Lingüística começar pela fala coloca as seguintes questões:

- (a) É viável, cientificamente, fundar a Lingüística numa lingüística da fala?
- (b) Qual seria o estatuto da língua nessa lingüística?
- (c) Como seria abordado o sentido nela?
- (d) Como ela lidaria com a questão do movimento e da mudança, em contraposição ao caráter estático da língua enquanto sistema?
- (e) Seria o desenvolvimento de uma lingüística da fala uma resposta à questão de Benveniste?

A primeira dificuldade em responder à primeira questão é definir o que se está entendendo por “lingüística da fala”. Essa expressão pode ser entendida de muitas formas e, de fato, o

é, por diversas abordagens cujo único ponto comum é o desejo de se contrapor à lingüística da língua saussureana. Um pouco paradoxalmente, como a expressão advém do CLG e segue a sua pauta, ela herda a mesma imprecisão referencial de que falamos mais acima.

Genericamente, no entanto, as posições se identificam pelos dois elementos que fundam a oposição mencionada no primeiro capítulo: o caráter dinâmico em oposição ao caráter estático da linguagem e a imbricação da linguagem com fenômenos de outras ordens em oposição a uma perspectiva inerentemente lingüística. Não por acaso, o exame da lingüística da fala é o primeiro ponto de parada obrigatório para se lidar com a questão de Benveniste - quem sabe ela já não é a resposta?

A segunda dificuldade é com a própria noção de que a Lingüística estaria dada e que a questão seria apenas quanto à direção a imprimir a seu desenvolvimento. O advento da Lingüística parece ter um quê de necessidade histórica. Desde o final do século XIX e no início do século XX, “todos” estavam descobrindo a linguagem - ou o simbólico, os signos, a língua, as representações. Nesse período, em muitas áreas do conhecimento - na Filosofia, na Psicologia, na Antropologia - são desenvolvidas formulações que cobrem essa classe de fenômenos. Retrospectivamente, pode parecer “natural” que, em algum momento, essa exploração se consubstanciasse numa disciplina específica. No entanto, nada era menos seguro.

Os desenvolvimentos que vão de Frege a Wittgenstein levaram à criação de uma escola, a filosofia da linguagem, a partir da filosofia analítica, não a uma disciplina voltada para a exploração científica da linguagem. Levaram também à criação da lógica simbólica, que não tratava a linguagem como objeto empírico e sim como objeto lógico (donde as discrepâncias, como uma relativa descontinuidade entre o lógico e o empírico que até hoje marca a abordagem chomskyiana, originária dela). O mesmo se dá com a Semiótica de Peirce que não conferia caráter empírico aos signos que pretendia estudar, sendo eles objetos lógicos (o que torna difícil a vida de teóricos da comunicação que recorrem a eles para explicar fenômenos midiáticos). A fenomenologia e as filosofias da percepção levaram a que se incorporasse componentes simbólicos e lingüísticos às filosofias de Bergson e

Heiddeger, mas não que esses componentes fossem assumidos como um objeto em seu próprio mérito.

Mesmo Bakhtin, para quem a linguagem tem uma centralidade maior, não preconizava o desenvolvimento de uma disciplina para a linguagem. A “metalingüística”, que ele propõe nos *Problemas da Poética de Dostoiévsky*, envolve conteúdos filosóficos, literários, filológicos, antropológicos e de outras naturezas, além dos lingüísticos. E, de qualquer forma, ele não a levou adiante. Também, as concepções lingüísticas que aparecem em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de Voloshinov, fazem parte do desenvolvimento de uma teoria da ideologia, no âmbito do tema filosófico da formação da consciência, e não da exploração empírica sistemática de um fenômeno lingüístico. Na verdade, a singularidade e a relevância das idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin só puderam ser reconhecidas porque foram lidas por lingüistas, porque encontraram uma Lingüística já constituída que as acolheu e inseriu numa problemática especificamente lingüística. Se a Lingüística não existisse como disciplina, o mais provável é que essas idéias fossem tematizadas diluídas em outras problemáticas, como ainda o são eventualmente. Para dizer concisamente, a apreensão de Bakhtin supõe Saussure, pelo menos no que concerne às idéias lingüísticas.

Por fim, quando, ao longo do século XX, surgiram desenvolvimentos filosóficos importantes, que incluíam a linguagem em suas formulações, como a filosofia de Gramsci, eram já realizados recorrendo a concepções desenvolvidas pela Lingüística, sendo difícil supor que esses filósofos chegassem a elas por sua própria conta.

No campo das ciências, os reducionismos poderiam levar à consideração de que era suficiente criar, na Psicologia, na Sociologia, subáreas voltadas ao estudo da linguagem como um objeto inespecífico subsumido aos objetos principais destas disciplinas. A Lingüística poderia continuar se ocupando das línguas, enquanto outras disciplinas assumiriam a linguagem. Porém, é interessante notar que tanto a psicanálise, quanto a antropologia precisaram esperar a Lingüística para desenvolver e consolidar o aspecto simbólico de suas teorias, o que indica quão limitado era o alcance das investigações lingüísticas eventualmente realizadas no interior dessas disciplinas.

Se a linguagem era efetivamente um tema cada vez mais presente, nada assegurava que seria criada uma disciplina para estudá-la. E, face ao arrojado de outros desenvolvimentos, a Lingüística das línguas, indutiva, classificadora e colecionadora de objetos, parecia intelectualmente muito acanhada para propiciar um desenvolvimento de fôlego sobre a linguagem. Ter convertido uma disciplina de horizontes intelectuais modestos numa disciplina arrojada, voltada para a investigação de um dos aspectos mais centrais da vida e da consciência humanas, não foi um passo trivial e estava longe de ser necessário. Esta é a excepcionalidade - nos dois sentidos da expressão - do aporte saussureano.

Em resumo, se em tese a Lingüística poderia não ter começado pela língua, e mesmo Saussure o admite, talvez sequer tivesse existido. Tanto o entendimento de que a linguagem só merecia ser tematizada no âmbito de outras temáticas, como o reducionismo inerente à forma como ela era vista, a absorveriam em outra alocação disciplinar.

Essas considerações, assumidamente especulativas, já que não podemos saber como a história poderia ter sido se não fosse como foi, visam, no entanto, relativizar a idéia de que a Lingüística poderia ter sido criada de outra forma e que foi um equívoco ou um desvio de foco começar pela língua.

Posições como as de Bréal e Meillet foram dissidências ou perspectivas críticas a certas noções hegemônicas na Lingüística existente, mas não se propuseram a refundá-la ou a constituir uma nova disciplina, mas a estabelecer novas direções, a abrir novos veios de exploração dentro dela. A carreira e, sobretudo, a produção de Meillet é fundamentalmente a de um lingüista histórico e comparado. Os textos programáticos e epistemológicos são colaterais em sua obra e não caracterizam uma ruptura ou o desejo de revolucionar a área.

A relevância de Meillet está no fato dele ter sido um pioneiro na crítica da noção de língua como sistema, de Saussure, reivindicando muito precisamente que o movimento e o sentido ficariam de fora de uma Lingüística assim concebida, uma posição muito semelhante a de

Benveniste, de quem (por acaso?) ele foi professor e mentor. Essa posição está expressa no seu texto de 1916, a resenha do CLG, citado em Puech&Radzynski (1988):

“Il est légitime d’examiner un fait de langue en lui-même (...) mais il s’agit là de faits historiques qui ne prennent un sens que si l’on cherche les conditions qui ont déterminé ces changements (...). En séparant le changement linguistique des conditions extérieures dont il dépend, Ferdinand de Saussure le prive de réalité; il le réduit à une abstraction inexplicable.” (pg.78)

No entanto, num texto de 1906, ele demonstra um claro entendimento e aceitação da noção de sistema e da separação de domínios de investigação em língua e fala, assimilando as concepções de Saussure às concepções de Durkheim, com as quais ele empatizava. É o que ele expõe nesta passagem, citada em Koerner (1988):

“Le langage a pour condition l’existence des sociétés humaines dont il est l’instrument indispensable (...); le langage est donc éminemment un fait social. En effet, il entre exactement dans la définition qu’a proposée Durkheim; une langue existe indépendamment de chacun des individus qui la parlent, et, bien qu’elle n’ait aucune réalité en dehors de la somme de ces individus, elle est cependant, par sa généralité, extérieure à chacun d’eux; ce qui le montre, c’est qu’il ne dépend d’aucun d’entre eux de la changer et que toute déviation individuelle de l’usage provoque une réaction; (...). Les caractères d’extériorité à l’individu et de coercition par lesquels Durkheim définit le fait social apparaissent donc dans le langage avec dernière évidence.” (pg.65)

Um pouco contraditoriamente, nesse mesmo texto, Meillet expõe uma versão da cisão que pode bem ser vista como precursora da distinção entre semiótico e semântico de Benveniste:

“Cette réalité [de la langue] est à la fois linguistique et sociale.

Elle est linguistique: car une langue constitue un système complexe de moyens d’expression, système où tout se tient et où une innovation individuelle ne peut que difficilement trouver place si (...) elle n’est pas exactement adaptée à ce système.

A un autre égard, la réalité de la langue est sociale: elle résulte de ce qu’une langue appartient à un ensemble défini de sujets parlants, de ce qu’elle est le moyen de communication entre les membres d’un même groupe et de ce qu’il ne dépend d’aucun des membres de la modifier.” (pg.68)

O mais provável é que Meillet aos poucos tenha se dado conta de que o social de Saussure e o dele não eram o mesmo, que as leituras de Durkheim de um e de outro não coincidiam, e

aberto uma desidentidade a partir disso. Porém, não era só a atitude reverencial com o mestre que o impedia de ir além, na direção de estabelecer um novo fundamento para a Lingüística, era o próprio alcance limitado da sua crítica.

Sylvain Auroux (1988) vai apontar a ambivalência e mesmo a precariedade de suas formulações:

“La discussion de la notion de linguistique générale souffre incontestablement chez Meillet d’un manque de clarté, qui tient essentiellement aux insuffisances de la philosophie des sciences de son époque. Il lui est, en particulier, difficile de comprendre le rapport des lois aux faits. Ainsi, peut-il concevoir à la fois que les lois de la linguistique générale ont le défaut d’exprimer des **possibilités** et non des **nécessités**, donc de ne pouvoir prédire ou expliquer aucun fait, et qu’elles énoncent des conditions constantes.” (pg.49, negritos meus)

Esta passagem aponta para os dois problemas fundamentais das posições de Meillet:

A primeira é o empirismo de Meillet. Como notam Puech&Radzynski (1988, pg.82): “le souci du *fait* (“constatable”, “attesté”, “observable”) est bien un des soucis majeurs de Meillet” (itálico no original). É esse empirismo que suscita a dificuldade, apontada acima por Auroux, de compreender a relação das leis com os fatos. Porém, discordo de Auroux quando aponta as “insuficiências da filosofia da ciência da época”. Elas eram já suficientemente avançadas para caucionar formulações científicas nas quais o fato é obtido a partir de uma elaboração conceitual cujo produto não coincide necessariamente com o fato empírico acessível a observação imediata do pesquisador (aliás, vale dizer, que as posições que ganharam notoriedade a partir da obra de Popper, eram já postuladas por Poincaré e Bachelard). De fato, é o percurso de Saussure: ir do fato empírico ao fato conceitual. Aparentemente, Meillet faz o percurso inverso. Sua lingüística, como aponta Nerlich (1988, pg.106), é uma lingüística das línguas, não uma lingüística da língua. É estranho, por exemplo, que a concepção saussureana de língua que ele endossa em 1906, seja considerada, dez anos depois, como uma “abstraction inexplicable”, tão mais porque o texto do CLG insiste expressamente no caráter concreto da língua e dos signos. À medida em que procura consolidar sua formulação, Meillet trabalha na direção de conferir a ela uma ancoragem empírica claramente identificável. O que o leva, por fim, à remissão ao

social, ao estabelecimento de uma identidade ontológica entre fato lingüístico e fato social, que para Saussure eram disjuntos. Do ponto de vista da filosofia da ciência, Meillet estava num momento anterior e não posterior a Saussure, apesar da cronologia biográfica ser a inversa.

O segundo problema, apontado nessa passagem de Auroux, mas que para mim tem uma dimensão muito maior e mais decisiva, está no fato de que as formulações de Meillet apontavam “possibilidades” e não “necessidades”. Auroux sublinha, numa nota sobre esta mesma passagem, o quanto isso fragiliza e torna eventualmente logicamente inconsistentes as posições de Meillet. O problema aqui, consiste, a meu ver, no fato de que Meillet manifesta o seu desconforto com a noção saussureana de língua, mas não consegue efetivamente prescindir dela. Os fenômenos de fala que ele traz à tona não configuram uma teoria alternativa da língua ou da linguagem. Justamente porque eles são fenômenos possíveis, mas não necessários. Certo fatos sociais podem suscitar fatos lingüísticos correlativos. Porém, não é possível estabelecer um vínculo de necessidade ou de causalidade no sentido de que todo fato lingüístico derive ou advenha de um fato social - há fatos inerentemente lingüísticos e Meillet não se furta a reconhecê-lo. O que faz da sua expectativa de ancorar o lingüístico no social um empreendimento limitado.

A lingüística da fala de Meillet acaba por ser mais uma complementação ou uma adjetivação da lingüística da língua de Saussure do que um modelo alternativo a ela. Embora refutasse como abstrata a noção de língua do CLG, a língua, numa acepção mais empírica, mas na qual, ainda assim, podem ser identificadas densas relações internas irredutíveis a outras ordens de fenômenos, continua a ser a ancoragem fundamental de suas formulações. Daí ele dizer, em *Linguistique historique et linguistique générale*, apud Nerlich (1988):

“Une langue arrivée à un état d’équilibre et employée par une société homogène est stable; les changements ne portent que sur des détails et n’affectent pas la structure générale du système. Mais la plupart des langues ne sont pas arrivées à un état d’équilibre, et la plupart des sociétés ne sont pas homogènes.”
(pg.107)

Essa passagem parece contradizer toda a sua *démarche* visando caracterizar os outros eventos. Embora aponte na direção de uma lingüística que relativize ou subtraia o lugar da língua e que dispense a noção de sistema ou de estrutura, Meillet termina por agregar um plano a mais sem destituir o já existente. É essa ambivalência que confere uma certa inconsistência às formulações de Meillet, que faz com que elas não possam ser reconhecidas como provendo uma teoria completa da linguagem, capaz de servir de arcabouço para a refundação da Lingüística. Ao contrário, no final das contas, as formulações de Meillet parecem seguir a pauta do programa saussureano: desenvolver uma lingüística da fala ao lado da lingüística da língua e complementarmente a ela.

Na verdade, essa dificuldade de Meillet, essa hesitação, esse desejo de afirmar a vontade do homem sobre a língua, mas o reconhecimento das limitações, são aspectos positivos de sua exploração. Tanto quanto esse aporte de Meillet serve como referência ou como preliminar para o tratamento da questão de Benveniste, o saldo é: não se pode prescindir da língua. O semântico não pode ser concebido sem o semiótico. Não se sustenta a noção de desenvolver um construto separado.

Pode-se atribuir o vício curto de Meillet a limitações específicas, como o faz Auroux, ao fato dele não ter se engajado o bastante. No entanto, ele coloca uma questão fundamental: qual o lugar da língua numa perspectiva *semântica*, no sentido benvenistiano do termo? Seria possível derivá-la de relações sociais ou de fatos sociais?

É o entendimento de que não se pode prescindir da língua que vai justamente motivar as perspectivas da cisão. Daí, por exemplo, o difundido aforismo de Michel Pêcheux de que “a análise do discurso presume a Lingüística” e não pretende ser uma disciplina à parte. Não só a AD, mas também algumas das pragmáticas, consistem não em estudos da fala, mas da relação língua-fala. Elas exploram a tensão entre os falantes de ter que recorrer aos termos da língua, mesmo querendo ir além deles.

Como veremos no próximo capítulo, estabelecer um plano da língua é uma condição para que o sentido emerge como objeto descolado das realidades imediatas às quais ele aparece

empiricamente vinculado (uma operação mais difícil e menos elementar do que pode parecer), para que, num segundo momento, se possa estudar os sentidos tal como são veiculados por formas específicas. Se não for por este percurso, acaba-se estudando os sentidos por si próprios, as idéias, fazendo filosofia, psicologia, antropologia, sociologia etc. Cai-se facilmente em alguma espécie de diluição ou reducionismo, perdendo de vista a especificidade lingüística do sentido.

A postulação da fala como ancoragem empírica ou teórica da Lingüística não desobriga a epistemologia que a propõe de prover uma formulação para a língua, ainda que o lugar relativo da língua nessa teoria seja menor do que na lingüística saussureana. Mesmo que se entenda a língua como redutível ou explicável a partir de um outro fenômeno, seja a própria fala, sejam fenômenos de outras ordens (sociais, psicológicos etc.), é preciso atribuir um estatuto a ela, no seio desta teoria.

A sociolingüística de Labov é a mais radical abordagem a postular a centralidade da fala e a explicação da língua a partir dela. É a única teoria robusta que, em alguma medida, presume que uma teoria da língua possa emergir de uma teoria da fala. E, ao contrário de Meillet, a teoria de Labov não peca pela duplicidade, pelo menos em suas declarações de princípios. Aqui, há um decidido antagonismo a qualquer noção de língua que se pretenda mais densa ou logicamente consistente.

A pauta da formulação desta teoria começa pela crítica à noção de língua como sistema ou como estrutura autônoma. De fato, o antagonista de Labov é Chomsky e não Saussure, embora o teor da crítica seja muito semelhante ao de Meillet em relação a Saussure - a língua é uma abstração que não corresponde a nenhuma espécie de realidade. Labov está empenhado em demonstrar que a noção de língua(gem) de Chomsky é improcedente e desnecessária para explicar os fenômenos lingüísticos, tais como podem ser observados. (Porém, ao contrário da sutileza dos contrastes entre Meillet e Saussure, o maniqueísmo e a simplificação típicos do debate acadêmico norte-americano acabam por configurar as teorias de Chomsky e Labov como sendo uma o negativo da outra.)

A sociolinguística, em princípio, é uma área da Linguística que cobre um certo tipo de fenômeno linguístico. Porém, a sociolinguística laboviana pretende ser uma abordagem teórica que incida não só sobre estes fenômenos, mas que reoriente toda a fundamentação geral da Linguística a partir de sua exploração. A direção da abordagem consiste fundamentalmente em assumir o caráter social da linguagem como o componente ontológico fundamental dos fenômenos linguísticos e projetar as implicações disso para além da sociolinguística.

Se não chega ao radicalismo de Calvet, cuja posição mencionamos no primeiro capítulo, que simplesmente vê a Linguística como um ramo da Sociologia, a posição de Labov, procedendo a uma formulação mais sofisticada e a análises mais cuidadosas, aponta para uma direção semelhante, se não a nível institucional, pelo menos a nível ontológico e talvez epistemológico - vide a importância de suas interfaces com a Antropologia e com a Sociologia.

Porém, ao contrário de Calvet, é numa problemática especificamente linguística que Labov inscreve a sua proposta epistemológica. No segundo volume do seu *Principles of Linguistic Change*, ele diz:

“I will follow Meillet’s position that the sporadic character of linguistic change can only be explained by correlations with the social structure of the speech community in which it takes place.” (pg.xv)

Com isso, Labov pretende estar retomando o desenvolvimento da Linguística do curso do qual o estruturalismo o desviou (sendo o chomskismo parte dele). Em linhas gerais, é no que consiste o projeto laboviano. Dante Lucchesi (2004, pg.203) escreve que, para promover a ruptura epistemológica com o estruturalismo, a sociolinguística desenvolveu um arcabouço teórico-metodológico que “vai, a partir da década de 1960, reorientar grande parte da pesquisa linguística, colocando-se como um modelo alternativo na disputa pela hegemonia no seio da ciência da linguagem”.

Desse cunho social faz parte um certo *ethos* que propugna a inserção social do pesquisador. Aludindo elipticamente a Chomsky, Labov (2001) diz:

“If these principles are at all successful in explaining the course of linguistic change, it is because they are the result of successful efforts to overcome the barriers between the university and the wider community. Indeed, the isolation of the university appears to be a major factor in determining the kind of explanations that are put forward. (...) it is hard to understand the world by rising above it. We must deal with the world on equal footing if we hope to resolve the paradoxes of linguistic evolution.” (pg.xvi)

Assim além de um ponto de vista teórico, a posição de Labov pretende corresponder a um certo tipo de compromisso social, de reconhecimento das realidades dos falantes.

A fundação do ponto de vista da sociolinguística laboviana é a crítica à suposta homogeneidade do modelo de língua proposto por Saussure e adotado por Chomsky. No lugar, Labov propõe que a língua seja concebida como uma **heterogeneidade estruturada**. A noção de heterogeneidade da língua repousa, empiricamente, sobre o fato da variação. No volume *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*, de Weinreich, Labov & Herzog (2006, doravante citado como WLH), o cerne da crítica a Saussure, Bloomfield, Chomsky e outros autores consiste em acusá-los de terem desconsiderado a diversidade da língua em benefício de um construto artificial, a língua, e da suposição, infundada, de que todos os falantes de uma língua falem efetivamente e rigorosamente a mesma língua. Nesses autores, a variação seria vista como um fato secundário e irrelevante, quando para Labov, a diversidade é a realidade da língua tal como efetivamente falada.

Por que os falantes falam como falam? Por que um falante passa a usar ou deixa de usar um certo termo ou expressão? Como o falante modaliza a sua linguagem conforme a situação? Como ocorre de um falante dominar vários registros? O que o faz adotar certos termos em detrimento de outros? Como se constituem as diferentes comunidades de fala? E como se relacionam? Como as expectativas sociais, no curso das interações, pautam a produção lingüística? De que maneira a língua participa da construção das identidades sociais?

São questões para as quais, a língua idealizada e uniforme não só não responde, como pode facilmente induzir a respostas erradas. Uma noção chomskyiana de competência lingüística

do falante não corresponderia a nenhuma língua efetivamente falada e apagaria as diferenças de registro e as modalizações das quais o falante é capaz. Além da necessidade de explicar a própria origem da gramática de uma maneira diversa:

“As gramáticas (...) são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.”
(WLH, pg.126)

Do que decorre que não faz sentido falar na “gramática do inglês” ou “gramática do português”, como Chomsky, já que elas não correspondem a nenhuma língua falada. Não pode haver língua ideal, nem o falante ideal dessa língua.

Para a sociolinguística, a visão da língua homogênea deixa de fora a exploração dos aspectos mais interessantes da linguagem, os mais relevantes socialmente, aqueles com os quais o interlocutor pode se sentir diretamente concernido. Além de perderem de vista o papel das “funções sociais” (mencionadas na passagem acima) na produção linguística, o que Faraco (WLH, pg.28) chama de “agnosticismo sociológico da linguística estrutural”.

Além de incorrer em conceitos errôneos e artificiais, a suposição da homogeneidade deixaria enormes lacunas explicativas, particularmente no que concerne à mudança linguística. As línguas idealizadas, concebidas a partir da noção saussureana de sincronia, não abririam espaço para explicar sua mudança a partir dos usos dos falantes, que estariam *a priori* excluídos do escopo explicativo da teoria.

Isso permitiria a essas teorias, na melhor das hipóteses, descrever, por exemplo, dois estados de língua, isto é, sua configuração estrutural em dois momentos distintos, mas não como se passou de um a outro. Na origem deste vácuo explicativo e investigativo estaria a própria noção de estado de língua, baseada no conceito saussureano de sincronia. Lucchesi (pg.156) cita Coseriu dizendo: “As mudanças não podem ser consideradas na sincronia e esta é realmente uma *contradictio in adiecto* pois equivale a querer comprovar o movimento no imóvel”.

O propósito de prover uma explicação para a mudança é o mais flagrante diferencial da sociolinguística laboviana para as teorias estruturais. É na explicação da mudança, mais até do que na exploração da variação, que a sociolinguística laboviana pretende demarcar a singularidade teórica do seu projeto. É o tema em torno do qual Labov vai concentrar o seu investimento na elaboração teórica de uma formulação que sintetize todos os aspectos explorados pela sociolinguística. É a motivação da série de três volumes, escritos por ele, chamados *Principles of Linguistic Change*, que visam apresentar o consolidado dessa formulação: o primeiro, *internal factors*, publicado em 1994, o segundo, *social factors*, publicado em 2001, e o terceiro, *cognitive factors*, ainda não publicado.

Quais são as causas da mudança para a sociolinguística laboviana? De fato, a teoria não fala em “causas”, mas em *fatores* da mudança. Há os fatores internos, que concernem a aspectos estruturais, sobretudo fonéticos e gramaticais, da mudança linguística. Esses fatores dizem respeito sobretudo a regularidades, através das variantes de uma língua, no que concerne a propagação de características adventícias ou a efeitos em cadeia de certas modificações. E há os fatores sociais, estes sim tipificados como “motivações” da mudança, correspondendo ao único dos fatores elencados que se aproxima de uma causalidade, já que a caracterização dos fatores internos é fundamentalmente inercial. Assim, à parte os fatores internos, é sobretudo na busca de correlações entre fenômenos sociais e modificações linguísticas que consiste o investimento explicativo da sociolinguística sobre o fenômeno da mudança.

O argumento para a mudança, em contraposição ao caráter estático da língua-sistema, é a permeabilidade da língua aos fenômenos sociais: sendo a sociedade tão diversa socialmente e envolvendo tensões de todo o tipo, como a língua não refletiria isso? estando a sociedade mudando permanentemente, como poderia a língua não mudar? Para a sociolinguística laboviana, é sempre e inequivocamente a sociedade a fonte última das mudanças, ou o que condiciona a sua evolução, os seus percursos através da língua.

Chama a atenção, a ausência absoluta de uma semântica neste modelo teórico. Não há, na bibliografia que fundamenta essa posição, um único tópico em cujo título compareçam os termos *semantics* ou *meaning*. A razão é que, sendo os sentidos linguísticos entendidos

como uma emulação dos sentidos sociais, não haverá uma produção de sentidos lingüísticos distinta da produção social dos sentidos, o que exime a sociolingüística laboviana de se envolver nas intricacias de uma semântica entendida como parte da estrutura da língua.

No apresentação da obra de Labov escrita por José Lemos Monteiro (2000), há uma referência à pragmática como sendo uma das “disciplinas afins” à sociolingüística (mesmo assim, é a última de um elenco de cinco). Monteiro remete a Levinson as definições de pragmática que a aproximam da sociolingüística:

“a pragmática é a interpretação da linguagem numa perspectiva funcional, ou seja, a explicação das múltiplas facetas do sistema lingüístico relacionadas a causas e eventos extralingüísticos ou o estudo das associações entre linguagem e contexto, desde que gramaticalizadas ou codificadas na estrutura lingüística.” (pg.31).

Outra referência mencionada por Monteiro é a *sociolingüística interacional* de Garmadi, voltada para o estudo das relações de papéis entre indivíduos, definidos como “maneiras de agir consignadas aos indivíduos numa sociedade”.

Note que se trata de uma pragmática sem semântica, isto é, não supõe alguma espécie de “núcleo duro” semântico do qual a pragmática seria a instância modalizadora. Não há, no modelo, uma semântica mediando a relação entre os sentidos sociais e as formas da linguagem. Em termos de níveis de análise lingüística, isso configura um percurso que vai direto da pragmática à gramática, sem passar pela semântica, ou, pelo menos, não por uma semântica inerentemente lingüística. É esse aspecto, mais até do que a explicação da mudança, que acusa mais fortemente a vocação ao reducionismo social dessa perspectiva.

Um último aspecto interessante de notar nesta perspectiva é a recuperação de um certo papel ativo do falante em relação à língua, em contraste com o seu assujeitamento pela língua, presente em Saussure e exacerbado pelo estruturalismo. Para Dante Lucchesi (pg.171):

“Essa capacidade de o falante lidar com a heterogeneidade lingüística levanta uma outra questão que diferencia a abordagem sociolingüística da abordagem estruturalista. Para Saussure, e para todo o estruturalismo, o falante tem um

papel passivo diante da língua, a organização estrutural do sistema lingüístico é concebida independentemente da ação do falante, da prática lingüística ou das disposições estruturadas nas quais essa prática se efetiva. No modelo da sociolingüística, o falante (...) seleciona, de forma mais ou menos consciente, uma dentre as variantes concorrentes na estrutura lingüística. E a opção do falante pode variar conforme a situação a que esteja exposto, pois a sua escolha é determinada, por exemplo, pela intenção do falante de facilitar a sua aceitação em um determinado ambiente ou segmento social, ou pode resultar também da aceitação ou negação de um padrão lingüístico imposto institucionalmente, ou característico de um outro grupo social.”

A atribuição de um certo grau de responsabilidade do falante pela língua que fala é uma condição para o desenvolvimento de perspectivas nas quais o falante aparece como usando a língua, recorrendo deliberadamente a formas específicas para fins políticos, culturais, religiosos etc. Porém, ela implica forçosamente em conferir um certo caráter instrumental à linguagem, o que transparece em algumas análises e colocações que aparecem nos textos filiados à abordagem.

Embora reconheça a possibilidade de, em certas circunstâncias, haver lugar para a “opção do falante” mencionada por Lucchesi, Labov(2001, pg.xv) toma o cuidado de tomar distância do teleologismo de Jakobson:

“For many linguists who follow Jakobson’s teleological approach to language (1972), an understanding of linguistic structure and behavior requires a prior understanding of the intentions of the speaker. But this is a treacherous path to follow: we have no sure way of knowing what those intentions are.”

E, um pouco adiante:

“It is not uncommon to speak of linguistic changes as the result of speakers’ desires to assume certain social identity. But for most linguistic changes from below, operating well below the level of social awareness, the only evidence for such acts of identity is simply the fact that successive generations change their ways of speaking.”

Os funcionalismos de Jakobson e Martinet são referências importantes na fundamentação da sociolingüística. No entanto, Labov assume uma posição mais matizada quanto ao controle e à consciência presumível do falante em relação à sua própria produção lingüística.

3.3 Crítica a Labov

A sociolinguística é uma área de desenvolvimento relativamente recente na Linguística. Considerando as poucas décadas de sua existência enquanto linha sistemática de investigação, ela apresenta uma produção notável, em quantidade e qualidade, iluminando aspectos essenciais da natureza e do funcionamento da linguagem. Entretanto, enquanto abordagem, é difícil afirmar que a perspectiva laboviana possa entregar tudo o que pretende.

A sociolinguística laboviana corresponde, em larga medida, ao projeto saussureano da linguística da fala. Porém, embora pretenda se constituir em contraposição a uma linguística fundada na noção da língua como estrutura, ela, de fato, se estabelece complementarmente a ela. Tanto quanto se propõe a servir de arcabouço geral para a Linguística, no âmbito da “disputa hegemônica” referida por Lucchesi, ela tem lacunas importantes que não a vocacionam efetivamente a assumir esse papel. Por fim, e sobretudo, no que concerne à questão colocada por Benveniste, que fez com que chegássemos a ela, a sociolinguística laboviana oferece respostas limitadas sobre a produção do sentido e sobre as causas da mudança. Embora a pauta que motive a abordagem seja quase exatamente a colocada por Benveniste em *La forme et le sens*, a sociolinguística laboviana não provê uma *semântica* da linguagem, no sentido demandado por ele. Vejamos o porquê.

O pilar a partir do qual a sociolinguística laboviana desenvolve suas formulações é a noção da língua como heterogeneidade estruturada, assim definida em contraposição à homogeneidade da língua como sistema. Do nosso ponto de vista, esta contraposição procede só até um certo ponto e não procede no fundamental.

Saussure não pretende que a língua seja homogênea, no sentido de ser exatamente a mesma para todos os falantes dela ou de não comportar variantes e registros específicos. Isso, é dito expressamente no CLG, em mais de uma passagem. A homogeneidade é uma realidade necessária de uma língua a um nível muito básico, o que identifica sua própria existência.

Se existe qualquer coisa como “o português brasileiro”, como uma língua só, é porque seus falantes partilham de uma língua comum, mutuamente inteligível do Oiapoque ao Chuí. Em que momento uma língua deixa de ser uma e passa a ser duas ou mais? Quando as variantes ficam tão diferentes que deixam de ser mutuamente inteligíveis. Não fosse assim, não haveria distinção entre línguas e variantes. O limite qualitativo é a mútua inteligibilidade.

Assim, podemos dizer que uma língua tem que ser minimamente homogênea, suficientemente homogênea para ser uma língua. Caso contrário, ela deixa de sê-lo e passa a ser duas línguas ou mais. Essa é uma consideração que faz todo sentido do ponto de vista macro da lingüística histórica, que é a referência primeira da reflexão saussureana. O CLG está cheio de exemplos desse tipo. Por mais heterogêneos que sejam os falares alemães, posso confiar que o alemão seja uma língua homogênea o suficiente para que estudar alemão não seja uma perda de tempo, caso eu vá para a Alemanha. Se procede a minha suposição de que todos os alemães falem alemão, não estou desconsiderando as variações, mas acreditando na unidade fundamental que a define como uma língua. Em resumo, as heterogeneidades acontecem sobre e a partir de uma homogeneidade básica. A não ser no caso de línguas em curso de separação, como é o caso do PB e PE, nos quais os elementos comuns começam a diminuir a ponto das línguas se tornarem mutuamente ininteligíveis para os respectivos falantes.

Não há, na caracterização da língua como heterogeneidade estruturada, nada que contrarie a formulação saussureana, que pode acolher como um aporte valioso a conceitualidade, as análises e os fenômenos cobertos pela sociolingüística.

É verdade que a centralidade da exploração da língua como sistema colocou em segundo plano ou fez com que outros objetos não aparecessem. Mas o foco num objeto mais do que noutra é resultado mais de uma contingência histórica, do que de um viés teórico. Nem sempre a sociolingüística laboviana efetivamente disputa a explicação com a lingüística estrutural. Um exemplo da possibilidade da complementaridade é o artigo das professoras da UFRJ, M. Conceição de Paiva e M. Eugênia Duarte, que foi publicado no final do volume WLH. O artigo retoma um projeto proposto por Tarallo & Kato (1989) que consiste numa

investigação das variações internas ao PB recorrendo a conceitos da gramática gerativa de Chomsky e da sociolingüística de Labov. Esta perspectiva foi endossada por J.Ramos (1999) num artigo chamado *Sociolingüística paramétrica ou variação paramétrica* e é assumida pelas próprias autoras como um horizonte desejável. Ainda que se possa discutir a pertinência dessa conjunção, a sua mera consideração, feita por pesquisadores não reputados pela leviandade teórica, demonstra que não há uma contradição inerente entre as duas perspectivas. Não que não haja diferenças ou mesmo incompatibilidades entre elas. Mas as diferenças mais flagrantes parecem consistir mais na ênfase em certos fenômenos, do que em diferenças teóricas.

Chama a atenção o misterioso vácuo sobre sistema e estrutura. O adjetivo *estruturada* aparece na própria definição de língua da sociolingüística laboviana. Os substantivos *estrutura* e *sistema* permeiam toda a caracterização dos fenômenos abordados. No entanto, eles não recebem um estatuto definido no âmbito da formulação teórica. É feito um uso descomprometido desses termos, que manifestamente sublinha o caráter secundário que esse aspecto tem no modelo, mas que acaba deixando uma séria lacuna: que estrutura é essa? como ela se constitui? quais as suas propriedades? do que exatamente se está falando? A partir de um momento, o recurso a conceitos *ad hoc* como esses abre espaço para propostas como a mencionada no parágrafo anterior.

São elementos que fazem com que a sociolingüística se pareça efetivamente com aquilo que a maioria de nós supõe que ela seja - uma subárea da Lingüística, voltada para a investigação de um fenômeno específico, a variação lingüística, e não uma hipótese teórica vocacionada a reorganizar a Lingüística em torno de uma nova epistemologia.

Essa impressão é confirmada pelo artigo de William Hanks (1996), *Language form and communicative practices*, bastante representativo das motivações e dos percursos da sociolingüística, enquanto abordagem. Hanks apresenta o propósito do seu artigo expondo, em primeiro lugar, a concepção que divide as fontes do sentido entre semântica e pragmática, basicamente nos mesmos termos expostos por Ruth Kempson, conforme citada no primeiro capítulo desta tese. Hanks concentra sua exposição nos termos *context*,

contextualized e *context-dependent* para caracterizar a pragmática como oposta à semântica, aonde os sentidos seriam não contextuais, mas literais. Assim ele sintetiza esta concepção:

“An utterance can convey much more pragmatically derived information than is literally encoded in its semantic structure, because utterances are made up of semantics *plus* context. In this view, there is a basic difference between those meanings encoded in the language, and those derived from context outside it.” (pg.232)

Logo em seguida, ele apresenta o que considera uma alternativa preferível à distribuição clássica de papéis entre semântica e pragmática:

“A different tack is represented by those approaches which push context dependency deeper into the language, as it were, and argue that even literal meaning is a product of contextualization” (pg.232)

Em seguida, Hanks elenca vários textos, de diferentes escolas, com abordagens que dariam suporte a essa perspectiva e diz:

“These approaches try to account for aspects of meaning production that go beyond traditional semantics, and they recast the relation between linguistic form and meaning. They start from the premise that properly linguistic meanings are inherently underspecified with respect to the propositions that people build up from them. The implication of this research is that meaning - even literal sense - derives from the fusion of language form with context. If this is true, then there is reason to rethink the standard ideas that semantic structure is part of grammar, and grammar is a conventional system organized by its own inner logic.” (pg.232)

Nos termos da nossa discussão, a partir do artigo de Benveniste, Hanks deseja acabar com a cisão do objeto estabelecendo a continuidade a partir dos contextos de uso da linguagem. O artigo de Hanks é bastante “benvenistiano” na abordagem que tematiza muito especificamente a relação entre forma e sentido na linguagem e apóia seu ponto de vista na análise de um caso empírico específico. O artigo consiste numa densa análise da gramaticalização dos dêiticos em Maya, uma língua mexicana. Essa análise demonstra, persuasivamente, o quanto o sentido destes dêiticos é estabelecido pelas práticas comunicativas da comunidade que os emprega, e permite que ele conclua que:

“To the extent that literality is a contextual production, it is wrapped up not only in the structure of given languages, but in the habitual ways that speakers interact.” (pg.265)

Porém, os resultados desse caso não são necessariamente extensivos a outros, menos ainda a toda a linguagem. Eles representam uma possibilidade, como Hanks mesmo diz na conclusão do artigo:

“**certain aspects** of linguistic form can be best understood as grammaticalizations of routine communicative practices. (...) It does not mean that context causes the language to have the grammar it does, nor that there need be an unqualified homology between grammatical structure and conversational practices. It does mean however that habitual practices **can** become embedded in the conventional semantic system of a language.” (pg.265, negritos meus)

Essa conclusão soa como um recuo em relação às arrojadas proposições feitas no início do artigo, que sugeriam que a abordagem proposta poderia ser generalizada para toda a relação forma-sentido na linguagem. De qualquer forma e mais uma vez, nenhuma dessas conclusões colide com a formulação saussureana. O interesse desse artigo é que ele contém os propósitos e as limitações explicativas sobre sentido e mudança que eu mencionei mais acima e também algumas das incompletudes da sociolinguística enquanto formulação provedora de uma epistemologia para fundamentar toda a Linguística.

Conforme Hanks demonstra convincentemente no artigo, práticas habituais **podem** integrar o sistema da língua. Mas uma possibilidade não é uma necessidade. Não creio que mesmo um estruturalista ortodoxo negasse a presença e a participação de injunções sociais nos fenômenos lingüísticos, o que inclui a mudança. Mas isto é a motivação de certas mudanças tópicas, locais, não a explicação para a mudança da língua. Em primeiro lugar, porque seria preciso considerar outros fatores possíveis, supondo-se que a mudança global de cada língua seja produzida pela soma de diversas mudanças locais. Mas sobretudo porque motivações não são causas. Elas podem ou não suscitar mudanças.

A questão fundamental a responder concerne à necessidade da mudança: a mudança lingüística é uma necessidade ou uma possibilidade? Podemos presumir que se não

acontecerem eventos sociais relevantes, numa sociedade estabilizada e sem maiores tensões, a língua não mudaria?

É sempre possível, e interessante, apontar a relação entre certas mudanças lingüísticas e as tensões sociais subjacentes a elas. Mas isso é só um fenômeno entre muitos, acho difícil pretender que isso possa responder pela totalidade do fenômeno da mudança lingüística. Até porque a mudança lingüística envolve diversas mudanças locais não atribuíveis diretamente - talvez nem indiretamente - a essas injunções . Por exemplo, por que falamos “do Pedro, da Maria”, no sul do Brasil, enquanto no norte se fala “de Pedro, de Maria”? Considerando a totalidade das modificações lexicais e estruturais que acontecem numa língua, o número das que podem ser caracterizadas dessa forma é relativamente pequeno.

O mesmo se aplica à identificação desses fatores como participando, estabelecendo direções e deixando sua marca na semântica da língua. Eles incidem sobre diversos termos, aspectos e fenômenos da língua, mas não podem ser generalizados para ela toda.

Ainda sobre a semântica, mas também sobre a indefinição dos termos *estrutura* e *sistema*, que eu mencionei mais acima, essa passagem de Hanks provê uma ilustração reveladora. Ele diz que as práticas habituais podem vir a ser embutidas no “conventional semantic system of a language”. Porém, a entidade identificada por este sintagma não foi explicada nem no artigo dele, nem consta nenhuma referência do que ela possa ser. Não se trata de uma entidade trivial ou colateral. Afinal, qual a natureza do sistema a que ele se refere? A semântica da língua está compreendida nele? Como ocorre desta semântica embutir sentidos? Há um ponto cego explicativo nesse terreno, que corresponde à própria noção de língua e à relação dos sentidos com ela.

Fica aparente a ambivalência da sociolingüística entre ser uma abordagem que poderia responder por toda a conceitualidade que emprega e ser uma área de investigação que recorre a conceitos advindos de outras áreas e abordagens. Essa ambivalência se manifesta particularmente no que concerne ao reconhecimento de que a estrutura da língua existe

como uma entidade, se não autônoma, que tem uma realidade e uma funcionalidade próprias, que não emanam diretamente dos fenômenos sociais.

De fato, essa ambivalência pode ser reconhecida no próprio Labov, que, nos seus *Principles of Linguistic Change (vol.2: social factors)*, num primeiro momento, anuncia:

“I will follow Meillet’s position that the sporadic character of language change can only be explained by correlations with the social structure of the speech community in which it takes place”. (pg.xv)

Mais adiante, no entanto, no item 1.5, chamado “The narrow interface between language and society”, ele diz:

“At one point in the development of sociolinguistics, it was not uncommon for scholars to suggest that the social and linguistic aspects of language were coextensive in the sense that each linguistic element had a social aspect or evaluation. Yet the actual situation seems to be quite the reverse. For the most part, linguistic structure and social structure are isolated domains, which do not bear upon each other.” (pg.28)

Tanto na passagem acima de Hanks, quanto nesta de Labov, os autores fazem questão de sublinhar a não homologia entre estruturas lingüísticas e estruturas sociais. Por que a abordagem não assume as conseqüências desta consideração, postulando claramente a língua como uma entidade não redutível às circunstâncias sociais nas quais ela é empregada e com um grau razoável de autonomia estrutural?

Tão mais porque, à falta de uma conceituação apropriada de língua, o que irrompe ao longo das análises de casos e fenômenos específicos é uma concepção instrumental de linguagem – uma língua disponível para ser usada pelos falantes, do modo como eles quisessem, para cumprir tal ou qual função. Nem os funcionalismos lingüísticos, como os de Jakobson e Martinet, caucionariam tal ponto de vista. Que, de resto, não corresponde à posição do próprio Labov, que, conforme citamos mais acima, considera equivocado procurar a explicação da mudança nas “intentions of the speaker” porque “most linguistic changes (...) operate well bellow the level of social awareness” (pg.xv).

Labov não vai de um extremo a outro, contrapondo a um sujeito assujeitado pela língua um sujeito totalmente senhor dela. Mesmo o reducionismo social parece rejeitado, pelo menos em sua versão mais elementar, como transparece nesta passagem onde ele critica Sturtevant dizendo:

“His explanation of the path of linguistic change is essentially that it is a reflection of social change, responding most directly to the appeal of Meillet (1921). Yet it barely touches the question of the underlying causes of the continued renewal of change”. (pg.29)

São enunciados que apontam uma sutileza maior do que o brutal reducionismo sociológico de Calvet, por exemplo. Ao contrário, eles convocam a que se postule um nível próprio para os fenômenos lingüísticos.

A sociolingüística laboviana talvez seja o melhor exemplo possível da realização de uma lingüística da fala. Ela definiu um objeto, uma fundamentação, um método, um escopo geral para os resultados. Porém, dificilmente se poderia afirmar que ela sozinha poderia prover o arcabouço necessário para fundar a Lingüística como disciplina, alternativamente a uma lingüística da língua, saussureana ou não. Ao contrário, ela tem por efeito demonstrar a necessidade de uma lingüística da língua, a incompletude de uma lingüística que, em algum momento de sua formulação, não se proponha a dar conta da língua entendida como estrutura, da língua “considerada em si mesma e por si mesma”, conforme as palavras finais do CLG. Seus próprios desenvolvimentos acusam esta falta.

Quanto às expectativas de Benveniste, de que uma lingüística que incidisse sobre a linguagem em uso, levando em conta seus usuários e seus contextos, e que se interessasse mais pelos aspectos dinâmicos dela do que pela coesão estática da língua entendida como sistema poderia explicar os fenômenos de sentido, as direções investigativas da sociolingüística laboviana não suscitam grandes expectativas.

A remissão ao social na explicação das interações, dos termos empregados nelas, das mudanças que se originam desses empregos, é, seguramente, parte da explicação do sentido da linguagem, mas não ela toda e, certamente, não o principal dela. A propensão da

sociolingüística laboviana ao reducionismo social frustra a expectativa de uma semântica lingüística que pudesse se originar da investigação desses fenômenos, nos termos configurados por Benveniste, e deixa aberta a lacuna identificada por ele.

É interessante, aqui, retormarmos o moto benvenistiano a respeito do *semântico*, que citamos no primeiro capítulo desta tese:

“La notion de sémantique nous introduit au domaine de la langue em emploi et en action; (...) organisant toute la vie des hommes. (...) Seul le fonctionnement sémantique de la langue permet l’intégration de la société et l’adéquation au monde, par conséquent la régulation de la pensée et le developpement de la conscience.”

A lingüística da fala, pelo menos na versão laboviana, não caracteriza o “funcionamento semântico da língua”, menos ainda os eventos que Benveniste acredita que ela “permite”, embora, quase certamente, seja um componente necessário de uma formulação que pretenda dar conta deles.

E, de qualquer forma, a língua “em emprego e ação” não é a fala, ou, mais exatamente, é a fala, mas que nem por isso deixa de ser língua, nem deixa de ter sua produção motivada por injunções estruturais, inclusive no que diz respeito ao sentido. Conforme expusemos mais acima, não faz sentido entender a contraposição língua/fala como correspondendo à oposição entre duas modalidades de produção, uma pautada pela língua e outra pautada pela fala. Enquanto produção lingüística, as duas são uma só e a mesma coisa - não há uma produção estruturada pautada pela língua em contraste com uma produção não estruturada pautada pela fala. Além disso, a persistente remissão elíptica à estrutura, na sociolingüística laboviana, sugere fortemente que ela participa efetivamente dessa produção, ainda que não se queira conferir centralidade a ela.

Por que falamos *Filho do Pedro e da Luciana*, no sul do Brasil, enquanto se fala *Filho de Pedro e de Luciana*, no norte? Por que falamos *estou cantando*, no Brasil, enquanto se fala *estou a cantar*, em Portugal? Por que se fala *nonante*, na Bélgica, e *quatre-vingt-dix*, na França? Que espécie de circunstância, lingüística e não-lingüística, deu origem à expressão *maneiro*? E por que ela não saiu dos limites do Rio de Janeiro e permaneceu como uma

expressão tão marcadamente carioca, enquanto outras se generalizaram pelos falares brasileiros?

A sociolinguística laboviana demonstra que há sentidos sociais que se manifestam lingüisticamente e que algumas mudanças lingüísticas podem ser motivadas por injunções sociais. Mas não demonstra que essas injunções possam se constituir como o cerne de uma explicação geral para a mudança lingüística, nem mesmo que todas as mudanças ocorram por esta motivação. Daí elas serem corretamente apresentadas, pela própria teoria, como *fatores* ou *motivações* e não como causas.

A fala gera a língua? Há ocorrências de fala que visivelmente podem dar origem a fatos da língua. Porém, por maior que seja a coleção de fatos desse tipo que se possa fazer, ela não será suficiente para caracterizar esse percurso como generalizável para toda e qualquer mudança, nem para obstar a hipótese de que língua esteja na origem do processo geral de mudança.

Para isso, é preciso conferir um estatuto claro para a língua como estrutura e caracterizar conceitualmente sua relação com a fala. Sobretudo para responder: que espécie de necessidade advém dela, quanto ao movimento e quanto ao sentido da linguagem? é possível identificar necessidades na estrutura que não se confundem com necessidades advindas de fora dela? Em resumo, a rejeição da existência de injunções internas requer uma formulação mais exata a respeito da estrutura da língua. Requer uma lingüística da língua.

O equívoco de Benveniste e o da própria idéia de cisão está precisamente em supor que o sentido ou bem está na estrutura ou bem está fora dela, quando tudo indica que é da conjunção de aspectos estruturais e aspectos externos que ele é produzido. Conjunção ou, mais provavelmente, tensão.

Ao remeter ao social as tensões que identifica ao longo da produção lingüística, a sociolinguística laboviana deixa de ver a tensão necessária entre a língua e os sentidos a

serem expressos pelo recurso a ela. A língua resiste aos sentidos que se espera que ela veicule por sua própria natureza e não em função de um uso enviesado, associado a algum tipo de disputa social. Paradoxalmente, ao acusar a lingüística estrutural de eliminar a tensão social subjacente ao uso da linguagem, a sociolingüística eliminou da explicação a tensão inerente à própria relação do falante com a sua língua. Na verdade, tomou uma coisa como se fosse outra, entendendo que a segunda (tensão) era “na verdade” a primeira, já que as tensões seriam sempre e por definição sociais, se manifestando, em seguida, na língua e não que elas adviriam do necessário estranhamento do falante em relação a ela.

O que coloca um estranho horizonte, no qual, numa sociedade em que cessassem as tensões sociais, os sentidos estariam definitivamente estabilizados, a relação do falante com a língua seria definitivamente confortável e também não ocorreriam mudanças na língua. O que é apenas o corolário de uma concepção instrumental da linguagem, mesmo que não seja essa a perspectiva inicial da sociolingüística laboviana.

A língua participa necessariamente da produção e dos fenômenos de sentido não porque os significados estejam estabilizados nela, mas porque, sendo ela necessária e ao mesmo tempo inerentemente limitada para exprimir os sentidos específicos de cada situação, ela é uma das polaridades da relação - sempre possivelmente tensa ou controversa - que gera o sentido.

Estava correta a intuição de Benveniste quando vislumbrou duas posições, duas localizações, opostas referentes à produção do sentido pela linguagem. Mas se equivocou quando entendeu que elas correspondiam a instâncias a serem separadas, quando o antagonismo das direções a que uma e outra apontam é parte de um só e o mesmo mecanismo de geração dos sentidos pela linguagem.

Benveniste tinha razão em presumir que o sentido não poderia residir no semiótico. O que ele não viu é que tampouco poderia residir num semântico sem semiótica, que redundaria na concepção de que o sentido está fora da linguagem. Que, de resto, era a posição dos

bloomfieldianos quando diziam que “meaning is psychology”. No que eles não deixavam de ter razão, feita a ressalva de que se trata de uma psicologia específica à linguagem.

Nem numa lingüística da língua, nem numa lingüística da fala, nem no semiótico, nem no semântico, mas numa lingüística que aproveite densamente os aspectos fundamentais de ambas e as contradições que as separam é que estão as bases para o estabelecimento de uma explicação para o sentido lingüístico nos termos de uma *grammaire du sens*, como sugere Bouquet. Não que as formulações saussureanas, mesmo incluindo os “novos” escritos e a releitura dos antigos, possa prover desde logo esse arcabouço. Mas são o ponto de partida para o seu desenvolvimento.

O reducionismo social da sociolingüística laboviana não é uma idiosincrasia ou um vício particular dela. Qualquer abordagem que rejeite a noção da língua como estrutura incorrerá inescapavelmente em alguma espécie de reducionismo (a não ser que escape para algum tipo de idealismo filosófico). Mesmo as pragmáticas mais descomprometidas com a inscrição ontológica dos fenômenos que descrevem não podem deixar de se remeter, ainda que involuntariamente, a algum tipo de substrato de ancoragem destes fenômenos, caso, por exemplo, da teoria dos atos de fala.

A esse respeito, a singularidade da análise do discurso está precisamente em postular que a produção dos discursos supõe a língua, em sua versão estruturada, como substrato - é esse o sentido do aforismo pecheuniano, “a análise do discurso presume a Lingüística”. Ao recusar postular uma instância própria, lingüística, de alocação dos sentidos, a sociolingüística laboviana fez equivaler sentido lingüístico a sentido social. É interessante lembrar, por comparação, que o conceito de formação discursiva foi criado precisamente por oposição e por contraste com o de formação social, precisamente para que eles não se confundissem e porque não é difícil que se confundam. Distinguindo claramente fato lingüístico de fato social, mas não em detrimento das possíveis imbricações entre ambos, a análise do discurso se preservou do reducionismo.

As limitações da lingüística da fala, no que diz respeito à explicação dos fenômenos de sentido e do movimento, se devem ao fato de que ela não chega a transcender o reino da contingência rumo ao reino da necessidade. Embora ela agregue elementos importantes para a elaboração de uma formulação explicativa desses fenômenos, a língua, entendida como estrutura, aparece como um componente incontornável dessa formulação.

4. Semântica saussureana

4.1 O sentido na linguagem

Tendo examinado a noção de língua enquanto estrutura e os efeitos de sua supressão numa lingüística da fala, e concluído pela sua necessidade para a caracterização da linguagem, inclusive enquanto uso, o passo seguinte é examinar a noção de sentido que Saussure alocou para ela, qual o seu alcance na cobertura dos fenômenos de sentido e em que medida são procedentes as restrições de Benveniste quanto à sua aplicação à língua em uso. Esta noção é a noção de significado lingüístico.

Entre as muitas inovações conceituais aportadas pela formulação saussureana, talvez a mais importante delas tenha sido conferir um estatuto empírico ao sentido, na forma do **significado** lingüístico. O significado aparece singelamente, como parte da definição e da caracterização do signo. Mas ele é uma criação conceitual maior, seguramente uma das mais importantes do século XX. É interessante examiná-lo isoladamente do resto do construto saussureano, para apreender todas as suas implicações.

O significado é empírico, concreto e material. O fato de ser definido como uma entidade de valor não exclui, não desmente, nem está em contradição com nenhum desses atributos. O significado, tal como entendido por Saussure, não é uma abstração, nem uma entidade idealizada. Ele é parte da realidade da linguagem, da realidade do mundo e das coisas do mundo.

O significado está alocado na língua, é engendrado por ela e definido no interior dela. Esse atributo distingue inconfundivelmente o significado com a noção de conceito, tal como é entendida fora do contexto lingüístico. Embora, em algumas passagens do CLG, os termos *significado* e *conceito* sejam empregados alternativamente, a definição e a caracterização são suficientemente claras, mesmo numa leitura superficial, para que a noção de significado lingüístico não se confunda com uma noção de conceito precedente e independente da

língua e que apenas se manifestaria nela. O significado é uma entidade da língua, ancorado em uma língua específica, e não um fato da linguagem transversal às línguas.

O significado está presente, cognitivamente, no cérebro dos falantes; ele participa das interações humanas, estando presente na fala como instância da língua (o que a fala não deixa de ser, embora não se limite a isso), e se remete a realidades da vida dos falantes que o empregam. Nessa condição, o significado participa de três esferas fundamentais da vida humana: pensamento, comunicação e referência.

O significado é, a meu ver, o elemento central e decisivo da formulação saussureana. Tirando-se o significado, a formulação saussureana perde bastante de seu interesse e de seu potencial explicativo. Ao mesmo tempo, é notável como essa concepção foi relativamente pouco aproveitada ou mesmo assimilada, exceto pelos estruturalistas franceses (mas não pelos norte-americanos), da forma como se conhece. Na verdade, são os atributos do significado que motivam a resistência que a concepção saussureana suscita - inclusive entre os próprios saussureanos!

Os sentidos da linguagem - das palavras, dos discursos - estão presentes como tema, desde a Grécia, na filosofia ocidental, seja tematizado diretamente, via Lógica, Retórica, Dialética ou Poesia, seja como um aspecto de outras elaborações, onde ele aparece imbricado a discussões sobre a verdade, sobre o conhecimento, sobre a natureza do pensamento e sobre o alcance do nosso acesso à realidade, sobre os limites e os vieses da percepção humana. Ao longo da extensa história dessas formulações, ele jamais foi entendido como uma entidade empírica ou material. Mesmo aqueles que tematizaram os sentidos lingüísticos, mas de um ponto de vista filosófico, como Bakhtin ou Wittgenstein, não conferiram um estatuto empírico a eles.

O ingresso de unidades específicas de sentido no mundo das ciências se deu através do símbolo, sobretudo a partir do final do século XIX, quando ele se tornou mais e mais uma entidade necessária para a explicação científica, em domínios como a Psicologia e a Antropologia. Essa incorporação foi inteiramente *ad hoc* e não correspondeu à atribuição de

um estatuto específico para os significados manipulados pelos símbolos e, freqüentemente, nem para os próprios símbolos. Conceitualmente, o símbolo correspondia a noções sedimentadas no senso comum filosófico, seja a de associação entre nomes e coisas, seja a de corresponder a certa idéia. A facilidade maior de incorporar o símbolo, sem elaborar um estatuto para os seus sentidos possíveis, estava na sua necessária ancoragem num substrato físico. Porém, a cautela da materialidade física postergou que se encarasse a materialidade relevante do símbolo, que está nos sentidos que ele pode vir a suscitar ou produzir.

Assim, é espantoso ver uma psicologia como a de Jung, que era médico e abraçava uma concepção científica de conhecimento, recorrer a uma noção símbolo que remete aos símbolos religiosos ou mágicos - imanentes, únicos (não pertencentes a um sistema ou sequer a um conjunto), irreduzíveis (sem qualquer estatuto ontológico), com sentidos universais e atemporais (independentes dos contextos em que aparecem) e com uma relação unilateral com seus receptores (a quem não cabe qualquer interpretação, apenas a apreensão do sentido daquele símbolo).

É interessante notar a falta que uma noção adequada de símbolo fez a Freud. Freud rejeita, primeiro no caso da histeria, em seguida em todas as patologias com que lida, uma etiologia referida a realidades orgânicas dos pacientes. Porém, na falta de uma teoria objetiva da linguagem e do significado lingüístico, extensiva a outros sistemas semióticos, ele só pôde contrapor a elas realidades “psicológicas” que se manifestam por elementos “simbólicos”, muito imprecisamente definidos, que justificavam a impressão de que ele estaria reincidindo no subjetivismo idealista e/ou romântico do século XIX. Só em seguida a esta formulação, sobre a materialidade do lingüístico e do simbólico, a psicologia do século XX vai ter a segurança de saber com o quê está operando.

O mesmo percurso aconteceu com a Antropologia, que, até Lévi-Strauss, vai presumir o simbólico como extensão do orgânico, numa concepção instrumental e reducionista. O que não invalida os resultados dessa produção, mas deixa pontos cegos na explicação dos fenômenos, que demandava uma teoria empírica do sentido para ser completada (como a teoria da evolução de Darwin estava incompleta sem a genética).

Não admira que, a partir dos anos 1950, a “descoberta” do caráter empírico e da autonomia do simbólico, das estruturas que o ancoram e dos sentidos que ele veicula, tenham sido motivo de euforia, no campo do conhecimento institucionalizado, e dado origem a escolas especificamente voltadas para explorar suas conseqüências, como o estruturalismo francês e o cognitivismo norte-americano.

No campo filosófico, neste mesmo período, a filosofia analítica se desenvolveu, motivada, em primeiro lugar, pelo empenho de Frege em conferir absoluta clareza e objetividade aos conceitos com que operamos para engendrar o conhecimento. Frege queria “pegar os sentidos na unha”, o que incluía assepsizá-los de toda injunção acidental ... como a linguagem natural. É o propósito da sua *Begriffsschrift*, uma “notação conceitual” que buscava estabelecer as operações possíveis com conceitos - entendidos como sentidos puros, despojados de qualquer eventual substrato lingüístico em que pudessem aparecer. Quando eventualmente tematiza o sentido lingüístico, como em *Über Sinn und Bedeutung*, é para se livrar dele, para assegurar que ele não contaminará as formulações sobre objetos de conhecimento com sua inconsistência e imprecisão referencial. É na esteira desses desenvolvimentos que vão ser feitas as investigações na linha da lógica simbólica e, como parte delas, a criação das linguagens formais, inclusive, um pouco mais tarde, das linguagens de programação para computadores.

É interessante notar o intenso trabalho de desenvolvimento de uma teoria lógica do valor simultaneamente à formulação por Saussure da teoria do valor lingüístico e o fato de que, em ambos os casos, eram os sentidos o objeto tematizado. Porém, esses desenvolvimentos não tiveram qualquer relação um com o outro. Chama a atenção, por exemplo, que as “investigações filosóficas” que levaram Wittgenstein à indeterminação do significado em função de sua necessária inscrição lingüística e cujas formulações guardam grande semelhança com as de Saussure (cf. Harris, 1988), não se remeteram, nem decorreram em nenhum tipo de exploração da linguagem natural, não transcendendo o agnosticismo lingüístico da lógica simbólica.

Se tivessem algum viés empírico, as novas formulações da lógica poderiam ter representado um aporte significativo à Lingüística, particularmente na caracterização das operações com variáveis e na identificação dos valores a partir de sua posição no sistema. A conjunção só aconteceu quando Chomsky resolveu abordar a linguagem natural a partir de formulações provenientes dessa lógica, resultando numa insolúvel ambigüidade - aqui sim - sobre o caráter concreto ou abstrato, empírico ou formal, dos componentes que se atribui à linguagem, no âmbito das gramáticas gerativas.

De qualquer forma, o significado estava excluído das formulações iniciais da gramática gerativa, porque requeria interpretação, o que era incompatível com as operações de derivação que caracterizam o tratamento dos dados naquela abordagem. Embora elementos semânticos tenham sido incorporados limitadamente e de maneira *ad hoc* para dar conta de aspectos tópicos (por exemplo, os papéis temáticos no léxico), só mais tarde se agregou uma semântica como parte da própria gramática, nos desenvolvimentos aos quais aludimos no primeiro capítulo desta tese.

A noção do significado como entidade empírica foi assimilada tardiamente e, mesmo assim, só limitadamente, pela Lingüística. Na verdade, ela é uma noção falsamente simples e fortemente anti-intuitiva. Se ela se impõe, é porque as alternativas são insatisfatórias.

Presumir a inexistência do significado implica em supor uma relação de associação direta entre sons e objetos, entre nomes e coisas. É o associacionismo filosófico de Hume e Quine, cuja versão científica é a hipótese behaviourista, para a qual a semântica é um plano de mediação inexistente e desnecessário enquanto instância explicativa. Assim como os cães de Pavlov ou os ratos de laboratório, associaríamos sinais a objetos, sendo a única diferença que faríamos isso em escala muito maior. É a posição de Bloomfield, inclusive mencionada por Benveniste em *La forme et le sens*, que considerava *meaning* um tema para a Psicologia. A estranha adesão do estruturalismo norte-americano ao behaviourismo levou ao agnosticismo semântico da Lingüística norte-americana, até que o mentalismo proposto por Chomsky convocasse uma semântica mais diretamente comprometida com a explicação dos fenômenos lingüísticos.

A outra alternativa é assumir que os sentidos são *idéias* e que o significado lingüístico não passa de uma emanção delas. As idéias pré-existiriam à linguagem, que apenas as veicularia. A produção lingüística consistiria num arranjo de formas visando acomodar idéias produzidas em outra esfera (o pensamento?). O engendramento dos sentidos não engajaria a linguagem, a não ser para efeito da exteriorização. Nesse caso, operar com sentidos seria o mesmo que operar com idéias.

A noção do sentido como idéia impregna todas as abordagens lingüísticas caudatárias de formulações filosóficas, que têm como fonte desde Frege até Bakhtin, que vão da semântica lógica à pragmática da conversação de Grice.

O problema é que a noção de idéia é uma noção idealista. Quando se interpela por seu estatuto empírico, todos os problemas que aparentemente tinham sido contornados pelo recurso a noção de idéia, voltam a se colocar. Que espécie de realidade empírica é possível conferir ao pensamento? É uma pergunta que insta questões filosóficas a se converterem em questões psicológicas. Nessa condição, ela foi colocada por cognitivistas, por estruturalistas, por interacionistas; por Fodor, Lacan e Vigotsky. Mas, justamente, esperava-se que uma parte significativa, provavelmente decisiva, da resposta, viesse da Lingüística, de uma formulação que explicasse o sentido na linguagem e que, em seguida, pudesse ser aplicada ao pensamento. O que evidenciou a circularidade das expectativas e o lugar de desconhecimento para o qual a noção apontava.

(Podemos imaginar a perplexidade da audiência de filósofos de *La forme et le sens* quando, interessados em conhecer o aporte, presumivelmente inovador, da Lingüística sobre a natureza do pensamento, foram remetidos de volta a suas velhas e conhecidas formulações sobre as “idéias”.)

O recurso à noção filosófica de *idéia* não só não resolve o problema de identificar a natureza do sentido lingüístico, inscrevendo-o numa ontologia específica, como traz para a Lingüística toda a imprecisão que o termo tem na própria Filosofia. De fato, é o que

acontece em *La forme et le sens*, quando Benveniste caracteriza o plano semântico dizendo que ele não lida com significados, mas com “idéias”, conforme enunciado nessas três passagens:

- (1) “Le sens de la phrase est en effet *l'idée* qu'elle exprime” (pg.225, itálico no original)
- (2) “on dispose souvent d'une assez grande variété d'expressions pour énoncer (...) “la même idée” ” (pg.227)
- (3) “en passant dans les mots, l'idée doit subir la contrainte des lois de leur assemblage” (pg.227)

Benveniste assume uma atitude errática em relação ao termo. Na primeira ocorrência aqui citada, o termo é italicizado, presumivelmente para deixar claro que está introduzindo um conceito-chave de sua formulação. Na segunda, ele põe aspas em “la même idée”. O que significam? Que as paráfrases não são rigorosamente possíveis, porque a mudança de forma acarreta necessariamente uma mudança de sentido? Mas essa não é, justamente, a caracterização do sentido semioticamente definido? Que espécie de hesitação ou incerteza essas aspas denotam? Por que não se pode falar simplesmente na “mesma idéia”, sem aspas? Na terceira ocorrência, o termo adquiriu status de entidade que participa de um fenômeno, como em qualquer descrição científica.

A *idéia* semântica pretende se contrapor ao *significado* semiótico. Quanto a este último:

“En sémiologie, ce que le signe signifie n'a pas à être défini.” (pg.222)

O significado não tem que ser definido porque, conforme a caracterização do CLG, é uma entidade de valor definida negativamente por oposição aos demais. Sua insubstancialidade interdita toda tentativa de lhe atribuir propriedades positivas, que não aquelas decorrentes de sua posição relativa no sistema.

No entanto, na mesma página 227 das citações acima, em seguida a ter postulado a *idéia* como correspondendo ao sentido lingüístico no plano semântico, Benveniste observa o seguinte:

“C’est par la suite de leur coaptation que les mots contractent des **valeurs** que en eux-mêmes ils ne possédaient pas ailleurs. On voit s’allier des concepts logiquement opposés et qui même se renforcent en se conjoignant. (...) telle l’alliance entre “avoir” et “perdre” dans “j’ai perdu”, entre “aller” et “venir” dans “il va venir”, entre “devoir” et “recevoir” dans “il doit recevoir” ”.(negrito meu)

Chama a atenção, nesta passagem, em primeiro lugar, o emprego do termo *valores*, introduzido sem apresentação - como ele se relaciona com idéias e significados, na formulação que Benveniste está propondo? Mas sobretudo chama a atenção o fato da operação que Benveniste está descrevendo, com muita agudeza, não se enquadrar nem nas operações do semântico, nem nas do semiótico, tais como caracterizadas por ele. Se o sentido lingüístico consistisse de idéias, não seria admissível que idéias contraditórias, como ele bem aponta, constituíssem um enunciado coerente. E se os valores fossem estritamente negativos, “dessemantizados”, não haveria base para reconhecer nenhum componente de contradição nas expressões mencionadas e a própria observação dele não teria lugar; tratar-se-ia simplesmente da concatenação, num sintagma, de dois signos formalmente compatíveis.

Em resumo, as idéias não só não atendem à demanda por uma entidade correspondente ao sentido na linguagem, como o recurso a elas acabou exigindo, inadvertidamente, que se convocasse outros conceitos *ad hoc* para explicar o tipo de fenômeno que Benveniste tinha em mente. De fato, Benveniste acabou demonstrando, involuntariamente, a inviabilidade de se postular a separação entre forma e sentido na linguagem.

É incontornável a imbricação entre forma e sentido na linguagem. O erro de Benveniste em *La forme et le sens* foi tentar separá-los, atribuindo uma lingüística para cada um. É quase estranho que Benveniste tenha proposto isso, sendo um assumido seguidor de Saussure. A alocação conjunta e sistematizada de forma e sentido como elementos constitutivos da linguagem, numa caracterização empírica concisa e produtiva para efeitos de investigação, é o atributo mais relevante de toda a sua formulação. Levado às últimas conseqüências, o projeto esboçado em *La forme et le sens* implicaria em **descartar** inteiramente esta elaboração.

Além de não contribuir para a fundamentação da diferença entre semântico e semiótico e propiciar o estabelecimento de uma perspectiva investigativa correlativa, o recurso à noção de idéia subtrai consistência à explicação e constitui um retrocesso, do ponto de vista da formulação. Sentidos lingüísticos não são idéias.

É interessante notar a esse respeito que, para não incorrer nessa confusão, a análise do discurso postulou o discurso como uma entidade lingüística de sentido, que não se confunde com a idéia, um elemento da exposição filosófica que identifica um pensamento. Assim, por exemplo, discursos cristãos não se confundem com idéias cristãs, apesar de ambos eventualmente participarem dos mesmos eventos empíricos. A diferença está precisamente no fato de que o discurso implica a forma, as idéias não. A noção de discurso supõe a necessária concomitância de forma e sentido na produção lingüística, da qual a proposição da noção do sentido lingüístico como idéia quer se emancipar.

A perspectiva da cisão do objeto para viabilizar a exploração e a explicação de fenômenos lingüísticos de sentido não constitui um horizonte promissor. Uma semântica lingüística não pode deixar de supor a língua como estrutura e de considerá-la desde logo em sua formulação, mesmo que seu foco principal esteja em outro fenômeno. É a perspectiva da continuidade do objeto que pode estabelecer um fundamento necessário e produtivo para a investigação dos aspectos semânticos da linguagem.

A formulação saussureana é produto da constatação de uma cadeia de necessidades sobre a linguagem como objeto. Ela recusa consistentemente concepções imprecisas - a associação entre nomes e coisas, os sentidos como idéias - e estabelece as bases para uma semântica desenvolvida a partir da língua, mas não resumida a ela ou totalmente contida nela, como freqüentemente se supõe. A idéia do significado inscrito na língua entendida como estrutura causa enorme desconforto em quem, como Benveniste, quer contemplar fenômenos dos quais ela não participa diretamente. Porém, dar conta da relação do sentido com a língua é uma passagem obrigatória, mesmo que seja para explorar eventos de outras ordens. A semântica saussureana, embora incompleta como formulação, está já configurada como conceituação fundamental para a investigação dos fenômenos lingüísticos de sentido.

Bouquet tem razão ao identificar a latência de uma semântica completa nas formulações saussureanas. Se essa semântica ainda tem muito por ser desenvolvido, para o quê esta tese pretende ser uma contribuição, ela será a única semântica que, partindo da língua, cobrirá generalizadamente os fenômenos de sentido da linguagem, atendendo à demanda acusada por Benveniste, porém sem cindir a linguagem como objeto, conforme ele propôs.

4.2 Significação, designação, apontamento, atribuição

Um significado é uma entidade de valor definida negativamente em relação aos demais do mesmo sistema, isto é, da mesma língua.

“Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.” (CLG, pg.136)

Em outra passagem, o CLG reitera que o significado não tem nenhuma referência na realidade. São atributos que caracterizam tão definitivamente o significado como uma entidade interna e só interna à língua, que tornam compreensível que tantos lingüistas tenham considerado o sentido como exilado dessa formulação. O que ensejou Bloomfield e os estruturalistas norte-americanos a assumir que o sentido efetivamente não era da alçada da linguagem, mas da psicologia (o campo de eventos, não a disciplina). A exceção foram os estruturalistas franceses, que fizeram a leitura errada correta dele, isto é, num daqueles equívocos produtivos dos quais a história do pensamento é pródiga, por uma interpretação simplificada e imediatista das formulações saussureanas, as aplicaram com extrema pertinência a diversos objetos e fenômenos sociais. Mas este já não é o nosso assunto.

Essa rejeição seria justificada se a semântica saussureana se limitasse ao significado. Porém, na formulação saussureana, o sentido não está no significado ou não só nele, mas também e sobretudo na **significação**, um conceito ao qual, inexplicavelmente, se prestou relativamente pouca atenção até hoje.

É no capítulo sobre “O valor lingüístico”, que o CLG apresenta e explica o que é significação:

“Quando se fala do valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma idéia, e nisso está, com efeito, um dos aspectos do valor lingüístico. Mas se assim é, em que difere o valor do que se chama significação? Essas duas palavras serão sinônimas? Não o acreditamos, se bem que a confusão seja fácil, visto ser provocada menos pela analogia dos termos do que pela delicadeza da distinção que eles assinalam.” (pg.132)

Note que, nesta passagem, o CLG não só não desmente, como reitera, a noção de que “o valor de uma palavra” corresponde a sua “propriedade de representar uma idéia”. Como pode o valor ter essa propriedade, se ele é inteiramente negativo? Pela via da significação.

Um pouco adiante, em seguida à explicação do valor por analogia com o dinheiro, o CLG, para evitar qualquer confusão entre valor e significação, dá um exemplo que ilustra claramente o caráter positivo e referencial da significação:

“O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa.” (pg.134)

Esse exemplo, seria o correspondente a dizer que as expressões *estar com saudade* e *to miss (something or somebody)* podem ter a mesma significação, mas não tem o mesmo valor. A razão é que a cobertura semântica de *to miss some-X* é muito mais ampla do que a de *estar com saudade*. No Brasil, mais provavelmente usaríamos *sentir falta de* - uma caneta, uma roupa, tomar café depois do almoço - nas circunstâncias nas quais os anglofones usam *to miss some-X*.

O significado não tem relação com a realidade ou com a representação, a percepção ou as idéias sobre ela, mas não a significação, que corresponde ao vínculo do signo com a realidade ou com a sua maneira como ela é percebida pelo falante. O significado é uma

entidade e a significação é uma relação ancorada nele e, nessa condição, no signo. Essa relação requer alguma explicação.

Em primeiro lugar, vale lembrar - porque é freqüentemente esquecido ou confundido - que, se o significado (e também o significante) é uma entidade negativa, o signo é uma entidade positiva.

“Mas dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem. (...) Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à sua parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição lingüística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças.” (CLG, pg.139)

Em segundo lugar, é o caso de apontar o papel constitutivo que o CLG atribui à língua na constituição do pensamento:

“Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio de palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta.” (pg.130)

Em outra passagem, o CLG caracteriza o pensamento como um “*continuum*” que só se converte em unidades discretas - os conceitos - depois de recortado pela língua. Os conceitos não pré-existem à língua, mas são formados por ela. Esta é já uma relação da língua com a sua exterioridade imediata, a psicologia de cada indivíduo. A língua formata a sua percepção da realidade, estabelecendo as unidades mínimas que cada um de nós reconhece como tais. Ao mesmo tempo, Saussure insiste em que a língua não é uma nomenclatura, o que significa que ela não nomeia entidades pré-existentes a ela, mas, ao identificá-las, confere-lhes existência, do ponto de vista da percepção do falante.

Há um aparente paradoxo nessas colocações. Mas as relações que Saussure postula ou que emergem dessa caracterização podem ser clareadas adotando-se as acepções seguintes para os termos:

- referência - É a relação da língua com a realidade ou com a percepção da realidade (para efeito da nossa discussão é indiferente - é o externo à língua, como quer que seja identificado). Há referência em Saussure e no CLG. O contrário disso seria uma concepção idealista, na qual a língua pairaria acima e fora de tudo.
- representação - É a relação na qual, dado um objeto, a língua o representa, isto é, o rerepresenta, presentifica o que está ausente. A direção da constituição da representação é do objeto para a língua, o que supõe a sua (do objeto) pré-existência. Quando Saussure diz que “a língua não é uma nomenclatura” está negando seu caráter de representação do mundo.
- designação - É a relação na qual a língua designa as entidades da realidade e constitui a percepção do falante sobre elas. Supõe que a realidade, para o falante, seja um *continuum* que só se consubstancia num universo de entidades distintas depois de recortado pela língua. É no que acredita Saussure.

Representação e designação são ambas relações referenciais, mas em direções opostas: a representação, do objeto para a língua, a designação, da língua para o objeto. Saussure nega a primeira e postula a segunda.

A relação de significação é uma relação de designação. De fato, nesse contexto, os termos podem ser considerados sinônimos. A significação é uma relação referencial, com uma direção muito clara, que vai do signo ao objeto.

Por exemplo, um dado de aquisição de linguagem menciona uma criança que se refere a um papagaio dizendo que ele “*abriu os bicos*”. Ora, em português dizemos *o bico*, do papagaio ou de qualquer pássaro. A expressão no singular subentende que se trate de uma só entidade. A expressão usada pela criança trata o bico de um pássaro como suas asas, isto é, se é mais de um, deve ser colocado no plural. Exemplos análogos são mencionados no artigo, já citado, de Clark (1996), de termos como *pants*, *glasses* e *scissors*, que são considerados pares de objetos em inglês, mas objetos singulares em outras línguas.

Numa relação de representação, a realidade teria uma verdade definida, fosse tratar-se de um ou de dois bicos, e a linguagem rerepresentaria, presentificaria, essa realidade, retratando-a fielmente. É a concepção que desde a Grécia até hoje, passando por Port Royal, investe no desenvolvimento de uma linguagem adequada à realidade - quanto maior a sua correspondência com a realidade que ela descreve, melhor ela será; a linguagem é uma forma que deve se amoldar aos conteúdos que pré-existem a ela.

Numa relação de designação, a língua designa a realidade, no mesmo sentido performativo com que uma autoridade designa alguém para uma função, isto é, o constitui enquanto tal. É a língua que designa se a realidade da boca dos pássaros consiste em um ou dois bicos. É interessante observar a total desancoragem da realidade. Em português, por exemplo, temos *as costas* e *a bunda*, quando, do ponto de vista da realidade, o número deveria ser o inverso, isto é, *a costa* e *as bundas*.

Essa concepção corresponde à expressa pela Hipótese Sapir-Whorf. Roy Harris (1988) aponta a coincidência da direção e de alguns aspectos de ambas as formulações, que fazem com que elas constituam, de fato, uma mesma perspectiva. Porém, enquanto Saussure enfatiza a conceitualidade interna e a densidade das relações engendradas pela instauração dessa perspectiva, sendo rigidamente conciso nas ilustrações e no apontar as implicações, Whorf explora extensamente seus aspectos empíricos, arrolando uma cornucópia de exemplos e sublinhando as implicações sobre a percepção do indivíduo sobre a realidade. Essas características as tornam fortemente complementares, como versões da apresentação de uma mesma teoria.

Herbert Clark (1996) coloca que Whorf defendeu duas propostas, conhecidas como o relativismo e o determinismo lingüístico. De fato, no meu entendimento, elas são uma só e a mesma proposta, incidindo sobre objetos diferentes, a saber, respectivamente o objeto e o sujeito da linguagem, isto é, a realidade e a consciência do falante. A linguagem é relativista em relação à realidade, na medida em que admite e promove recortes diferentes, o que estabelece que não há um único recorte correto, como seria numa linguagem

presidida pela representação. A linguagem é determinista em relação à consciência do falante, na medida em que estabelece, à revelia dele, as categorias a partir das quais ele se relacionará com o mundo e que pautarão o seu pensamento e a sua percepção.

Há toda uma discussão sobre a validade e o alcance do relativismo lingüístico, que procura atualizar seus elementos, incorporando componentes que apareceram nas últimas décadas. É, por exemplo, a proposta do volume *Rethinking linguistic relativity*, editado por Gumperz&Levinson, onde constam os artigos de Clark (1996) e Hanks (1996), citados nesta tese. Os artigos do volume tematizam e debatem um largo espectro de temas, da aquisição de linguagem aos universais da cultura. Para a nossa discussão, interessa mais especificamente a pergunta colocada por Clark(1996, pg.324): “how do languages differ in their representations of the world, and how might these representations help determine the way we think?”.

A nós interessa sobretudo a constatação do fato elementar da relatividade, de haver diferentes possibilidades de recorte da realidade pela língua. A importância desse fato é crucial, porque são as possibilidades de recorte que estabelecem a possibilidade, e também a necessidade, da mudança lingüística. Elas colocam, ainda, a semântica lingüística nas duas pontas do processo da mudança - como motivação e como produto.

Outras conseqüências do relativismo estão fora do escopo desta tese, mas é interessante observar que, curiosamente, essa perspectiva coloca ao mesmo tempo dois riscos de reducionismo, simetricamente inversos: o reducionismo cultural em relação à linguagem e o reducionismo lingüístico em relação à cultura. A esse respeito, nossa posição é a expressa por Benveniste em *Catégories de pensée et catégories de langue*, citada na pg.12 desta tese, que fala das duas ilusões em sentidos opostos: a língua sendo usada pelo pensamento e a língua como contendo inerentemente uma filosofia. A posição, ponderada, de Benveniste é que a língua estabelece os primitivos do pensamento, que, no entanto, em seguida, pode ser e é elaborado e rearranjado a despeito deles. São os limites do alcance da “determinação” do pensamento pela língua e do quanto se pode atribuir “visões de mundo”, que estariam contidas nela e seriam assimiladas forçosamente por seus falantes. Numa palestra no IEL,

em 2006, Sylvain Auroux mencionou, a esse respeito, o caso da Hungria. Falando uma língua inteiramente distinta dos povos vizinhos, já que o húngaro sequer é uma língua indo-européia, sua cultura é, no entanto, muito próxima a dos povos eslavos que lhe fazem fronteira, quanto a valores, religião, culinária, costumes etc. O que estabelece um limite razoável para hipotéticas homologias entre língua e cultura.

À luz da caracterização e do esclarecimento conceitual que fizemos, qual a relação entre significado e significação?

A significação é uma seta cuja direção vai do signo à sua referência. Com isso, ela não afeta a estrutura da língua. O significado é o ponto de partida da significação, ele é a peça do jogo a ser movida, a ser usada como fala, numa ocorrência enunciativa. O alvo é o objeto da realidade ou da percepção sobre ela que estiver implicado nesse ato de fala.

A função da significação é apontar. Nem o significado, nem a significação contém, nem poderiam conter, os conteúdos de sentido específicos implicados em cada ato de fala. Se a linguagem fosse um código, ela poderia almejar ser completa, nos conteúdos que expressa, mas seria necessariamente muito limitada no repertório de sentidos possíveis que teria a oferecer. É interessante observar, por exemplo, como os sentidos possíveis dos verbos *dar* e *ter*, em português, e *get* e *take*, em inglês, são incatalogáveis. Não apenas há muitos sentidos possíveis, como esses verbos são coringas, disponíveis a abrigar sentidos inéditos e não previstos.

Para que possa se exercer, a indeterminação dos sentidos tem que se ancorar na fixidez da língua. Caso contrário, teríamos simplesmente falas desconexas com léxicos e sintaxes novos sendo criados a cada frase. Há nessa relação uma tensão inerente e necessária, motivada pela necessidade incontornável de adequar, de tornar compatíveis numa mesma operação, entidades de ordens diferentes - a forma e o sentido da linguagem.

Assim, o significado é um apontador e a significação é a relação de apontamento que se estabelece, seja para entidades mais genericamente concebidas, presumidas por todos os

usuários da língua, que correspondem aos sentidos cobertos por um dicionário, seja para entidades específicas que se colocam a cada situação vivida pelo falante.

Essa propriedade de apontar corresponde precisamente àquela pressentida por Benveniste em *Natureza dos Pronomes* e que ele atribui aos pronomes pessoais. A proposta de elaboração da semântica saussureana que estou fazendo supõe generalizar essa propriedade, por definição, para o significado de todos os termos da língua.

Não por acaso eu observei, na nota de rodapé da pg.5, que o verbo *apontar* corresponde mais propriamente do que *significar* ao sentido de *semaínei*, no fragmento 93 de Heráclito citado por Benveniste, e faz com que a tradução resulte numa formulação mais próxima da que estou propondo: a língua não revela, nem esconde, ela aponta.

Duas conseqüências se extraem dessa caracterização:

A primeira é explicar a formidável capacidade expressiva das línguas, não obstante as limitações estruturais. Se a língua pode exprimir infinitas mensagens com meios infinitos, é graças a essa propriedade do apontamento, que se manifesta na significação. A conseqüência semântica é a capacidade da língua de prover sentidos para todas as situações. O sentido é sempre contextual. A contextualidade do sentido não contraria a propriedade fundamental da língua. Ao contrário da “rigidez” que se atribui a ela, a lingüística saussureana e, mais especificamente, a semântica saussureana, é a mais radical das pragmáticas. Outras pragmáticas estabelecem balizas, alguns elementos estáveis ou constantes dos contextos a partir dos quais se pode depreender os sentidos em pauta. A língua saussureana é como uma moeda, conforme a analogia que aparece na exposição da teoria do valor, no CLG, que pode ser usada em qualquer contexto.

A segunda conseqüência, em alguma medida contraditória com a primeira, é a instauração de uma tensão permanente e insuperável entre língua e fala ou, mais exatamente, entre o significado da língua e a significação local. Longe de ser um dispositivo estabilizado e sempre pronto para o uso do falante, a mesma pragmática inerente ao significado da língua,

que autoriza o estabelecimento de apontamentos cobrindo uma gama elástica de objetos, instaura um componente de incerteza e de imprecisão quanto ao escopo de cada apontamento e às correspondências estabelecidas entre ele e o significado que o apontou.

Se a língua é desconfortável para o falante, se o falante frequentemente sente que ela é limitada para exprimir o que ele deseja, se há uma noção de que nem todos os sentidos são exprimíveis ou de que um mesmo enunciado pode ter sentidos diferentes, é porque a língua não é confiável como veiculadora unívoca de sentidos. O falante tende a tratar a língua como se ela fosse um código, quando ela é uma linguagem. É nesse sentido que, fora dos usos sociais estabilizados, o recurso à língua para exprimir sentidos é sempre uma luta com ela ou contra ela. A língua resiste a muitos dos sentidos que se lhe querem apor. A arte e a maestria de um poeta consiste em, lutando contra a língua, se impor a ela, alocando nela sentidos difíceis de serem expressos. O deslumbramento com a poesia consiste, para o espectador, em dizer: como o poeta conseguiu exprimir esse sentido que pareceria impossível? O achado poético é, antes de tudo, uma façanha lingüística, contra a resistência da língua em acolher sentidos específicos.

Algumas pragmáticas presumem que a diversidade dos sentidos se dá à revelia da língua e eventualmente transformam essa convicção numa batalha teórica contra a noção de língua. Porém, a rigidez não está nas teorias da língua, mas na própria realidade da língua. E sua “rigidez” não advém de um suposto caráter unívoco de sua semântica, mas, ao contrário, dela ser um limite inerente e incontornável para os significados possíveis. O equívoco dessas pragmáticas foi atribuir às teorias da língua o incômodo causado pelas realidades que a língua inescapavelmente aporta à produção de sentido. Como se a eliminação da noção de língua assegurasse o lugar para uma semântica na qual todos os sentidos seriam possíveis ao invés do limitado repertório da língua. É exatamente o inverso que acontece: a língua é necessária, mas, em si mesma, vazia e insuficiente para exprimir sentidos. A ela cabe só os apontar.

Do ponto de vista da caracterização formal, o apontamento corresponde a uma operação de atribuição de valor.

Os significados pertencentes a uma língua correspondem a um conjunto de variáveis alocadas num sistema, analogamente a um sistema de equações com duas variáveis, como o seguinte:

$$X = Y + 1$$

$$2X = 5Y - 10$$

Note que esse sistema admite mais de uma resposta - na verdade admite infinitas repostas - em termos de valores constantes que podem instanciar as variáveis X e Y. Porém, as respostas possíveis são infinitas, mas não podem ser quaisquer. A consistência do resultado dependerá de que os valores constantes co-ocorrentes que vierem a instanciar uma e outra variável se relacionem de acordo com as operações que formam esse sistema. É a razão pela qual seus valores são relativos, mas não aleatórios.

O termo relativo, nesse contexto, requer um complemento: um valor é relativo a outro, está condicionado ao que o outro seja ou venha a ser, é relativo aos demais valores pertencentes ao mesmo sistema. Trata-se de um sistema fortemente constrangedor, do ponto de vista interno, ao mesmo tempo em que está aberto para infinitas possibilidades de instanciação atribuídas de fora dele.

Note que esse sistema pode ser aumentado *ad infinitum*, tanto em número de variáveis, como de equações:

$$X + Y*2 = Z - W/4 + F$$

$$3K + T^2 = W*Y - P*Q \quad \dots$$

Note ainda que a consistência do sistema não depende de que ele contenha valores constantes. O que não impede que alguém “use” o sistema, em algum momento, atribuindo valores constantes a algumas ou a todas as variáveis. É interessante notar que as variáveis podem ser instanciadas por valores constantes ou por outros valores variáveis, no curso de seu uso. Assim é o sistema da língua e a situação dos significados dentro dele.

A operação de atribuição é sempre propositiva e não corresponde ao reconhecimento de uma identidade previamente existente entre os elementos relacionados. Observe estas três expressões:

(a) $X = 3$

(b) $4 = 3+1$

(c) $Y = Y$

Numa expressão matemática como “para $X = 3$, calcule os valores ...”, estou atribuindo o valor constante 3 à variável X. A equação pode ou não dar certo, no sentido de gerar um resultado consistente. Numa expressão como (b) ou (c) estou constatando ou supondo a equivalência dos valores, estou estabelecendo a identidade entre os elementos da equação. Muitas linguagens de programação tem sinais específicos para distinguir as operações de atribuição e identificação. A identificação é uma relação bilateral, a posição dos elementos equivalentes pode ser invertida. A atribuição é uma relação unilateral e não admite a inversão. Assim, a equação (a) poderia ser representada, por exemplo, como:

$$X \leq 3$$

de modo a caracterizar claramente que o valor constante 3 está sendo atribuído à variável X.

A fala, como exercício da língua, corresponde a produção sucessiva de operações de atribuição. Cada sintagma, cada enunciado, é uma operação na qual certos valores são atribuídos a certos significados.

Em contextos estabilizados, a atribuição é feita com valores consagrados, como na maior parte das situações de rotina. Mas na maior parte dos outros contextos, a atribuição é sempre suscetível de parecer indevida ou incompleta. A razão é que não há, nem pode haver, uma coincidência preliminar entre os elementos propostos como equivalentes. Pela própria natureza da língua não ser um código esses valores necessariamente estão em aberto. A tensão que se estabelece - entre língua e fala, como mencionamos mais acima - decorre de não se poder assegurar de antemão a pertinência ou a adequação da atribuição realizada ou que se quer realizar.

Por exemplo, num diálogo:

A: *Achei ele muito interessante.*

B: *O que você quer dizer com “interessante”?*

O interlocutor B acusa a insuficiência da atribuição, seja porque a considerou incompleta ou inadequada. Que sentido atribuir a *interessante*? A resposta será uma paráfrase que, em termos de operações com significados lingüísticos, corresponde a atribuir a uma variável (o significado de *interessante*) uma expressão composta também ela de variáveis, por exemplo, se o interlocutor A responder que *interessante* corresponde a *rico, divertido, charmoso, inteligente* ou qualquer outra expressão. Cada uma dessas paráfrases será, por ela própria, uma proposta de atribuição de equivalência de sentido entre vários elementos da língua.

A atribuição também pode ser disjuntiva, como nesta frase de Coco Channel:

Há pessoas que têm dinheiro e há pessoas que são ricas.

A frase propõe que dois significados cujas significações apontavam para a mesma referência, aos quais era atribuído um mesmo valor de instanciação, passem a receber referências distintas.

Note que o interlocutor, destes ou de quaisquer enunciados, pode ou não acolher a atribuição proposta. Não se trata de concordar ou não com a idéia expressa, mas com a pertinência da atribuição, no contexto daquela interlocução, de um certo conteúdo referencial a um certo significado. Essa margem de admissibilidade pelo interlocutor não constitui um componente “pragmático” a pautar a vida da língua? Um pouco adiante, veremos porque não.

O primeiro ponto a ser feito com esse tópico é simplesmente constatar que a atribuição de sentidos é a operação fundamental da semântica saussureana, no âmbito do exercício da linguagem. Para acontecer, ela supõe, de um lado, uma língua estável e estruturada, e, de

outro, os sentidos que se quer atribuir a ela. O que gera a tensão língua-fala, constitutiva da produção de sentidos na linguagem, à qual aludimos mais acima.

A operação de atribuição entre valores é uma consequência da teoria do valor, mais especificamente da passagem que diz:

“mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos:

1º. por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar;

2º. por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa.” (CLG, pg.134)

Em seguida, para ilustrar esse princípio, o CLG exemplificará com uma moeda de cinco francos, que pode ser trocada tanto por pão, como por outros valores monetários, seja em francos ou em outra moeda. A muitos respeito, a comparação da língua com a moeda é exata e produtiva, como veremos mais adiante.

Tudo isso caracteriza a necessidade da língua como instância de acolhida e como ela pode funcionar gerando infinitos sentidos e se mantendo estável ao mesmo tempo. E também o fato de que esta estabilidade é necessária.

A comparação da língua com a moeda é feliz e iluminadora. Ao confrontar diretamente, sem considerar a mediação da língua, sentidos em questão, num evento qualquer, muitas pragmáticas estão supondo um sistema de trocas como o escambo, muito comum em situações de guerra ou calamidade, no qual as pessoas trocam cigarros por gasolina ou rações por uma noite de amor. Se há uma negociação de sentidos, ela acontece sobre e a partir da língua, como moeda comum entre os interlocutores. Mais uma vez, a tensão que se estabelece e, se a língua é sentida como uma camisa de força, é porque os sentidos precisam, em primeiro lugar, ser acomodados nela, que lhes ditará o valor, a partir da comparação com outros já constantes da língua. Se eu quero vender uma casa, eu preciso estabelecer o quanto ela vale em dinheiro. Não é impossível que eu a troque por camelos ou por uma viagem de volta ao mundo, mas justamente essa será uma operação fora do sistema.

Por sua vez, os elementos que integram o sistema tem que estar estabelecidos e convencionalizados previamente. Quando o caixa da padaria quer nos dar um chiclete como troco, recusamos porque não o consideramos como dinheiro. O chiclete não integra os elementos que admitimos como parte do nosso sistema. Houve uma época em que fichas telefônicas eram usadas como moedas, o que significa que há abertura para a reconfiguração do sistema. Assim, o significado é um cheque a ser preenchido com muitos valores referenciais possíveis. Eu posso pegar um papel qualquer e escrever nele que reconheço que devo um certo montante referente a uma certa compra. Mas a maior parte dos supermercados não aceitaria tal documento, por presumir que ele não faz parte do sistema.

O papel da língua na sociedade é muito semelhante ao da moeda. Assim como ocorre com a moeda, os usuários da língua são - e tem que ser - conservadores quanto a sua constituição. Para que o sistema funcione, é preciso preservar sua integridade fundamental. É esse entendimento tácito pelos falantes que constitui a base do que chamaremos de convencionalidade. Uma atitude pela qual todos os falantes, em acordo tácito uns com os outros, preservam a língua como quem preserva uma moeda. O que aconteceria se admitíssemos uma explosão de inovações na língua, se cada falante pudesse dar vazão a uma infinita criação de novas formas lingüísticas que ele considerasse mais adequadas para exprimir os sentidos específicos que deseja exprimir do que as formas “engessadas” providas pela língua partilhada? Seria o mesmo que cada grupo emitisse sua própria moeda, cada sindicato ou igreja ou município, ou grupo de amigos. A estabilidade da língua é um bem tanto quanto a estabilidade da moeda. Cada usuário atua responsavelmente para assegurar a estabilidade de sua moeda, para que ela não perca em poder de compra e possa se manter em circulação.

Por fim, a analogia com a moeda nos permite falar em negociação de sentidos como em negociação de valores, mas ressaltando, em contraste com as pragmáticas da conversação, que a negociação acontece sobre e a partir dos termos da língua e não num universo

hobbesiano no qual o valor das coisas seria atribuído diretamente da comparação com outras coisas, sem uma mediação simbólica ou de outra ordem.

Feita a configuração do funcionamento da semântica saussureana, a partir da tensão língua-fala e da atribuição de sentidos como a operação que define cada ato de fala, o passo seguinte é examinar como o movimento na língua e da língua acontece, a partir desse arcabouço.

4.3 Valores em movimento

Como é constituída a língua? Como, no âmbito dessa tensão permanente com a fala, ela é afetada e reconfigurada? No CLG, consta que a língua é produzida a partir da fala. Já falamos como a língua se consubstancia em fala, agora veremos como a fala vira língua.

No artigo *Nature du Signe Linguistique*, Benveniste contrapôs ao caráter arbitrário, atribuído por Saussure ao signo lingüístico, seu caráter necessário. Esse artigo suscitou infindáveis discussões desde a sua publicação em 1939. Sobretudo porque muitos o viram - já - como uma crítica a Saussure, como apontando uma inconsistência dele, apesar do tom reverencial, como algo que apontava que um caminho diferente era possível e desejável. No nosso entendimento, o essencial do artigo é agregar um componente fundamental ao construto saussureano - o caráter necessário do signo. A retificação que ele faz não é uma crítica ao caráter arbitrário do signo, mas uma precisão sobre a sua incidência.

Na verdade, estão em pauta dois fenômenos distintos, nos quais se coloca a contraposição entre arbitrariedade e necessidade.

O primeiro fenômeno diz respeito ao fato de que não há uma razão para que as coisas se chamem como se chamam. Este fenômeno incide sobre o nível mais elementar da referência, que é aquele no qual temos que responder a uma criança que pergunta: por que a mesa chama *mesa*? A resposta - elementar - é dizer que não há nenhuma razão específica para que a mesa se chame *mesa*, que ela poderia ter qualquer outro nome.

Se isso parece da ordem das evidências, é interessante notar que a consciência da arbitrariedade advém do conhecimento de que há outras línguas e, portanto, outras possibilidades de nomeação dos objetos. Ao longo da experiência etnológica (depois antropológica) dos séculos XIX e XX, os pesquisadores europeus descobriram que povos que não tinham tido nenhum contacto com outros, efetivamente supunham um vínculo natural e inerente entre as palavras e as coisas que elas designavam. É a posição de Crátilo, o personagem do *Diálogo* de Platão no qual os antagonistas debatem se haveria ou não uma motivação natural para as designações. Ora, justamente, esta posição estava sendo retomada pelos idealistas românticos alemães e incidindo sobre a reflexão lingüística dos precursores de Saussure. Sua fonte primeira de inspiração, para esse pensamento sobre as línguas, era o *Ensaio sobre a Origem das Línguas*, de Rousseau, que expõe suas concepções sobre a presumível capacidade expressiva das primeiras línguas, antes que fossem pervertidas pela civilização, e conclui:

“Estendei tais idéias a todos os seus ramos e vereis que o *Crátilo* de Platão não é tão ridículo quanto parece ser” (Rousseau, 1998, pg.122)

Os lingüistas alemães, prestando um serviço às necessidades de legitimação ideológica da Nação alemã (com inicial maiúscula, para caracterizar a concepção romântica em questão), caucionam a noção de um vínculo natural entre língua, Terra e Povo (idem) com formulações fundamentadas por esta posição. Era difícil escapar ao embate com essas formulações, sobretudo no ambiente de Leipzig, aonde Saussure vai estudar. Por isso, é com alívio que Saussure lê Whitney escrever que a língua é “convencional e arbitrária” e que o signo é imotivado. Nesse período, Whitney era uma voz isolada e, como norte-americano, sem a autoridade provinda do pertencimento a um denso ambiente de debates e pesquisas, como era a Alemanha. A perspectiva norte-americana vai parecer mais arejada do que a européia, inteiramente contaminada pela questão nacional, em que língua e identidade se misturavam para legitimar os estados nascentes.

O efeito dessa constatação é perturbador para todas as “teorias” que proclamavam que havia línguas mais expressivas do que outras - ou mais técnicas, ou mais racionais, ou mais guerreiras etc. O conhecido aforismo de Heidegger, *Só é possível filosofar em alemão*, foi

dito à sério, já nos anos 1950. Não havia boa vontade para uma concepção que postulava o isomorfismo das línguas. Daí a tardia incorporação das idéias de Saussure na Alemanha, que só vai acontecer a partir dos anos 1960.

Em resumo, esta primeira arbitrariedade não corresponde a uma noção tão elementar que seria dispensável explicitá-la. Na verdade, há uma tentação permanente de estabelecer uma relação “natural”, de emanção, de algum objeto em relação à linguagem.

A segunda arbitrariedade ou o segundo fenômeno sobre o qual incide a contraposição entre arbitrariedade e necessidade, é a relação interna entre os termos constituintes do signo. Essa relação é de necessidade, sobretudo na mente dos falantes, para os quais estes termos estão indissolúvelmente ligados. Esse acoplamento é uma condição de estabilidade da língua, da qual falamos há pouco. A relação ser necessária significa que, uma vez constituídas as línguas e independente de sua remissão à realidade, elas estão estabelecidas e não podem ser desfeitas ou trocadas a esmo.

De fato, a contraposição aqui é entre a arbitrariedade latente e a necessidade realizada. A possibilidade de que as combinações fossem outras é uma potencialidade, uma virtualidade permanente da língua. Se sua constituição é arbitrária, é porque ela representa um arranjo entre os infinitos possíveis. Porém, uma vez estabelecido o arranjo, o vínculo entre suas partes passa a ser assumido pelos falantes como da ordem do necessário. Se não há confusão entre *chá* e *café* (pelo menos no Brasil), é porque a língua assegura que, como significados distintos, esses termos presumivelmente apontam para referências distintas (seja da realidade, seja da sua percepção). É dessa latência que Benveniste fala quando diz:

“Arbitraire, oui, mais seulement sous le regard impassible de Sirius ou pour celui qui se borne à constater du dehors la liaison établie entre une réalité objective et un comportement humain et se condamne ainsi à n’y voir que contingence.” (pg.51)

Quando se volta à Terra, a povos específicos, com línguas específicas, elas não estarão abertas a toda e qualquer combinação que se queira fazer.

A discussão colocada por Benveniste em *Nature du signe linguistique* não é inédita, nem mesmo como tematização específica dessa questão. No século XVII, o debate Hobbes-Descartes sobre o caráter convencional da linguagem versa sobre ela. Na sua *Logique ou l'Art de Penser*, mais conhecida como *Lógica de Port Royal*, Arnauld & Nicole (1993) citam Hobbes dizendo, conforme consta no *Leviathan*, que:

“par la raison nous ne concluons que rien du-tout touchant la nature des choses, mais seulement touchant leurs appellations; c'est-à-dire que nous voyons simplement si nous assemblons bien ou mal les noms des choses selon les **conventions** qui nous avons faites à notre fantaisie touchant leurs significations.” (pg.42, negrito meu)

Ao que retruca Descartes:

“Et ce philosophe [Hobbes] ne se condamne-t-il pas lui-même, lorsqu'il parle de **conventions** que nous avons faites à notre fantaisie touchant la signification des mots? Car s'il admet que quelque chose est signifiée par les paroles, pourquoi ne veut-il pas que nos discours et nos raisonnements soient plutôt de la chose qui est signifiée, que des paroles seules?” (pg.375, negrito meu)

Um pouco adiante, a *Logique* adota os argumentos de Descartes para responder:

“Enfin il y a une grande équivoque dans ce mot d'*arbitraire*, quand on dit que la signification des mots est arbitraire. Car il est vrai que c'est une chose purement arbitraire, que de joindre une telle idée à un tel son plutôt qu'à un autre; mais les idées ne sont point des choses arbitraires, & qui dépendent de notre fantaisie, au-moins celles qui sont claires & distinctes. (...) Et par consequent son raisonnement [d'un homme] n'a point été un assemblage de noms selon un **convention** qui auroit entièrement dépendu de la fantaisie des hommes; mais un jugement solide & effectif de la nature des choses par la consideration des idées qu'il en a dans l'esprit, lesquelles il a plu aux hommes de marquer par de certains noms.” (pg.43, negrito meu)

Se é possível exprimir idéias “claras e distintas”, conforme o mote cartesiano, é porque uma vez associados a idéias específicas, os nomes constroem as relações possíveis estabelecidas a partir deles.

É também a opinião de Fichte que, no início do século XIX, conforme um dos textos publicados no *Discours a la Nation Allemande* diz o seguinte:

“La langue, en général et, plus particulièrement, la désignation des objets à l’aide de sons émis par l’appareil vocal, ne dépend pas du tout de décisions arbitraires ou de conventions; avant tout, il y a cette loi fondamentale d’après laquelle chaque idée est exprimée par tel son déterminé et par aucun autre. (...) la langue est une est tout à fait nécessaire.” (pg.110)

Esses casos tem em comum a rejeição do caráter arbitrário e a afirmação do caráter necessário da conjunção dos termos do signo, mas justamente da necessidade interna que vincula os elementos da língua uns aos outros e não de uma necessidade proveniente de uma fonte externa à língua. Exatamente como em Benveniste.

4.4 Um dispositivo para as alterações lingüísticas

As implicações empíricas da retificação de Benveniste, que acaba por sublinhar (porque já estava afirmado claramente no CLG) o caráter necessário do vínculo entre os elementos da língua, são importantes e se tornam particularmente visíveis quando tematizamos o movimento da língua. A cada momento na vida de uma língua, seus termos estão arranjados numa certa relação necessária de uns com os outros. Porém, ao longo da mudança lingüística, como se passa de um necessário a outro?

Se há mudança, ela implica num rearranjo, num deslocamento entre os elementos constituintes, que significa que, por um momento a relação de necessidade foi suspensa para, em seguida, dar lugar a outra. Este momento de suspensão da necessidade é o “momento” da arbitrariedade. As aspas se devem ao fato de que este “momento” não necessariamente chega a existir temporalmente, ele é um momento lógico, não cronológico. Ele significa a virtualidade de que a língua possa mudar para qualquer direção, que o rearranjo da relação de necessidade entre seus termos pode tomar qualquer direção, que a evolução da língua não tem um rumo determinado ou previsível.

É o que acontece com o advento de um termo novo ou a ressignificação de um antigo, numa língua, numa seqüência como a seguinte:

necessidade X → arbitrariedade → necessidade Y

Ou, mais analiticamente:

relações necessárias entre certos termos → suspensão dessas relações → relações necessárias entre certos termos

Assim, por exemplo, se um termo como *balada* adquire uma nova acepção no PB, como aconteceu nos últimos anos, seu significado implicava necessariamente certas relações com outros e atualmente implica necessariamente em outras (relações). Para que se passasse de uma necessidade a outra, foi preciso que o sistema suspendesse a primeira para instaurar a segunda. Essa transição, com a suspensão das relações de necessidade, não tem um registro temporal obrigatório (embora possa ter), mas é um evento lógico obrigatório para se explicar esse movimento.

Podemos reconhecer nesse movimento que leva de um necessário a outro, o **deslocamento** aludido no CLG no tópico “mutabilidade” do signo. É uma passagem na qual o CLG quer precisar o que se está entendendo por *alteração*, no curso da mudança de uma língua:

“não nos equivoquemos sobre o sentido dado aqui ao termo alteração. (...) levam sempre a um *deslocamento da relação entre o significado e o significante*.” (CLG, pg.89, itálico no original)

Em seguida, o CLG ilustra o fenômeno com exemplos de termos que tinham um sentido em latim e passaram a ter outro em francês. Os melhores exemplos desse fenômeno são os falsos cognatos que têm origem em termos comuns, como *esperto* e *esquisito* em português e espanhol, *lunch* e *barracks* em inglês e português etc.

Porém, do ponto de vista das definições, a própria idéia do deslocamento está em contradição com a famosa metáfora da folha de papel, usada para caracterizar a interdefinição mútua:

“A língua é também comparável a uma folha de papel: o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro” (CLG, pg.131)

A possibilidade do deslocamento implica em que, pelo menos por um momento, o significante ou o significado podem existir sem uma contraparte “no verso”. Por um

momento, pode haver um significante sem significado ou vice-versa. Porém, um som ou um sentido avulsos não são entidades lingüísticas. Ora, não há uma suspensão da condição de entidade lingüística desses termos durante o deslocamento. Qual pode ser, então a necessária contraparte de um signo com só uma das metades preenchida?

A contraparte momentânea (nunca é demais insistir) desse significante ou significado pode ser um pedaço de outro significado. é assim que caracterizamos as alterações de cobertura semântica de certos termos, como deslizamentos de sentido, quando um termo gradualmente adquire o sentido de um vizinho, ou perde seu sentido para ele. Ela é momentânea, porque corresponde exatamente a abertura para o arbitrário entre dois necessários, que caracterizamos um pouco acima.

Além de ser uma secção de outro significado ou significante, a contraparte momentânea pode ser também um **slot vazio** a ser preenchido. Nesse caso, teríamos, por um momento, um significante sem significado ou vice-versa, um signo cuja metade vazia corresponderia a uma variável a ser instanciada, à qual tem que ser atribuída uma entidade constante de valor (um significante ou um significado definidos).

Empiricamente, o **slot vazio** corresponde a uma expressão cujo sentido desconhecemos ou a algo que queremos dizer, mas não consideramos que corresponda a nenhuma forma disponível.

Um exemplo do primeiro caso. No programa *Casa dos Artistas*, Supla sai da casa onde estivera encerrado com outras pessoas e cumprimenta Sílvio Santos, com o seguinte fragmento de diálogo:

Supla - *E aí, Sílvio, firmeza?*

Sílvio Santos - *?! [faz cara de não ter entendido]*

Supla - *Tudo firme?*

Sílvio Santos - *...ah, sim, como vai?*

Nesse exemplo, Supla propõe que seja atribuído um sentido a *firmeza* que o coloca paradigmaticamente em variação livre com expressões de cumprimento. Para Sílvio Santos,

por um momento, *firmeza* é um significante cujo significado é uma variável não instanciada, mas que se espera lhe seja atribuído um valor. Pela teoria da folha de papel, seríamos obrigados a dizer que *firmeza*, uma vez que não está associado a um significado definido, não poderia ser um significante, mas apenas um som sem sentido. No entanto, *firmeza* é reconhecido desde logo por Sílvia Santos como um elemento do sistema da língua, ao qual, no entanto, falta uma parte.

Em seguida, Supla parafraseia a própria expressão, em mais uma operação de atribuição:

Firmeza? <= Tudo firme?

Aparentemente, para Sílvia Santos, isso foi suficiente para instanciar o significante *firmeza* com algum significado, seja o próprio significado de *Tudo firme?*, seja uma derivação ou variação dele.

Os exemplos do segundo caso, isto é, de significados cujos significantes são slots vazios abundam na fala da criança.

Mãe - *Qual você quer?*

Criança - *Eu queto ... di voá.* [aponta o aviãozinho]

Nessas operações, a criança coloca “qualquer coisa” - em geral, um fragmento de língua de um contexto aproximado - no lugar de um significante presumível. Mais uma vez, não faz sentido dizer que não havia aí um significado, mas um apenas um pensamento sem som, porque a criança mostra clareza quanto ao fato de que há uma contraparte fônica para a entidade que ela já apreendeu e que desde logo é um significado lingüístico.

É a percepção, pelo falante, de que há significados aos quais não corresponde nenhum significante disponível na língua, nem mesmo como paráfrase, que suscita a criação de termos novos ou a ressignificação dos antigos. Por exemplo, o que suscitou o aparecimento do termo *padoca*, usado na cidade de São Paulo para se referir à padaria que costuma freqüentar? O que distingue uma padoca de uma padaria é fundamentalmente a relação do falante com ela (daí, em geral, ela ser *a padoca* e não *uma padoca*, como em *Vou almoçar na padoca*, o artigo definido identificando um vínculo específico).

Note que termos como *balada* são virtualmente imparafraseáveis ou as paráfrases possíveis soam muito artificiais. *Eu vou prá balada* não é o mesmo que *vou me divertir por aí* ou *vou para os bares* ou *para as festas*. É um conceito cuja cobertura semântica é mais ampla, do ponto de vista dos eventos possíveis, e denota sobretudo um estado de espírito do falante, uma disposição de viver a noite. Significa que o significado precedeu a constituição de um significante específico para ele e, por um momento, esse significante correspondia a um slot vazio.

Um último exemplo. Vários alunos meus do curso de Jornalismo Econômico escreviam matérias nas quais aparecia a expressão metafórica *o bolso*. “Crise chega no bolso do consumidor”, “Veja como o fim da CPMF vai atingir seu bolso”, “O eleitor está pensando primeiro no bolso” etc. Desafiados a substituir essa metáfora por uma paráfrase dela, a tarefa revelou-se quase impossível. Mas como se referiam ao significado de *o bolso* antes que a expressão existisse? Esse é o tipo de necessidade da língua, que corresponde à percepção do falante de que aquela expressão é necessária, é a única cabível em tal ou qual situação. A origem dessa expressão metafórica também deve ter passado por um momento no qual um falante se viu sem formas disponíveis para expressar algo que desde logo ele identificou e constituiu como um significado lingüístico.

Além da sua plausibilidade empírica e da compatibilidade com a formulação saussureana, a noção de slots vazios, ocupando por momentos fugazes os lugares do significado ou do significante, traz dois aportes para a formulação:

O primeiro é mostrar como o sistema da língua pode ser modificado sem deixar de ser um sistema. O slot vazio faz o papel de trazer para dentro do sistema da língua elementos estranhos a ela, sem, em nenhum momento, comprometer seu caráter sistêmico. Assim, se é a fala que produz a língua, o processo de produção não é externo à língua, mas é um engendramento no próprio curso do uso da língua e dentro do frame que ela provê (caro leitor: as repetições são deliberadas; o uso alternado dos termos femininos *língua* e *fala* faz

com que o recurso ao anafórico *ela* se preste a confusões; nesse caso é preferível prejudicar o estilo em benefício da clareza).

O dispositivo dos slots vazios provê a língua de um sistema de alimentação, no sentido computacional do termo, pelo qual o sistema pode mudar constantemente sem perder sua integridade. Os slots vazios são criados a partir de uma demanda externa ao sistema, mas colocada a ele não como uma perturbação ou ameaça a sua integridade, mas como parte de um dispositivo previsto de realocação de elementos. Os slots vazios são a porta de entrada do externo no interno da língua, e também a de saída, como veremos a seguir.

O segundo aporte é prover uma explicação para a criação lingüística e para o próprio mecanismo da mudança. Aqui talvez seja o caso de distinguir a mudança em bloco da língua, da qual vamos falar no próximo tópico, de cada uma das mudanças que acontecem localmente. Para efeito de distinção, doravante chamaremos **mudança** só o evento que concerne a toda a língua e de **alteração**, que é o termo empregado por Saussure, cada uma das pequenas mudanças.

A criação lingüística é uma operação acionada no curso da fala, na qual o falante atribui um certo valor a um slot vazio. Presumivelmente acontecem milhares de operações assim todos os dias, feitas por muitos falantes de todas as línguas. Porém, só uma parte ínfima destas atribuições propostas “vingam”, isto é, se propagam pelo uso de outros falantes e terminam por ser incorporadas à língua.

O jornalista Ruy Castro registra em seu livro *Ela é Carioca* (Cia.Letras, 1999), sobre a história de Ipanema, a suposta origem da expressão *estar na fossa*. Segundo ele, a expressão era uma alusão a um filme italiano, de 1948, chamado *La fossa delle serpe* (*A cova das serpentes*), no qual a personagem principal sofria uma forte depressão e a “fossa” em questão era o hospício no qual ela era internada. Ruy Castro conta que uma das pessoas que tinha visto o filme na Itália se referiu a um amigo deprimido como estando “na fossa” e que, a partir daí, “a expressão pegou”, isto é, se generalizou ou se propagou, como se diz na sociolingüística.

Diz ainda Ruy Castro, com muita espirituosidade:

“Havendo uma palavra, gente que até então era feliz e despreocupada começou a ficar “na fossa”. A fossa tornou-se um dos estados de espírito de Ipanema nos anos 60 e assolava principalmente as deslumbrantes jovens do bairro.”

A fossa, estado de espírito, existia antes do termo *fossa*?

Uma matéria da revista *Veja* do ano de 2006 descrevia a mulher de um político nordestino como sendo *lipada*, isto é, ela tinha feito uma (pelo menos) lipo-aspiração. Exceto nesta ocorrência, eu nunca mais li ou ouvi essa expressão. Quantas expressões assim são criadas todos os dias e das quais nunca mais ouvimos falar? Inclusive, vale dizer, por nós mesmos e pelas pessoas com quem conversamos, sem que nos demos conta, no curso da conversação, de que criamos um termo novo, cuja vida na língua provavelmente não passará de uma única ocorrência.

Além de explicar a criação, o mecanismo dos slots vazios pode também explicar o percurso que vai da arcaização à eliminação de certas expressões da língua. Em certa ocasião, durante o mandato de FHC, o ex-presidente Itamar Franco fez críticas acerbas a seu governo, dizendo que o dele tinha sido melhor. O Palácio do Planalto emitiu uma nota dizendo que as declarações de Itamar Franco não passavam de *bazófi*s. Os jornalistas que cobriam o Planalto deduziram imediatamente que aquela frase só poderia ter sido dita pelo próprio FHC, pois ele era o único velho o suficiente para usar esta expressão. Quando contei esse episódio em aula, nenhum dos meus alunos sabia o sentido de *bazófia*. Para os meus alunos, na eventualidade deles ouvirem a expressão, ela é um significante sem significado ou, mais exatamente, o significado é ocupado por um slot vazio. O termo é reconhecido como pertencendo à língua e não como um som sem sentido.

Em síntese, este é o mecanismo pelo qual a língua pode acolher um grande e constante movimento de alocação de sentidos, e ainda assim permanecer ininterruptamente como um sistema estável e confiável para seus usuários. É o mecanismo pelo qual ela permanece como ancoragem dos infinitos sentidos possíveis que são expressos no curso da fala. É a

explicação do porque a fala não consiste no contrário da língua, mas numa manifestação dela. É a maneira como a forma e o sentido podem ser alocados num só arcabouço coerente e contínuo e não cindido em semântico e semiótico como propôs Benveniste. Esse sistema é dinâmico e ontologicamente lingüístico, desfazendo a contraposição que alinhava as possibilidades entre estático e ontologicamente lingüístico ou dinâmico e extra-lingüístico.

As características desse dispositivo, que estabelece precisamente operações com o sentido no âmbito da estrutura, mas o colocando em relação com o externo a ela, que conferem plasticidade ao seu funcionamento, mas preservam a sua integridade, mostram a plausibilidade como colocação e a viabilidade como projeto da sugestão de Bouquet de que desenvolvimentos como a gramática gerativa, a pragmática e a análise do discurso não são inerentemente opostos à lingüística saussureana, mas formulações viabilizadas por ela e compatíveis com ela. O que faz dela uma referência ainda longe de poder ser dada por esgotada como fundamento geral da Lingüística e com grande potencial de exploração científica e criação conceitual.

5. Estado e mudança lingüística

5.1 Sistema e mudança

O mecanismo que descrevemos, embora proponha uma explicação para um aspecto central da mudança lingüística, não é suficiente para configurar uma hipótese completa a respeito dela. Ela o seria se supuséssemos que a mudança lingüística não é mais do que a soma de todas essas pequenas alterações.

Esta é, de fato, a suposição da sociolingüística laboviana, cuja hipótese para a mudança lingüística é atomística e indutiva e na qual uma vasta coleção de fatores - fonéticos, sociais, cognitivos - que justificam a publicação, por Labov, dos três volumes *Principles of Linguistic Change*, leva, como efeito de seu acúmulo quantitativo, a que uma língua comece a se configurar como sendo outra. O empirismo da abordagem apresentada nesses volumes, não obstante a qualidade das análises, contraria a expectativa de que os “princípios” anunciados no título pudessem consistir num elenco conciso de vetores universalmente aplicáveis.

Essa abordagem peca por duas limitações.

A primeira é que, ao focar sobre os fenômenos locais da mudança, ela perde de vista ou não reconhece o seu caráter global. Há aspectos gerais do fenômeno da mudança que incidem sobre a língua como conjunto e são qualitativamente distintos do acumulado de pequenos eventos, por maior que seja o seu número ou a sua importância local. Como em tudo o que diz respeito à língua como sistema, o todo precede, constitui e é maior do que a soma das partes; o que vale também para a mudança. É todo um plano do fenômeno que desaparece se não se assume essa perspectiva.

A segunda é que os fatores elencados por Labov caracterizam processos possíveis, mas não processos necessários. As alterações podem efetivamente acontecer por uma infinidade de fatores. Mas há aspectos necessários, positivos e negativos, isto é, concernentes a eventos

obrigatórios e a eventos impossíveis, que não são contemplados em nenhum momento pela teoria. Esses aspectos se tornam particularmente visíveis quando se toma a língua por ela própria, independente dos contextos imediatos nos quais ela se manifesta. As necessidades internas da língua não derivam de injunções sociais. Tanto quanto a análise permanecer atrelada a elas, essas necessidades não emergem como componentes observáveis do fenômeno da mudança.

A inscrição social da linguagem na sociolinguística laboviana, associada à recusa de uma perspectiva totalizante da língua, faz com que ela selecione para investigar sobretudo certas alterações marcadamente motivadas por injunções sociais. O que tem por efeito reiterar uma concepção mais ou menos instrumental de língua ou pelo menos uma noção na qual ela é inteiramente refém de direções estabelecidas por fatos sociais externos a ela. Do que decorre um estranho corolário: o de que a mudança não é uma necessidade da língua, de que poderia acontecer dela não mudar. Se, como aponta esta teoria, a mudança lingüística é suscitada por eventos sociais, então ela pode não ocorrer, na falta deles, numa sociedade estabilizada. É irrelevante considerar que tal sociedade não existe, que sempre haverá algum tipo de tensão, por menor que seja, que acabará por provocar uma alteração lingüística. O que está em questão é se há uma propriedade inerente à língua que suscita a mudança ou se ela é um agregado inerte cujas modificações só podem ser provocadas de fora dela.

Essas mesmas limitações, que atribuímos aos horizontes empíricos da sociolinguística laboviana, se aplicam ao mecanismo que propusemos no capítulo anterior, se ele não for inscrito como parte de uma hipótese mais abrangente, que procure identificar as relações de necessidade que caracterizam a mudança lingüística. A atribuição de sentidos, na direção da língua à fala, e a instanciação de slots vazios, na direção da fala à língua, caracterizam uma dinâmica de processos possíveis, mas não necessários. O dispositivo proposto explica as alterações locais, como fenômeno da língua, mas também não transcende para o nível global da mudança. Mais uma vez, é Saussure a fonte das considerações iniciais para a formulação de uma hipótese nessa direção.

Saussure investigou e descreveu antes os macro-processos da mudança do que as alterações locais, embora o CLG esteja repleto de casos ilustrativos delas. Porque era um lingüista histórico, comprometido com a reconstituição do percurso que, indo para trás no tempo, levava das línguas modernas ao indo-europeu, procurando estabelecer diagramas plausíveis de árvores de famílias de línguas, a abordagem de Saussure parte das grandes perspectivas para chegar aos epifenômenos (percurso inverso ao de Labov).

Suas posições a respeito da mudança estão editadas no segundo capítulo da primeira parte do CLG, intitulado *Imutabilidade e mutabilidade do signo*. O título atribuído pelos editores é infeliz, porque o tema do capítulo é claramente a mudança da língua e não do signo. Quase a cada parágrafo, é dela que o CLG fala expressamente, mais do que do signo.

O CLG reconhece, desde logo, os fatores locais que suscitam as alterações:

“Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significante e o significado. É uma das conseqüências da arbitrariedade do signo” (CLG, pg.90)

Para além dos fatores locais, o CLG afirma a necessidade global da mudança, que empiricamente se manifesta pela sua fatalidade:

“Essa evolução é fatal; não há exemplo de uma língua que lhe resista. (...) Isso é tão verdadeiro que até nas línguas artificiais tal princípio tem que vigorar. Quem cria uma língua, a tem sob domínio enquanto ela não entra em circulação; mas desde o momento em que ela cumpre sua missão e se torna posse de todos, foge-lhe ao controle. (...) O homem que pretendesse criar uma língua imutável, que a posteridade deveria aceitar tal qual a recebesse, se assemelharia à galinha que chocou um ovo de pata: a língua criada por ele seria arrastada, quer ele quisesse ou não, pela corrente que abarca todas as línguas.” (CLG, pg.91)

Depois de constatar o caráter imperativo da mudança lingüística, o CLG se pergunta:

“Mas em que se baseia a necessidade da mudança? (...) As causas da continuidade estão *a priori* ao alcance do observador; não ocorre o mesmo com as causas da alteração através do tempo. Melhor renunciar, provisoriamente, a dar conta exata delas, e limitar-se a falar, em geral, do deslocamento de relações; o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal.” (CLG, pg.91)

É quase desconcertante o tom com o qual - Saussure? - “renuncia” a explicar a necessidade da mudança, logo depois de tê-la identificado (esta é uma passagem que me sugere um professor, interpelado por um aluno, contornando um aspecto complicado para que possa prosseguir a aula). Como quer que seja, ao renunciar a explicá-la, Saussure deixou uma pendência comprometedora para a sua própria formulação.

A constatação da necessidade da mudança convoca uma explicação que, no entanto, ele expressamente se abstém de prover, instaurando um enorme espaço de desconhecimento. Pode-se eventualmente admirar sua honestidade em admitir o mistério. Porém, a falta de uma resposta clara sobre esse aspecto pode comprometer a confiabilidade de todo o seu projeto epistemológico, já que a pendência sobre a mudança facilmente contamina outros aspectos, supostamente bem resolvidos, da teoria, pondo em questão as formulações apresentadas a respeito deles. É uma lacuna que convida a que se busque outras explicações e eventualmente outros fundamentos, não só para explicar o fenômeno da mudança, mas para toda a investigação lingüística.

Essa lacuna e o quanto ela fragiliza a formulação saussureana são o tema do livro de Dante Lucchesi (2004), *Sistema, Mudança e Linguagem*. Lucchesi aponta como o advento das noções de sistema e de estado de língua pela lingüística saussureana, ao deixar para trás a abordagem historicista, fez com que a questão da mudança fosse excluída da agenda e do arcabouço fundamental da disciplina, sem que tivesse sido resolvida ou elaborada propriamente. Lucchesi faz uma excelente revisão histórica recuperando o panorama do desenvolvimento conceitual da Lingüística no século XIX, mostrando o quão densamente a questão era colocada. Por fim, endossando a crítica de alguns dos lingüistas dos séculos XIX e XX, Lucchesi examina como a sociolingüística laboviana vem retomando a questão onde Saussure a deixou e o significado dessa retomada.

Por um outro percurso, o mote do seu trabalho é semelhante ao desta tese:

“a tensão entre **sistema** e **mudança** - isto é, entre as dimensões estrutural e sócio-histórica do fenômeno lingüístico -, que esteve na base da ascensão, hegemonia e ocaso do modelo estruturalista, ressurgiu em seu pleno vigor,

marcando de forma significativa o desenvolvimento da lingüística contemporânea. (...) a superação da crise passa pela elaboração de uma síntese teórica que possa administrar essa tensão inerente ao fenômeno lingüístico, através de uma concepção do objeto de estudo que, articulando essas dimensões antagônicas, proporcione as bases de um modelo teórico-metodológico impulsionador e unificador da pesquisa lingüística. Assim, coloca-se hoje para a lingüística a mesma tarefa que determinou o silêncio angustiada de Saussure e o animou em sua busca fundamental: *definir de forma heurísticamente produtiva o seu objeto de estudo.*” (pg.219, negritos e itálico no original)

A síntese da contradição que preside este dilema é colocada pela questão, colocada no WLH citado mais acima por nós:

“If a language must be structured in order to function efficiently, how does it function as a structure changes?” (*apud* Lucchesi(2004, pg.199))

5.2 O estado de língua

As noções de sistema e de estado de língua estão no cerne da caracterização sincrônica da língua na lingüística saussureana e, nessa condição, são os aspectos em torno dos quais gira a maior parte das críticas a ela. Essas críticas consideram a separação entre a perspectiva sincrônica e diacrônica como artificial, desnecessária e contraproducente do ponto de vista da investigação científica da linguagem.

É importante recuperar as motivações, empíricas, metodológicas e epistemológicas, da introdução da noção de estado de língua.

A motivação mais elementar é simplesmente servir como referência a um certo momento na história da vida de uma língua, como quando se fala no português do século XVI ou no francês seiscentista, no latim tardio ou no inglês elisabetano. Essa noção abriga a suposição de que os falantes do período em questão falavam a referida língua, por exemplo, que, em Portugal, em 1500, as pessoas falavam português quinhentista. Esses momentos são caracterizados pela conjunção de vários aspectos estruturais, lexicais, estilísticos etc. A noção de estado de língua presume que há uma coesão fundamental entre esses elementos, que eles fazem sentido num único arranjo, como parte de um sistema.

A noção de sistema advém da realidade da co-ocorrência de termos e componentes estruturais em uma língua, em um determinado momento, e da densa imbricação entre eles, que torna limitada a sua abordagem isolada e requer que eles sejam situados no arranjo geral da língua. O caráter diferencial ou negativo os define “não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (CLG, pg.136). Este é o aspecto mais anti-intuitivo e mais frequentemente rejeitado da noção de sistema. Mas ele é basicamente uma decorrência metodológica do comparatismo, do agnosticismo requerido para se abordar uma língua que não se conhece e da qual é prudente não presumir que se sabe de antemão as funções de seus componentes. Daí a idéia de se abster de atribuir positivamente a eles, que facilmente poderiam vir a se revelar indevidas.

Quando se faz macro-história da língua, essas noções, de sistema e estado de língua, conferem uma ancoragem empírica fundamental à pesquisa. A alternativa seria abordar isoladamente o percurso de termos e estruturas através da história. Com isso não haveria evolução da língua, mas apenas alterações tópicas de alguns de seus elementos, sem que nada autorizasse uma perspectiva de conjunto sobre essas mudanças.

A crítica à noção de sistema incide sobre o “caráter abstrato” da definição dos componentes da língua, que supostamente adviria de sua aplicação, e da negatividade dos termos, que interdita a explicação da funcionalidade estrutural da língua a partir de injunções sociais e históricas, compelindo a uma lingüística “internalista”, como é chamada no vocabulário laboviano.

A crítica à noção de estado de língua incide sobre a premissa da sua homogeneidade, que já discutimos anteriormente, e sobre a supressão de seu caráter histórico, em benefício de um suposto congelamento da língua no tempo, que caracterizaria a abordagem sincrônica.

No entanto, o estado de língua não consiste, como eventual e ingenuamente se afirma, na negação do caráter histórico da língua. É completamente estapafúrdio atribuir essa posição

a Saussure, cuja carreira e cujas pesquisas foram quase inteiramente voltadas à lingüística histórica. O CLG tem uma parte inteira dedicada à lingüística diacrônica, que tem o mesmo tamanho da dedicada à lingüística sincrônica. O que Saussure contesta é a existência de uma relação de necessidade entre a história social e a história da língua, o que justamente vai motivar a adoção do termo *diacronia*, para evitar essa confusão. Ainda assim, vale sublinhar, negar a relação de necessidade não equivale a afirmar a inexistência de qualquer relação - o CLG está cheio de exemplos associando eventos lingüísticos a fatos históricos.

Se tanto a realidade histórica da língua, como a sua existência num certo período são dimensões verdadeiras, por que não assumir um ponto de vista *pancrônico*, como o próprio CLG se pergunta (à pg.111)?

Porque a sincronia corresponde a uma dimensão da realidade da língua que só pode ser apreendida pela abstração do percurso histórico da língua. Ela corresponde àquilo que Saussure chama de “o ponto de vista do usuário” da língua, em contraste com o ponto de vista do filólogo. Para este, é relevante, por exemplo, saber que a palavra *crucial* vem de *cruz*. Para o falante, esse conhecimento é irrelevante. Assim como é irrelevante saber que o verbo *deletar* só existe há poucas décadas no PB, que a palavra *detalhe* é um galicismo e que termo *balada* corresponde a um sentido novo para um termo antigo. Ainda, a palavra *bazófia* e outros arcaísmos não fazem parte da língua deste usuário - é como se nunca tivessem existido. O tempo da língua do usuário é um eterno presente. O termos que constam da sua língua, ele os usa como se sempre tivessem estado lá. Os termos que desaparecem, é como se nunca tivessem existido. A sincronia corresponde à realidade da língua na consciência do falante.

Um fato que é apresentado no CLG, nos seguintes termos:

“A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o lingüista que queira compreender esse estado deve fazer tabula rasa de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado. A intervenção da História apenas lhe falsearia o julgamento.” (CLG, pg.97)

A “consciência do falante”, nesse caso, corresponde mais exatamente àquilo que Chomsky explora como um de seus temas recorrentes, que ele chama de “conhecimento da linguagem” - uma noção que, no entanto, está plenamente presente em Saussure, quando diz, por exemplo, que até os loucos dominam a língua, para separá-la de conteúdos deliberados da consciência. O que distingue o ponto de vista (diacrônico) do filólogo do ponto de vista (sincrônico) do usuário é que o primeiro consiste em **metaconhecimento**, isto é, conteúdos de conhecimento dos quais estamos cientes de dominar e sobre os quais intervimos eventualmente, enquanto o segundo consiste em “**conhecimento**” no sentido mais geral e elementar do termo, correspondendo a conteúdos dos quais não necessariamente temos consciência, mas que se manifestam em nossas atividades, do tipo que Piaget atribuiu à criança, por exemplo.

É interessante notar que o conceito de sincronia tem uma vocação individual, quanto à incidência:

“O estudo sincrônico não tem por objeto tudo quanto seja simultâneo, mas somente o conjunto dos fatos correspondentes a cada língua; na medida em que tal for necessário, a separação irá até os dialetos e subdialetos. No fundo, o termo *sincrônico* não é bastante preciso; deveria ser substituído pela designação - um pouco longa, na verdade - de *idiossincrônico*”. (CLG, pg.106)

Nos escritos autografados de Saussure, há registros de um angustiada processo de decisão sobre qual destes dois termos adotar. Por simetria à *diacronia*, Saussure se decide pela *sincronia*. Porém, os conceitos que eles expressam não são inteiramente simétricos, já que não se trata só de uma questão temporal, mas do lugar empírico do qual se está observando a língua: a posição do falante *versus* uma posição externa, que acompanha a língua através da história.

São razões pelas quais a abordagem sincrônica não pode ser diluída numa abordagem pancrônica - ela perderia a dimensão do que uma língua representa para o seu falante.

A sincronia e o estado de língua correspondem a realidades empíricas do objeto a não a uma abordagem que se poderia abandonar por outra. Nesse caso, abandonar a abordagem

seria abandonar o objeto, analogamente a um biólogo que não acreditasse em ecossistema, só em espécies investigadas individualmente.

Há efetivamente uma contradição entre estrutura e mudança? (conforme a questão colocada por WLH, citada um pouco acima) Lucchesi mantém que sim, dizendo que “muitas mudanças que se perpetram na língua, vão de encontro à lógica de sua organização interna” (pg.61). Não é no que acreditamos, como veremos a seguir.

5.3 Um estado móvel

Saussure evidentemente estava ciente dos aspectos nos quais se fundamentam as objeções a suas concepções. Por que então não há uma resposta, ainda que elíptica, a elas? Em primeiro lugar, porque o percurso é o inverso - a sua perspectiva é que estava sendo construída em contraposição às existentes. Caberia a elas demonstrar que a perspectiva sincrônica não faz sentido empiricamente. Mas, sobretudo, neste aspecto (a relação entre estado e mudança) do desenvolvimento de sua formulação, mais do que em qualquer outro, é o caso de constatar a incompletude do trabalho realizado.

O equívoco dos críticos de Saussure aqui consiste justamente em supor a sua formulação como um trabalho acabado. O que efetivamente significaria que não haveria lugar para nenhum construto que vinculasse estado a mudança lingüística. Porém, a ausência de uma elaboração desse vínculo chama a atenção desde logo. Saussure era um lingüista histórico, reiteramos, e tinha plena consciência do fato da mudança. É impensável que ele tivesse se esquecido disso no momento em que postulou o estado de língua. Do que só podemos depreender que o estado de língua não é estático, nem Saussure pretendeu que ele o fosse. Apenas faltou ir além na formulação para cobrir esse aspecto. É o que vamos esboçar a seguir.

Mais uma vez, foi, no mínimo, prematuro ter dado por esgotado um modelo cujo desenvolvimento estava incompleto e que aponta na direção correta. Pelas mesmas razões, não faz sentido a observação de Lucchesi de que há mudanças que contrariam a lógica

interna da língua. A densidade da cobertura factual por Saussure e a agudeza de suas observações empíricas dificilmente abririam semelhante flanco na sua explicação. Lucchesi aponta, por exemplo, que no CLG consta que “Em nenhum momento um idioma possui um sistema perfeitamente fixo de unidades” (pg.199). Lucchesi vê essa observação como uma confissão da precariedade do sistema e de sua conseqüente fragilidade teórica. Ao contrário, eu a vejo como uma evidência de que Saussure não viu neste, e em muitos outros aspectos logicamente “sujos” da língua, para os quais chama a atenção, nada que contrariasse a noção de estado de língua que postula. Em resumo, Saussure não postulou o estado de língua desconsiderando esses aspectos, mas ciente deles. O que significa que eles estão presumidos no sistema e participam de cada estado de língua.

A primeira conseqüência dessa inferência é assumir a mudança como um dado permanente do próprio estado de língua, e não como uma fase intermediária entre dois estados, como em:

estado 0 → mudança → estado 1 → mudança → estado 2 → ...

Assim, é preciso demonstrar como a mudança integra a lógica da língua, como ela participa da lógica do próprio sistema que estrutura a língua.

Do ponto de vista das alterações locais, o mecanismo que propusemos no capítulo anterior, explica dentro da própria lógica do sistema saussureano, como essas alterações podem ser acolhidas, não só sem perturbar o sistema, mas, de fato, como parte dele.

Do ponto de vista macro, isto é, das grandes perspectivas da língua, há uma coleção de fatos que evidencia uma lógica geral da mudança lingüística como parte dela. Esses fatos são os seguintes:

(a) A certeza da mudança, evidência maior de sua necessidade, que nos permite prever que todas as línguas faladas atualmente estarão extintas dentro de alguns séculos e também nos assegura que nenhuma língua falada há alguns séculos seja falada atualmente.

(b) Se acompanhasse o ritmo dos eventos sociais, uma eclosão de alterações locais poderia levar à rápida dispersão da língua, num processo à Torre de Babel. Por que isso não acontece?

(c) O ritmo da mudança poderia ser desigual e ter enormes inconstâncias - longos períodos estagnados ou períodos nos quais em poucos anos a língua ficaria irreconhecível. Porém, este ritmo é fundamentalmente constante, através dos séculos.

(d) Poderiam haver línguas paradas do ponto de vista da mudança, o que não acontece.

(e) Poderiam haver línguas inchadas ou rarefeitas, isto é, línguas que incorporariam tantas formas novas que seus falantes teriam dificuldade de dominá-las todas e línguas que perderiam tantas formas que seus falantes começariam a dar pela falta de recursos de expressão. O número médio de itens lexicais e a complexidade estrutural média de todas as línguas é constante.

Esse conjunto de atributos configura um **fluxo constante** da mudança lingüística, no nível macro, conforme Nichols (1992). Tão constante que sugere que as alterações locais de alguma maneira estão previstas como epifenômenos de um processo maior, um processo no qual a mudança global preside as alterações locais e não o inverso.

A **criação** lingüística é um fenômeno que acontece a todo momento no curso da fala, pelo mecanismo que propusemos acima. Presumivelmente, milhares de termos novos são criados todos os dias pelos falantes de uma língua. Aparecem como chistes ou lapsos imperceptíveis, mas detectáveis numa simples gravação de conversas. A criação não requer contextos específicos. Reuniões ordinárias de família na frente da televisão são suficientes para suscitá-la. E, inversamente, contextos de convulsão social não são necessariamente mais propícios à criação lingüística.

Porém, a **incorporação** dessas criações pelos falantes, ao seu repertório regular, é um fato muito improvável. Dos milhares de termos criados, uns pouquíssimos ganham curso na

língua e terminam por fazer parte dela. Há, por exemplo, as gírias da temporada, das quais uma ou outra permanecem na língua.

Há, por fim, a **arcaização** de termos que entram em desuso e acabam por não pertencer mais à língua.

Sendo a criação lingüística um fato permanente, é preciso que a língua controle o ritmo de sua própria mudança, mantendo a complexidade estrutural e lexical da língua num nível constante. Esse controle só pode ser feito pelo número de entradas e saídas, isto é, de incorporações e arcaizações que ela admite.

O estado de língua assim configurado corresponde a um sistema pulsante, com criações pipocando a todo momento, a maior parte delas com vida curta, e em processo permanente de auto-modificação. Cada língua promove a própria metamorfose, pela gradual incorporação de novos termos e abandono de formas arcaizadas. Essa metamorfose só pode ser movida por uma inércia interna à própria língua, já que é difícil imaginar como processos históricos, sociais, psicológicos ou de outro tipo poderiam produzir um comportamento tão regular ao longo do tempo e através das civilizações.

A noção de que haja um ritmo constante para a mudança lingüística através do tempo, inclusive com regularidades matemáticas e cálculos sobre a velocidade da mudança, fundamenta toda uma corrente contemporânea de investigação, a glotocronologia. Embora suas explicações não pareçam procedentes quando cobrem períodos muito curtos de tempo ou fases específicas da História, elas são convincentes quando incidem sobre períodos maiores, como expõe Nichols (1992), no livro *Linguistic Diversity in Space and Time*.

Como fica esse processo constante, no caso de grandes cataclismas sociais como invasões, migrações, colonização e outros processos que implicam trânsito ou mistura de populações?

A caracterização que fizemos aproxima a língua do sistema planetário, do cosmo em geral. O movimento dos astros é presidido pela lei da inércia. Para ilustrá-la, Poincaré oferece a seguinte ilustração:

“Imaginons maintenant que ce système vienne un jour à être traversé avec une grande vitesse par un corps de grande masse, venu de constellations lointaines. Toutes les orbites seront profondément troublées. Nos astronomes ne seraient pas encore trop étonnés; ils devineraient bien que cet astre nouveau est seul coupable de tout le mal. Mais, diraient-ils, quand il se sera éloigné, l’ordre se rétablira de lui-même; sans aucun doute les distances des planètes au soleil ne redeviendront pas ce qu’elles étaient avant le cataclysme, mais quand l’astre perturbateur ne sera plus là, les orbites redeviendront circulaires.” (Poincaré, 1968, pg.115)

O mesmo princípio da inércia se aplica ao movimento global da língua, do qual os eventos locais, por maiores que sejam, são epifenômenos. Do que resulta um quadro que efetivamente lembra o sistema planetário, mas que é o estado de língua móvel

A língua em constante e irreversível processo de mudança é como um caleidoscópio, que rearranja a cada giro a disposição das contas de vidro dentro dele. É virtualmente impossível prever a configuração resultante de cada movimento, assim como é virtualmente impossível voltar a uma configuração passada, girando para trás o caleidoscópio. A analogia pode ir ainda mais longe: é preciso uma mão para girar o caleidoscópio, mas o efeito visual do arranjo das contas de vidro não advém do movimento da mão, mas da disposição das contas no arranjo. Do mesmo modo, é preciso haver fala, isto é, língua em uso, para suscitar a mudança, mas a produção lingüística é um evento presidido pela língua, embora suponha a fala.

O estado de língua assim configurado não só não contraria em nada a concepção original saussureana, como corrobora cada um dos seus atributos. Note que não se trata sequer de um sistema “em equilíbrio instável”, como sugeriram autores como Devoto e outros citados por Lucchesi, que queriam “salvar” a noção de sistema de suas supostas deficiências. As tensões e contradições internas ao sistema fazem parte da sua constituição e do seu funcionamento. Como em muitos sistemas, como o cosmo ou a meteorologia terrestre, mas também o próprio corpo humano ou as sociedades em que vivemos, ordem e movimento

não são atributos contraditórios, mas necessariamente complementares, a um ponto que é preciso postular uma propriedade única da qual eles emanam. A esta propriedade estamos chamando de convencionalidade, por razões que exporemos a seguir.

Esta proposta de configuração do estado de língua inscreve a mudança no arcabouço saussureano, agregando uma caracterização que não consta da formulação original, mas que é compatível com ela e uma extensão natural dela, de fato, preenchendo a lacuna deixada por Saussure a esse respeito e dando encaminhamento a uma pendência histórica da Lingüística, à qual alude Lucchesi.

No que concerne a epistemologias que se propõem alternativas como a sociolingüística laboviana, é importante notar que a concepção de um processo global de mudança lingüística não colide, nem exclui como parte da explicação, com processos locais, nos quais injunções sociais ou outras suscitem alterações lingüísticas - pelo contrário, ela os presume. Ela apenas compreende as alterações locais como parte de um processo mais abrangente e menos imediatamente visível, de um ponto de vista empírico.

6. Convencionalidade

Como pode a língua regular a própria mudança? Qual o papel do falante no processo da mudança assim configurada? A resposta a essas duas questões é uma só e a mesma e consiste na propriedade que estou chamando de convencionalidade, da qual falarei neste capítulo.

6.1 A linguagem como jogo

Comparar a linguagem com um jogo é uma antiga metáfora, cujo marco inaugural na Lingüística é a conhecida analogia com o jogo de xadrez, proposta por Saussure. Além dele, Wittgenstein, celebrenemente e por um percurso filosófico e não científico, postulou que o pensamento consistiria em “jogos de linguagem”. Roy Harris (1988) aponta as convergências das concepções desses dois autores em *Language, Saussure and Wittgenstein*. Elas tem em comum a noção de regulação interna da linguagem, a abstração da referência externa e a noção de que os participantes - os falantes - tem que se adequar às regras do jogo e jogar, isto é, praticar a linguagem, de acordo com elas.

Essa concepção tem sido explorada como mote de investigação empírica da linguagem, sobretudo por pragmatistas, na esteira da teoria dos atos de fala e das máximas greiceanas sobre a “cooperação” entre os participantes de um diálogo.

Embora abra perspectivas interessantes, a aplicação da analogia com o jogo para a língua - não para a linguagem - requer duas especificações que a singularizam.

A primeira diz respeito à própria natureza do jogo. Um jogo qualquer, seja de cartas, seja de tabuleiro, implica em regras estáveis e constantes. Mas o jogo da língua não só supõe a modificação constante das regras, como consiste, em larga medida, na própria definição de quais serão elas - definição e redefinição constantes, já que o jogo nunca pode ser dado por estabilizado. Um jogo costuma implicar num objetivo - ganhar o jogo. Porém, o objetivo geral do jogo da língua é simplesmente manter o jogo interminavelmente em curso. Assim,

o jogo da língua seria comparável a um grupo de pessoas que se sentasse para jogar poker e o jogo se transformasse gradualmente em truco, evoluindo em seguida para o buraco e assim por diante. Essas transições teriam que acontecer sem que se interrompesse o jogo e com um rearranjo contínuo de suas regras. E o jogo não poderia terminar. Se, por algum acidente, como resultado de uma jogada infeliz, o jogo terminasse, todos os jogadores teriam perdido o jogo.

A segunda diz respeito à atuação dos jogadores. O objetivo específico de cada jogador é permanecer no jogo. Para tanto, ele deve seguir as regras ou propor novas regras. O jogador que não se pautar pelas regras está excluído do jogo, num processo gradual: ele será tão mais excluído quanto menos aplicar as regras pactuadas. Ele dará passos em direção à sua própria exclusão se insistir em usar regras ultrapassadas ou que ainda não foram acolhidas pelos outros jogadores.

A proposição das regras se faz pelo próprio jogar e não como uma meta-atividade regulatória. A regra nova é proposta na forma de uma jogada que a contém. As regras que um jogador propõe podem ou não ser aceitas pelos outros jogadores. Estes manifestarão a sua acolhida ou não das regras propostas usando-as ou não nas suas próprias jogadas. A margem de proposição de cada jogador é relativamente pequena, já que a nova regra se dá quase sempre em detrimento de uma já existente, o que pode criar dificuldades e não ser bem recebido. Por outro lado, os outros jogadores tem que ser cuidadosos ao rejeitar regras propostas, já que cada um deles pode vir a ser um propositor em outro momento. Há uma tensão permanente no jogo, motivada pelo conflito de cada jogador entre o desejo de fazer vigorar as regras que está propondo, que lhe dão mais desenvoltura no jogo, e o desejo de ser acolhido como participante pleno do jogo, o que depende de se jogar pelas regras consagradas.

Por fim, o jogador não pode supor que o jogo ficará como está, apostando no imobilismo. Ele não pode simplesmente se conformar às regras, porque o jogo mudará à revelia dele e ele corre o risco de ser excluído por usar regras ultrapassadas, que não estão mais em vigor. Isto o obriga a seguir as modificações. Minimamente ele tem que acompanhá-las, acolher

algumas e rejeitar outras, talvez propor alguma coisa para se prevenir. Ele não tem a opção de ficar parado. Se ele fizer isso, o jogo seguirá sem ele.

O tipo de negociação e pactuação esboçado pela metáfora do jogo, nos termos que apresentamos, pode levar à identificação equivocada desse processo com uma espécie de pragmática onde sentidos são negociados com objetivos específicos. Não é o caso. Esses processos (pragmáticos) supõem sujeitos ativos e conscientes e raramente tem a língua como principal objeto do contencioso. Ao contrário, quase sempre esse objeto é de outra natureza - político, social, pessoal - e a linguagem é apenas uma manifestação dela ou um meio, uma instância de mediação, pela qual o contencioso se estabelece e é litigado.

No nosso caso, não está em jogo nenhum aspecto que não seja a própria língua. É só ela o objeto do contencioso. O jogador aqui é estritamente o falante de uma língua. Nenhum outro atributo seu é relevante, tanto quanto um enxadrista pode ser velho ou jovem, russo ou alemão, homem ou mulher. Aqui, ele não é o “sujeito da linguagem”, mas tão somente o sujeito da língua, se é que se pode rotular de “sujeito” quem opera sobre a língua numa situação tão cheia de condicionantes e interdições. Isso não implica em negar a existência de um - ou mais de um, na verdade - sujeito da linguagem, relativo a outros fenômenos ou planos de análise, apenas em caracterizar devidamente o agente (para usar um termo menos carregado de conotações ambíguas) da língua.

6.2 Convenção e contrato

O fato de Saussure definir o signo como “convencional e arbitrário” pode alimentar mais ainda a noção de que é de uma pragmática que se trata. Porém, é preciso ter claro qual o sentido que Saussure dá ao termo **convenção** e à forma como ele caracteriza a língua.

O CLG diz que a língua:

“é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la, nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade.” (pg.22)

Mais adiante, no entanto, ele qualifica a sua posição:

“Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer ponto a escolha feita [de um signo], como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é.

A língua não pode, pois, equiparar-se a um **contrato** puro e simples (...) se se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida, a língua é a que oferece a prova mais concludente disso.” (pg.85, negrito meu)

Essa ressalva ilumina a posição saussureana a respeito do que seja uma convenção e do que a distingue de um contrato. Uma **convenção** se estabelece tacitamente e seus participantes não têm necessariamente consciência de estarem participando dela. Um **contrato** se estabelece intencionalmente e seus participantes necessariamente têm consciência de estar participando dele. Um contrato é suscetível de ser modificado pela iniciativa e pela anuência de seus participantes. Uma convenção se impõe à revelia de seus participantes.

É o entendimento do CLG sobre a língua:

“A língua, de todas as instituições sociais, é a que oferece menos oportunidade às iniciativas.” (pg.88)

A fonte imediata do emprego do termo *convenção* em Saussure é quase certamente Whitney, em cujo *Life and Growth of Language* se encontra precisamente o sintagma “convencional e arbitrário”. Whitney, vale dizer, é talvez o único autor que merece manifestações explícitas de admiração e reconhecimento por parte de Saussure. Porém, não só o termo *convenção*, como a própria discussão sobre o caráter convencional da linguagem, são muito anteriores, como vimos a respeito do debate Hobbes-Descartes e das posições de Fichte.

De todo modo, Saussure confere uma acepção específica ao termo. Em Whitney, ele se contrapõe ao naturalismo e ao idealismo alemães que postulavam um signo “motivado”, isto é, com relações de necessidade entre forma e sentido, porém, necessidades estabelecidas em esferas não-lingüísticas e que se manifestavam nela. O “convencional e

arbitrário” de Whitney afrouxava os vínculos propostos pelos alemães, por contraposição a eles. O convencional de Saussure restabelece, em outro lugar empírico, o caráter necessário do signo, nos termos colocados por Benveniste, conforme examinamos anteriormente, implicando mais fortemente do que outros autores, num caráter compulsório, constrangedor, impositivo mesmo, da língua a seu falante.

Já a fonte do termo *contrato* é mais difícil de rastrear, na medida em que ela não remete a uma discussão específica sobre a linguagem. O contratualismo como posição filosófica foi proposto por Hobbes no *Leviathan*. Em Hobbes, a noção de contrato (como a maior parte das noções hobbesianas) vem em contraposição ao estado de natureza, indesejável e selvagem, em que viveriam os homens sem ele. É possível que o convencionalismo lingüístico de Hobbes tenha alguma relação com o seu contratualismo, mas não há nenhuma menção explícita a esse respeito. Rousseau retoma, no *Contrato Social*, a concepção de Hobbes, porém atenuando a oposição à natureza e enfatizando os atributos de liberdade, vontade e responsabilidade dos partícipes do contrato.

Justamente, são os atributos que Saussure subtrai ao falante na sua formulação. O participante da convenção lingüística não é livre para escolher os termos que emprega, a sua vontade tem pouca influência na configuração geral da língua e ele não pode ser considerado responsável por ela. Sobretudo, a liberdade implica e supõe consciência racional sobre o objeto da contratação e também a própria possibilidade de não participar do contrato. A maioria dos falantes não se dá conta de que participa de uma convenção sobre a língua que usa e não tem nenhuma possibilidade de decidir não participar dela.

Em resumo, a convenção lingüística, tal como concebida por Saussure, estabelece um tipo de vínculo muito singular e paradoxal entre os falantes de uma língua. Um vínculo que implica uma adesão profunda e consistente, mas com o menor grau possível de consciência e responsabilidade sobre ele.

Essa concepção, é importante sublinhar, é distinta da noção de convencionalismo que circula sobretudo na Lingüística anglo-saxônica. Trata-se, nesse caso, de uma concepção

pragmática e social de convenção. É como o termo aparece no artigo de Herbert Clark (1996), *Communities, Commonalities, and Communication*.

O artigo tematiza o que Clark chama de “co-ordination devices in conversation” e “collaborative processes” de constituição dos sentidos sociais. Embora tematize extensamente as “conventions”, ao longo do artigo, ele as considera apenas como sendo um tipo entre os vários de “co-ordination device” e as caracteriza como “ways of solving co-ordination problems”. É, na verdade, uma concepção instrumental de convenção (e talvez de linguagem também), como transparece nesta passagem:

“Conventions do not come out of the blue. They evolve and become entrenched within a community (...) precisely because they are effective co-ordination devices for the people they serve. A co-ordination device is effective in a community only if it is both useful and usable in that community.” (pg.340)

Um pouco adiante, ele diz que, quando convenções não são mais úteis e usáveis, elas desaparecem, o que reitera o caráter instrumental que ele confere a elas. Para ele, “conventions cover many types of regularities in behavior” (pg.344), o que é ilustrado com algumas “practices” e “actions”.

O artigo de Clark é primoroso no levantamento dos autores que abordaram o tema por algum viés e também em prover ilustração empírica quase a cada passagem da argumentação. O que o compromete é sua própria concepção de linguagem, ou de língua. O reducionismo social subjacente à sua abordagem acaba redundando numa concepção instrumental de linguagem que limita de antemão o alcance de suas explorações sobre o fenômeno da convenção lingüística.

É tão mais desconcertante porque o artigo abre com a questão: “What is the link between the thoughts we have and the language we speak?” (pg.324). Em seguida, ele cita Whorf como um pesquisador que fez as primeiras formulações empiricamente fundadas em resposta a essa questão. Porém, a pauta do artigo não segue a conceitualidade de Whorf, que só é discutida no final, basicamente para ser rejeitada. O que incomoda a Clark é o que consta da seguinte passagem de Whorf, citada por ele:

“We cut nature up, organize it into concepts, and ascribe significances as we do, largely because we are parties to an agreement to organize it in this way - an agreement that holds throughout our speech community and is codified in the patterns of our language. The agreement is, of course, an implicit and unstated one, but *its terms are absolutely obligatory*; we cannot talk at all except by subscribing to the organization and classification of data which the agreement decrees.” (Whorf (1956), pg.213, itálico no original)

É o caráter implícito e compulsório da convenção whorfiana que incomoda a Clark e que o faz se remeter a ela só como dispositivo pragmático de concertação de sentidos. Mas é justamente este o aspecto que aproxima a concepção de Whorf da de Saussure, como bem aponta Roy Harris.

A concepção saussureana de convenção não se resume à constatação da existência de processos locais de convencionalização em torno dos termos da língua. Ela consiste em postular a convenção como uma propriedade constitutiva da língua, da qual esses processos seriam manifestações ou ocorrências. Não sendo ela apenas um fenômeno, mas uma propriedade, é o caso de nomeá-la de **convencionalidade**.

É a propriedade que assegura que a mudança acontecerá, mas acontecerá ordenadamente. Ela prevê o movimento de dispersão da língua, mas também o movimento de concentração dela. Ela estabelece a língua como um território circunscrito sobre o qual ocorrem todas as disputas em torno de sua própria constituição. Ela mantém a coesão e a integridade fundamental da língua, impedindo sua dispersão e acolhendo e administrando todos os fenômenos que poderiam ameaçá-la. Ela assegura, pela adesão compulsória dos falantes, um território de partilha de sentidos, ao mesmo tempo que impõe um frame determinando que os sentidos sejam enquadrados nas formas disponíveis. Para o falante, ela é território de liberdade e de cerceamento. Ao mesmo tempo em que ela provê os recursos - uma língua partilhada - para sua expressão social e pessoal, ela os torna compulsórios, marcando a identidade social deste falante com eles. O caráter contraditório do papel da língua na vida do falante é devido à esta propriedade, a convencionalidade.

É o caso de, mais uma vez, voltarmos à definição de língua que consta do CLG, segundo o qual ela é, ao mesmo tempo:

(a) um produto social da faculdade da linguagem

(b) um conjunto de **convenções** necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos

À luz da nossa exploração e da hipótese que propusemos, fica mais evidente, retrospectivamente, a centralidade que a noção de convenção tem na viabilidade da língua. Ao lado da própria faculdade da linguagem, é ela que assegura sua existência e a possibilidade de seu exercício pelos falantes.

No artigo, *De la subjectivité dans le langage*, Benveniste recusa o caráter instrumental da linguagem, dizendo:

“Le langage est dans la nature de l’homme, qui ne l’a pas fabriqué”

Para que a linguagem fosse um instrumento, seria preciso que o homem existisse antes e independente dela.

“Nous sommes toujours enclins à cette imagination naïve d’une période originelle où un homme complet se découvrirait un semblable, également complet, et entre eux, peu à peu, le langage s’élaborerait. C’est la pure fiction. Nous n’atteignons jamais l’homme séparé du langage et nous ne le voyons jamais l’inventant. Nous n’atteignons jamais l’homme réduit à lui-même et s’ingéniant à concevoir l’existence de l’autre.” (pg.259)

Pode haver sociabilidade antes da linguagem? Pode haver sociedade sem língua? E língua sem sociedade? Quando nos deparamos com a circularidade da definição destes conceitos podemos ter a certeza de estar no caminho certo: não pode haver precedência de uma sobre a outra. O que a hipótese da convencionalidade coloca, a esse respeito, é um caminho para conceber sua emergência e constituição como um só passo a um só momento.

Bibliografia

- ARNAULD & NICOLE **La Logique ou l'Art de Penser**. Paris: Vrin, 1993.
- AUROUX, S. La notion de linguistique générale. In **Histoire Épistémologie Langage** 10-II. *Antoine Meillet et la Linguistique de son Temps*. Paris, 1988.
- AUROUX, S. Les enjeux de la linguistique de terrain. **Langages** 129, Paris, 1998.
- BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BENVENISTE, É. **Problèmes de Linguistique Générale I**. Paris, Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, É. **Problèmes de Linguistique Générale II**. Paris, Gallimard, 1974.
- BERGOUNIOUX, G. Compte rendu de l'*Introduction à la lecture de Saussure*. **Cahiers Ferdinand de Saussure** n°52, pp.311-316. Genève, 1999.
- BOUQUET, S. **Introduction à la Lecture de Saussure**. Paris: Payot, 1997.
- BOUQUET, S. Sur la sémantique saussurienne. **Cahiers Ferdinand de Saussure** n°53, pp.135-139. Genève, 2000.
- BRAIT, B. Análise do Discurso. In BRAIT, B.(org.). **Bakhtin - outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BREÁL, M. **Ensaio de Semântica**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- CALVET, L.J. **Sociolinguística - uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CLARK, H. Communities, commonalities, and communication. In GUMPERZ & LEVINSON (eds.). **Rethinking linguistic relativity**. Cambridge University Press, 1996.
- CULIOLI, A. Théorie du langage et théorie des langues. In **Pour une linguistique de l'énonciation** (Tome 2) - *Formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999.
- DALLARI, B. **O Sujeito da Linguagem na Linguística Saussureana**. Tese de Mestrado não publicada. IEL/UNICAMP, 1993.
- DOSSE, F. **Histoire du Structuralisme** (vol.I). Paris: La Découverte, 1991.
- DOSSE, F. **Histoire du Structuralisme** (vol.II). Paris: La Découverte, 1992.

- FARACO, C.A. **Linguagem e Diálogo - as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2003.
- FICHTE, J.G. **Discours à la Nation allemande**. Paris: Aubier, 1981.
- FRANCHI, C. Linguagem - atividade constitutiva. In **Almanaque** 5, pp.9-27. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FUCHS, C. **La Paraphrase**. Paris: PUF, 1982.
- GODEL, R. **Les Sources Manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F.de Saussure**. Genève: Droz, 1969.
- GROENENDIJK&STOKHOF. Dynamic predicate logic. **Linguistics & Philosophy** 14. 1991.
- HANKS, W. Language form and communicative practices. In GUMPERZ & LEVINSON (eds.). **Rethinking linguistic relativity**. Cambridge University Press, 1996.
- HARRIS, R. **Language, Saussure and Wittgenstein**. London: Routledge, 1988.
- KEMPSON, R. Semantics, Pragmatics and Natural-Language Intepretation. In SHALOM LAPPIN (ed.). **The Handbook of Contemporary Semantic Theory**. Oxford: Blackwell, 1996.
- KOERNER, K. Meillet, Saussure et la Linguistique Générale. In **Histoire Épistémologie Langage** 10-II. *Antoine Meillet et la Linguistique de son Temps*. Paris, 1988.
- HUMBOLDT, W. **Introduction à l'oeuvre sur le Kavi**. Paris: Seuil, 1974.
- LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**. Oxford: Blackwell, 2001.
- LUCCHESI, D. **Sistema, Mudança e Linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.
- MONTEIRO, J.L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NERLICH, B. Meillet: Langue et Parole. In **Histoire Épistémologie Langage** 10-II. *Antoine Meillet et la Linguistique de son Temps*. Paris, 1988.
- NICHOLS, J. **Linguistic Diversity in Space and Time**. University of Chicago Press, 1992.
- PARRET, H. Les manuscrites saussuriens de Harvard. **Cahiers Ferdinand de Saussure** 47, pp.179-234. Genève, 1994.
- POINCARÉ, H. **La Science et l'Hypothèse**. Paris: Flammarion, 1968.

- PUECH & RADZYNSKI. *Fait social et fait linguistique: A.Meillet et F.de Saussure. In Histoire Épistémologie Langage 10-II. Antoine Meillet et la Linguistique de son Temps.* Paris, 1988.
- PUSTEJOVSKY, J. **The Generative Lexicon.** MIT Press, 1995.
- RADFORD, A. **Syntax - a minimalist introduction.** Cambridge University Press, 1997.
- ROUSSEAU, J.J. **Ensaio sobre a Origem das Línguas.** Ed.Unicamp, 1998.
- SANTAELLA, L. **O que é Semiótica.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SAUSSURE, F. **Cours de Linguistique Générale.** Paris: Payot, 1967.
- SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1968.
- SAUSSURE, F. **Écrits de Linguistique Générale.** Paris: Gallimard, 2002.
- STAROBINSKY, J. **As Palavras sob as Palavras.** São Paulo: Perspectiva, 1974.
- WEINREICH, LABOV & HERZOG. **Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística.** São Paulo: Parábola, 2006.